

O time de
OPINIÃO
está na
página 4



Geraldo Siqueira



Altino Dantas



Olívio Dutra

EM TEMPO:

SEMÁRIO NACIONAL - ANO II - N.º 74 - Cr\$ 20,00 - 26 DE JULHO A 1.º DE AGOSTO DE 1979

Inquérito policial sobre o terror em Minas.
Ex-chefe da repressão revela os nomes
de membros do "Comando de Caça aos Comunistas".

Ex-agente entrega terroristas do CCC

Aberto o inquérito policial para averiguar quem são os responsáveis pelo atentado praticado contra a sucursal do EM TEMPO em Belo Horizonte, nós fomos procurar Nelson Sarmiento, ex-chefe do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) em Minas Gerais. Sarmiento é um nazista confesso que foi citado em dois listões de torturadores, publicados por este semanário.

Nas duas ocasiões, ele nos procurou e deu sua versão dos fatos, negando que tivesse alguma vez torturado presos políticos. O EM TEMPO publicou, nas duas vezes, as versões de Sarmiento. Dessa vez, o ex-chefe do CENIMAR resolveu depor no inquérito sobre o atentado sofrido por este jornal. E abriu o jogo. Entregou quem são os chefes do C.C.C. em Minas.

A íntegra do depoimento de Sarmiento está na página 5.

Um dos elementos acusados por Nelson Sarmiento de fazer parte do C.C.C. é Afonso de Araújo Paulino, dono do "Jornal de Minas". Este elemento, no mês passado, foi denunciado pelo deputado federal (MDB-MG) Genival Tourinho como chefe da "Máfia Mineira". Ligado no início dos anos 70 a ID-4 e ao DOI-CODI-BH, Afonso Paulino, além de constar como torturador em várias denúncias, está sendo processado por extorção na 9.ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.

Seu julgamento deverá ser realizado nas próximas semanas. Ainda na última quarta-feira, um pistoleiro, de apelido "Alfredão", que estava sob suas ordens no Vale do Jequitinhonha e que deixou a Penitenciária de Neves sob a "responsabilidade de Paulino", apesar de na época estar cumprindo pena superior a 70 anos de reclusão, retornou ao presídio.

O discurso-denúncia feito por Genival Tourinho está repleto de provas.

O discurso e as provas estão na página 7.

Ainda sobre o inquérito policial, nosso repórter ouviu um perito policial que fez a "perícia da perícia", qualificando a intervenção da polícia em nossa sucursal de Belo Horizonte, após o atentado, como "flagrantemente ilegal".

Walmer Caxeta, o perito, revelou ainda porque faz parte da "lista negra" da administração policial e as razões dos processos que está movendo contra a polícia mineira. As revelações de Caxeta estão na página 6.

Nesta edição, de 14 páginas, a 5, 6 e 7 tratam dos depoimentos de Nelson Sarmiento e Walmer Caxeta e do discurso do deputado Genival Tourinho, denunciando Afonso Araújo Paulino.

Código do trabalho

A íntegra da proposta dos dirigentes sindicais. E as opiniões sobre o anteprojeto de CLT do governo: "Pode jogar na lata do lixo".

Página 8 e 9

inédito

Uma novela de Hugo Blanco

O ex-guerrilheiro e deputado da Constituinte peruana (o mais votado da esquerda), Hugo Blanco, foi preso em 1963 e condenado a morte. Depois, teve sua pena comutada. E passou sete anos na cadeia. Foi quando escreveu a novela "O Mestre", que publicamos na pág. 11

Greve de fome

Presos políticos do Rio põem a vida em risco por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Página 12

debate:

CUBA

26 de julho



Duas décadas de um
socialismo diferente

Página 12

Nicarágua

O que é que vai
dar na cabeça?

Página 13

E mais:

Um encontro semelhante ao de São Bernardo, reunindo lideranças sindicais, políticos do MDB e intelectuais na Vila Bethânia, em Porto Alegre. (Pág. 12)

E a cobertura sindical-operária-popular, na página 10

aparte

A exploração do menor na Febem de Minas

Senhor redator,
Na edição n.º 56, de 22 de março de 1979, EM TEMPO publicou uma reportagem sobre a monstruosa exploração de dezenas de menores abandonados e submetidos a trabalho escravo, sob o vil pretexto de profissionalização dentro de empresas particulares — arranjo inventado pelo Sr. Benjamin Fullin, diretor da Escola Febem "Lima Duarte", da cidade de Antônio Carlos em Minas Gerais. Apresento aqui outros aspectos que ampliam a denúncia, que continua atual, pois o infrator, Sr. Benjamin Fullin, continua impune.

Já foram denunciadas anteriormente as condições indignas em que o menor carente está submetido ao trabalho forçado: cumprem jornadas de trabalho de oito horas diárias durante dois ou três anos, e não recebem qualquer remuneração; não tem Carteira assinada pela empresa, nenhuma garantia; os serviços por eles prestados são pesados, (faxina, serralheria, solda, lanternagem, mecânica de reparos etc.), sem qualificação ou semi-qualificados e com grandes riscos de acidentes. No dia 2 de julho, por exemplo, ocorreu uma terrível explosão na oficina do Sr. Nélio Viol, ferindo gravemente dois membros da Febem, Wallace Danillo e Edmo Calixto. O primeiro, além das queimaduras generalizadas, possivelmente perderá um olho.

Alguns menores se submetem a estes trabalhos iludidos, outros já desenganados, uns sob ameaça, outros por "esperteza" para livrar-se da enxada nos pesados trabalhos agrícolas da Escola, onde um feitor tem consigo uma vara para vergastá-los e, assim, de qualquer forma, coagidos pela condição de menores abandonados. Atingida a maioridade, a quase totalidade dos rapazes vão cuidar de outra coisa, depois de desligados da Febem. E os que permanecem nas mesmas oficinas depois de "profissionalizados" (apenas 5%) poderão ser fichados nas firmas, sendo admitidos como empregados.

Enviei diversos relatórios condenando estes crimes à direção da Febem em Belo Horizonte, de modo especial à Subcoordenadoria do Estabelecimento e à Diretoria Técnica Febem, à Assembleia do Estado, à Câmara Municipal de Barbacena, ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, ao Juizado de Menores, ao delegado do Ministério do Trabalho em Barbacena. A resposta a esses relatórios veio na forma de violenta coação; determinando o meu afastamento da Febem, seguida da demissão de minha filha Rachel, funcionária daquela entidade.

As leis trabalhistas são muito claras. As leis básicas da educação também o são. E por que afinal não se cumprem as leis? Por que não somos ouvidos em nossas denúncias?

É óbvio que a insensibilidade, a falta de solidariedade humana decorre da anestesia provocada pela prática generalizada do arbítrio num regime de exceção. E fica claro também que a discriminação do menor carente não é apenas um ponto de vista pessoal do sr. Benjamin Fullin, mas atende aos interesses imediatos e torpes dos empresários na exploração do trabalho do menor carente. O sr. Fullin é apenas um testa-de-ferro a serviço das classes dominantes.

A Febem até o momento não contestou o mérito da denúncia porque a contestação viria reforçar esta denúncia. Procura, então, abafá-la através de coações. Não podendo defender a legitimidade do arbítrio não se expõe ao debate público para não "serrar o galho em que estão assentados".

Barbacena, 15 de julho de 1979
Professor Francisco Antonio de Alencar

Flávio Koutzzi apóia anistia irrestrita

Paris, 23 de junho de 1979
Hospital Broussais

Escrevo vinte dias após minha libertação das prisões argentinas. Liberdade arrancada à Ditadura Militar argentina, pelos esforços e luta permanente de amigos — conhecidos ou desconhecidos, — das Organizações, comitês, sindicatos e associações profissionais. (...)

Creio que a experiência e os resultados alcançados na campanha por minha anistia e liberdade são uma referência, pequena e modesta, mas não por isto menos útil. (...) Espero particularmente que nossa vitória estimule todas as lutas pela anistia, em particular a campanha pela liberdade de Flávia Schilling, que permanece nas mais brutais e desumanas condições nas prisões uruguaias. (...)

Enfim quero expressar minha total adesão à justa luta pela anistia ampla, geral e sem restrições, e que esta integre a necessidade de que esta se faça acompanhar do desmantelamento do aparelho repressivo que segue intacto no Brasil e que as liberdades democráticas integrem uma total liberdade de opinião, manifestação e direito à organização, condições sem as quais estas conquistas iniciais que seguramente alcançaremos não terão as garantias para sua afirmação.

Aceitem a minha mais fraternal e calorosa saudação.

Flávio Koutzzi

Defendendo o direito dos combatentes de 32

Sr Redator

Participel da Revolução de 32, quando então servia no Exército, no 4.º R.L., em Quitaina, e era um simples soldado raso.

A lei n.º 1890, de 18 de dezembro de 1978, promulgada pelo ex-governador Paulo Egídio, obriga o Estado a pagar uma pensão vitalícia a todos os ex-combatentes de 32.

Sr. redator, eu sou necessitado, recebo apenas Cr\$ 200,00 por mês do INPS, já estou indo para os 70 anos. No dia 12 de fevereiro entrei com requerimento na Secretaria da Promoção Social. Depois de 60 dias fui saber do resultado, disseram-me que os ex-combatentes que na época serviam no Exército estão excluídos da lei, sem direito, portanto, à pensão. Ora, se o combatente do Exército não tem direito a essa lei, também os restos mortais dos militares do Exército não deveriam estar lá no Mausoléu do Ibirapuera.

É uma verdadeira demagogia, de 32 a 79 são decorridos 47 anos, o que é uma existência. Assim, dizem eles que a lei exclui os que na época serviam no Exército, os aposentados, os que morreram de 32 a 79 que a maioria, então ninguém vai receber pensão nenhuma.

Sem mais, subscrevo-me
Manoel Augusto Guimarães

Explore que o governo garante

Quem teve alguma ilusão, pode tirar o cavalo da chuva: a safadeza continua. Essa encenação toda que está havendo, esse papo de crise, é apenas para engabelar um pouco mais o povo, sem muito protesto. Sabem quem saiu lucrando com as greves na Volkswagen e na Mercedes, no ABC, em São Paulo? Advinhem! Isso mesmo: a Volks e a Mercedes. Eles vão receber do Tesouro Nacional, através do Instituto de Resseguros do Brasil, a mixaria de 6,7 bilhões de cruzeiros (umas sessenta e poucas vezes o prêmio da loteria esportiva), como indenização pelos "prejuízos" causados pelas greves. A desculpa é que "os prejuízos elevados, decorrentes de greves, particularmente as ilegais, devem ser assumidos pelo governo". Ora, se o governo quer assumir os prejuízos, que assumam: mas os cofres públicos não pertencem a ele e sim ao povo. Então a gente paga impostos para o governo dar de mão beijada já nos exploram e tiram o sangue dos brasileiros?

ros? E as safadezas que as multinacionais fazem no país (como o incêndio promovido pela Volkswagen na Amazônia, por exemplo) quem indeniza?

Em vez de defender os brasileiros das explorações dessas empresas sem ética o governo prefere defender as ditas cujas e os seus lucros, sem se importar com o resto. Uma beleza. Uma beleza para as multinacionais; péssimo para nós. Se já estamos mal, pioraremos. A festa continua e a nós só cabe pagar.

Os vampiros

Uma das coisas apresentadas como um horror da ditadura haitiana é a venda de plasma sanguíneo de seus cidadãos aos bancos de sangue norte-americanos.

Por isso, quando sabemos que no Brasil há quem tire o sangue (literalmente, porque figuradamente isso é cotidiano) de brasileiros pobres para revender lucrando uma nota firme, dá a sensação que o Haiti não é algo tão distante de nós como fazemos força para parecer.

O certo é que há bancos de sangue tirando o sangue dos brasileiros e pagando Cr\$ 80 a Cr\$ 150 por 450 gramas e vendendo por Cr\$ 1 mil a Cr\$ 1.500 para os hospitais. Estes por sua vez, vendem o "produto" a até Cr\$ 6 mil aos clientes. Uma festa com o sangue dos pobres. (MBS)



Portela, o ministro restrito

Segundo o ministro da Justiça, Petrônio Portela, a anistia que ele defende deixa de fora algumas pessoas, principalmente, por dois motivos: um deles é que assim o governo mostra sua repulsa ao terrorismo. Muito bem Petrônio, então só falta prender os terroristas, que até hoje não foram sequer investigados (que resultado teve — por exemplo — alguma investigação sobre os vários atentados ao Em Tempo?).

Outro motivo é que segundo ele, a opinião pública brasileira tem a mesma posição que o governo no caso. Para comprovar isso, cita os jornais da época

em que houveram as ações armadas de esquerda, que traziam sempre manchetes e matérias condenatórias a elas. Só falta lembrar que, naquela época, os jornais estavam todos controlados pelo governo, e os que tentavam não se submeter eram submetidos por uma censura feroz. E além disso, já que o negócio é a opinião pública, o ministro nem deveria ter tomado posse do cargo, pois sua imagem sempre foi péssima, desde sua repentina virada de bandeira em abril de 1964. O princípio da equidade, esperável de um ministro da Justiça, como vêem, não existe em nenhuma das circunstâncias. (RVN)



Populismo embolorado

O governador biônico de Minas Gerais, o piauiense Francelino Pereira, o sinóptico, está querendo mudar de imagem. Ele, assim como o colega paulista, Paulo Maluf, também vai dar suas bandas pelo interior do estado, embora sem o aparato do "trem da alegria", e encarregou sua assessoria de imprensa de convidar jornalistas para irem juntos.

Além disso, ele está despachando com empresários, tomando cafézinho na Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, frequentando uma barbearia popular e até tratando bem os visitantes que vão ao Palácio dos Despachos. Chegou até a gastar 3 milhões de cruzeiros numa reforma do hall na entrada deste palácio, e justamente quando alegava não ter dinhei-

Pagando prá ver

A maior demonstração de paciência que um cara pode dar é resolver tirar, sem recorrer ao quebra-galho dos despachantes qual-quer documento, papel, atestado ou licença e não ter no mínimo uma crise de histeria.

O negócio já é feito de propósito: passa-se por dezenas de guichês, todos com enormes e lentas filas, para se voltar à estaca zero. Os serviços têm que ser "engraxados" pelos despachantes, que existem para isso mesmo. A coisa chegou a tal ponto que

nem o governo agüentou, e criou um "Ministério de Desburocratização". Agora é esperar para ver se isso não representará apenas uma burocracia a mais. Não duvidamos que próximo tenhamos nas "reparações" a fila da desburocracia, para colocar um carimbo — num prazo de apenas uns 20 dias — de "desburocratizado" — em qualquer papel que a gente precisar. Aí, recorrendo-se ao despachante, e pagando-se uma boa grana, a gente desburocratiza na hora. Tamos pagando pra ver.

Nem de mim nem do Tancredo partiu nenhuma iniciativa no sentido de levar o MDB à divisão... "Dei a este partido não apenas 14 anos de minha vida. Dei a própria saúde e desafio a que algum outro companheiro tenha sido mais leal e dedicado do que eu fui". Com estas declarações, oscilando entre o cínico e o patético, o secretário geral do MDB, deputado Thales Ramalho, condenava na semana passada a esquerda por haver rompido a "aliança com o Centro Democrático" da le-

Fim de ditadura

Na Nicarágua, quando viu o caldo engrossar, o comandante da Guardia Nacional, general Federico Mejía, se mandou após entregar o posto ao general Fulgêncio Larga Espada. O coronel correpondeu ao nome: largou a espada e fugiu. — (RVN)

O ministro da Educação está querendo ressuscitar as repúblicas estudantis para solucionar os problemas de alojamento estudantil. Se é que ele está mesmo a fim de solucionar o problema, lembramos-lhe que há em São Paulo uma grande república estudantil, na verdade uma enorme república, fechada na marra pelo governo quatro dias depois da assinatura do AI-5, e que precisa ressuscitar: é o Conjunto Residencial da USP (CRUSP), que chegou a abrigar 1.400 estudantes.

Uma universidade com a USP precisa de alojamentos. E não podem ser casas ou pequenos prédios (afinal são 30 mil estudantes). O CRUSP, além de ter sido feito para isso, está dentro da Cidade Universitária. E enquanto ele estiver sendo ocupado de qualquer forma que não seja alojamento, é sinal que — por mais que se disfarce — a ditadura está aí. (MBS)

Fidelidade adesista

"Nem de mim nem do Tancredo partiu nenhuma iniciativa no sentido de levar o MDB à divisão... "Dei a este partido não apenas 14 anos de minha vida. Dei a própria saúde e desafio a que algum outro companheiro tenha sido mais leal e dedicado do que eu fui". Com estas declarações, oscilando entre o cínico e o patético, o secretário geral do MDB, deputado Thales Ramalho, condenava na semana passada a esquerda por haver rompido a "aliança com o Centro Democrático" da le-

genda oposicionista, de modo irreversível. Foi no Encontro de São Bernardo, reunidamente também por já ter agora um bode expiatório para o racha do partido. Ele, "muito sabiamente" sempre conspirou e se fisiologizou em silêncio, disfarçadamente. As duas partes "estão agora irreconciliáveis". Ou trocando em miúdos: daqui para frente tudo vale; cada um na sua. E eu, diria ele, há muito que já estou na minha, no partido auxiliar. (FA).



EDITORA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:
Aluisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alili, Tom Duarte, Marcelo Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro Presidente), Sulpentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.
DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.
JORNAL EM TEMPO:
Diretor-Responsável e Secretário de Redação: Robinson Ayres
Editor-Geral: Carlos Tibúrcio.
EDITORIAS: Nacional: F. Pereira, Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alili, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Maria Candida, Relton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, Tom Duarte, Guido

Mantega: Internacional: Cândido Fernandês, Vilma Amaro, João Machado, Olgária Matos, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Bilezer Rizzo de Oliveira, José Veiga. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordenador). Arte e Produção: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cláudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos, Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães, Vera Rodrigues, Arquivo e Pesquisa: Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.
SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel. 3357773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Mariza Araújo, Amarildo (Administração). Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schilmer, Sosa (Redação); Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Silveira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Luci Ayala, Raul Pont (Administração). Rio de Janeiro: (Praia de Botafogo 316, Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcello Beraba Orlando Guilhon Braga. Salvador: (Av. Joana Angélica, n.º 8 — 1.º andar — Sala 14) Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.
COLABORADORES: São Paulo: Letânia Menezes, Jorge Batista, Tibério Caunto, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Júnior, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Rita Kehi, Recife: Cecy Prestello, Orlando Mindello; Aracaju: David Dantas; Campinas: Maria Alice; João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos; Natal: Cláudio; Maceió: Régis Cavalcanti. Campina Grande: Jonas Araújo.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 3357773. Redação: Rua Matheus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP 05415 — Telefones: 2804759 e 8536680. Distribuidora (Rio-SP-BH-Brasília-Vitória): Superbanças Ltda (Rua Ubaldino do Amaral, 42-RJ) — Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impresor de São Paulo, Rua dos Italianos, 463 — Telefone 221-6929.

ai s

Abrindo o jogo

A empresa multinacional Dow Química, protegida e protetora do ministro Golbery do Couto e Silva, lançou em algumas revistas uma propaganda onde diz que ela considera o homem uma matéria-prima indispensável. Não precisava dizer, pois sempre achamos que para certas empresas e certos caras o homem tem sido nada mais do que matéria-prima mesmo. Usam a parte que interessa e jogam o resto fora.

Agora, a Dow confessou de público, estão vendo? Todos nós, para eles, somos apenas matéria-prima para ser industrializada e transformada em qualquer josta lucrativa. E ainda anunciam isso desavergonhadamente por aí. Safados. (RVN)

A incompetência do barulho

Golbery realmente não gostou da reunião da Comissão Nacional de Energia-CNE que há três semanas atrás definiu "os pilares da política energética brasileira para o enfrentamento da crise". Com muita gente (e como tinha gente na reunião) a coisa virou bagunça e não se decide nada; só há lugar para populismos e demagogias, deverá ter avaliado Golbery, o cérebro todo pensante do Planalto.

Tanto assim que na semana seguinte à famosa reunião que abriu caminho para a "economia de guerra", num encontro de petit comité no Planalto, do qual estavam excluídos tanto o Ministro de Minas e Energia, César Cals como o presidente da CNE, Aureliano Chaves, deliberou-se exatamente o contrário do que havia sido fixado anteriormente.

O congelamento das importações não tem sentido, pois há que aproveitar para fazer reserva enquanto o preço não sobe imediatamente. E internamente, não há que se fixar quotas de consumo. A racionalização deve ser feita através do aumento do preço interno dos combustíveis, mesmo que isto implique no aumento da inflação.

Além de sintoma de como as coisas importantes são resolvidas e desresolvidas no Planalto, o fato atesta também que, depois de muita encaenação e barulho volta-se aonde já se estava: no zero energético.

O EM TEMPO TOMOU ÁCIDO, MAS AINDA NÃO FEZ A CABEÇA

Isto é Libelu - 1

Nesta semana, os sandinistas acabaram de tomar o poder na Nicarágua, a anistia e a reformulação partidária continuam em discussão no país, a crise de energia promoveu acontecimentos inéditos nos Estados Unidos e muitas outras coisas interessantes aconteceram.

Mas, para a revista Isto É, o que houve de mais importante foi a matéria de Wagner Carelli sobre a tendência estudantil Liberdade e Luta, conhecida também como Libelu, fornecendo informações a quem possa interessar sobre o que pensa a tendência e quem é quem dentro dela. Tudo de maneira um pouco caricata.

Nessa terra onde o terrorismo direitista é acobertado até hoje, e onde até hoje os que foram considerados de extrema-esquerda pelo governo ainda estão nos cárceres, a matéria — mesmo que não intencionalmente — equivale a uma entregada geral.

Prestando serviços desses aos que procuram qualquer motivo para pedir a cabeça de opositores, para pedir uma repressão maior ou para simplesmente cair de pau em todo mundo, a Isto É pode acabar merecendo a "Medalha do Pacificador". Onde é que vamos parar, pessoal? (RVN)

OS JOGOS PAN-AMERICANOS



Isto é Libelu - 2

Sacanagem, a maneira como foi feita a matéria — o repórter chegou à redação de "O Trabalho" há um mês, dizendo que iam fazer uma matéria séria e tal. A equipe com a máxima boa vontade colaborou no quanto lhe foi solicitado pela única revista semanal "alternativa" como se apresentou "Isto É" na época da greve dos jornalistas em São Paulo. E agora: pau e deduragem.

Mas além disto há mais. Com a "abertura" a esquerda vai pouco a pouco virando notícia. Na imprensa alternativa (de verdade), na grande imprensa e até mesmo na televisão. Mas não só notícia; ela vai também se fortalecendo e conquistando um pa-

político que há anos não se tolerava.

Neste momento, é uma tarefa de toda a burguesia lúcida separar a "extrema esquerda" da esquerda "séria" e "responsável", assim como, numa outra escala, também o ex-chanceler Santiago Dantas, no passado, separava a esquerda "positiva" da "negativa".

Para o sucesso desta operação, cabe encontrar um "protótipo" dos "extremistas" que seja ideal para a queimação. E para tal nada melhor que a caricatura que "Isto É" fez da Libelu.

Melhor seria portanto ficarmos com o "charme da esquerda adolescente" do que com a senilidade da esquerda "positiva" ou o indelicatíssimo charme da burguesia esclarecida. (FA)

Otimismo demais

O Brasil terá uma dívida externa dentro de 10 anos em torno de 247 bilhões de dólares. Quem afirma isto é a Fundação Getúlio Vargas em recente estudo chamado "Simulação a evolução do setor externo na próxima década 1979/89", apresentado pelo economista Julian Chacel.

Na hipótese chamada pelo estudo de mais otimista, a dívida estará em torno de 104 bilhões: pobre consolo.

Mas assim mesmo o estudo, no seu otimismo inigualável, diz que estamos longe do perigo da "boia de neve".



Figueiredo concilia os "independentes"

O Super-Figa continua cooptando. Os "mais desavisados" que se cuidem e os menos decididos que se apressem pois os postos estão sendo lotados.

Na semana passada foi a vez de 20 presidentes de federações de trabalhadores de São Paulo que foram jantar com Figueiredo na Granja do Torto. O mais antigo dos pelegos, Antônio Pereira Magaldi, da Federação dos Comerciantes matou a saudade, pois era o único que já havia jantado com presidente — no caso o Getúlio.

Logo em seguida Super-Figa, no Palácio do Pla-

nalto, sigilosamente — pois o fato só foi divulgado para a imprensa no final do encontro — recebeu 6 prefeitos paulistas, todos do MDB, para discutir, escondido do Maluf, "problemas tributários de seus municípios". Tito Costa, Guaçú Piteri, Teodoro Mendes, Lincoln Grillo, Joaquim Beviláqua e Francisco Amaral.

De partidos, "nada falar" diz a assessoria de imprensa. Mas, seguramente estão todos no "Independente" que, como já se disse, vai ser de oposição nos estados e de situação em Brasília.

Social-democracia de bigode novo

O modelo econômico implantado em 64 tem que ser alterado; não podemos conviver com este "capitalismo selvagem". De outro lado, o "PC deve ser legalizado", não tanto por si mesmo, mas pelo símbolo que representa em termos de liberdade partidária. Segue-se liberdade sindical, a questão da terra, eleições livres e diretas em todos os níveis etc.

Esta a plataforma do novo Partido Social Democrata — PSD, articulado por Magalhães Pinto, pelo governador de São Paulo, Paulo Egidio e pelo ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal entre outros.

Os donos da bola negam a denominação "Partido dos Banqueiros" de que, pelas brigas internas, recentemente Maluf os acusou. Mera coincidência, afirmam.

Renasce assim o antigo PSD. Consta que o tal de Partido Independente do "Táficred" Neves não é senão uma jogada paralela do mesmo grupo para numa final e feliz convergência, fazer brotar "das cinzas do antigo partido uma nova agremiação renovada pelos ventos da social democracia". Só que como o antigo PSD, sem nada a ver com a Internacional Socialista, que está todinha com o Brizola.

Este enfim o tão falado partido auxiliar do governo na reordenação partidária vindoura. É isto aí, fora do poder, na semi-oposição, os homens radicalizam o verbo e renovam a imagem. Basta olhar os novos bigodes de Paulo Egidio. (FA)



SBPC

Delírio meu, mentira vossa.

Por Eder Sader

Calu-me às mãos um artigo assinado por José Neumann Pinto no Jornal do Brasil do dia 22, que leva o sugestivo título "SBPC não acha o caminho da participação realista" com as conhecidas distorções contra o "emocionalismo" e "clima de radicalização" do nosso meio universitário. A originalidade do pensamento dispensaria novos comentários.

Admito pois que se me dou ao trabalho de responder foi apenas porque seu autor escolheu-me para símbolo de todo esse irrealismo, do lirio e outros males que grassam em nossas academias. Mas também se o José Neumann tivesse se limitado a tecer suas sábias considerações sobre aquilo que eu falei, não haveria nada de mais. Falando sobre "Sindicatos, Partidos e Democracia" eu dificilmente alcançaria a sensatez e isenção que poderia satisfazer o articulista do JB. Dou-lhe portanto todo

o direito de irritar-se com o que eu digo e de usar os adjetivos que bem lhe aprouver. Embora me pergunte porque me tomou por alvo, logo eu que recebo o desprestigiado título de "desconhecido sociólogo".

Final seria mais significativo se ele apontasse o delírio em figuras mais expressivas. Mas não satisfeito, manifesta de novo sua raiva quando, após referir-se ao exílio de cientistas como Leite Lopes, Celso Furtado, Rocha Lima, Luiz Hildebrando — diz que eu me "auto-exilei". O que sabe ele? Certamente que se for buscar saber nas páginas do Jornal do Brasil o que nós vivemos — e como vários morreram — naquele ano de 1970, não vai encontrar nada. Ou será que ele pensa que eu deveria ter ficado na clandestinidade, com a OBAN ao meu encalço, para resistir à ditadura? Se é esse seu ponto de vista,

admito não ter correspondido às suas heróicas expectativas.

Mas afinal, chega de brincadeira. Se fosse apenas isso, ainda, seriam banalidades as quais temos desgracadamente que nos habituarmos. O problema é que o José Neumann aproveitou sua fúria para publicar mentiras e armar intrigas. Não teve escrúpulos em por em minha boca o que eu não disse, que o regime teria financiado líderes sindicais como o Lula. Aí ele passou dos limites.

Há efetivamente uma parte em minha exposição em que me refiro às perspectivas do governo em promover um novo sindicalismo que aparecia desvinculado da contestação política e que poderia servir de alternativa às oposições sindicais. Mas que a realidade se encarregou de mostrar que essa liderança sindical (da qual o Lula é

a figura mais expressiva) assumiu a direção das lutas mais significativas da classe operária, valendo-lhe a dura repressão durante a recente greve no ABC. Eu me pergunto porque o artigo do JB fala em "financiamento" se em nenhum momento apareceu qualquer referência a isso. E me pergunto porque truncou meu pensamento transmitindo a idéia oposta à que eu expus. E nem poderia ter sido mal entendido porque a questão voltou várias vezes nos debates e ninguém me entendeu do modo que o Neumann escreveu. Não conheço o jornalista e não sei se se trata de incompetência ou má fé. Mas se sua intenção foi defender o sindicalismo autêntico e o Lula, então seremos amigos, José Neumann. Assim, seguro que esquecerei a profunda mágoa que causaste ao empanar meu prestígio de sociólogo desconhecido.



A falência da burguesia nacional

Com débitos da ordem de 7 milhões de cruzeiros e créditos não pagos de cerca de 10 milhões junto às empresas estatais, fechou na semana passada a Codina Máquinas e Acessórios de propriedade do empresário Kurt Mirow.

Depois de anos de denúncias da ação dos cartéis da indústria eletro-eletrônica, Mirow acabou tendo que despedir seus quase 700 empregados e fechar a empresa. "O que já era previsível" segundo ele mesmo já vinha comentando há tempos.

Aliás, arremata Mirow, "eu já tinha sido até ameaçado de morte desde que comeci a fazer as primeiras denúncias do cartel".



Dá-lhe PT!

A Comissão Regional Provisória Pró-PT do Rio Grande do Sul acaba de lançar o primeiro número do "PT-INFORME". Um boletim que se pretende quinzenal, no rumo do tão falado jornal do PT.

Neste número a gauche-da mostra que não está dormindo de toca. Num conjunto de 10 pontos vem toda uma regulamentação "estatutária" visando desde as articulações no estado, tanto na capital como no interior. E a preocupação básica é com a democracia e a eficácia do processo, começando pelo item 1 a se auto-titular Comissão Provisória.

Não é à toa e de graça, que a reunião de Vila Betânia conseguiu avançar nas definições programáticas (ver nesta edição pag. 14).

Enquanto isto, também lá no Sul, a Tendência Socialista do MDB, num longo documento de 10 laudas sobre a reunião de Vila Betânia, afirma que, "entendemos que não há mais espaço para articulações do tipo Frente Popular ou Partido Popular, pois esta indefinição do caráter de classe reflete também a vacilância e a confusão programática destas alternativas. O espaço pluriclassista não tem como não se confundir com as propostas tipo PTB. O que cabe aos setores mais combativos da oposição brasileira é conscientizarem-se dos sintomas apontados pelo lançamento do PT, as condições objetivas dos assalariados que formam a grande maioria do povo brasileiro e disponíveis para as consignas e a articulação anti-capitalistas". (FA)

O bendito fruto entre as mulheres

Sinal dos tempos: os empresários agora partem para a construção de seus lobbies junto aos parlamentares do Congresso Nacional. É o que propôs o Sr. Rui Barreto, presidente da Confederação das Associações Comerciais, quando no último dia 17 lançou a chamada "Ação Empresarial" da qual participarão todas as 852 entidades filiadas e mais de 350.000 empresários associados.

A infraestrutura já está montada. Uma Secretaria funcionando em Brasília, permanentemente observando e intervindo nos projetos que tramitam pelo Congresso Nacional.

Mal há há, garante o erudito deputado federal pelo Rio de Janeiro, Célio Borja. É uma prática já corriqueira nos Estados Unidos e, com o tempo, também os outros setores sociais do povo brasileiro deverão vir a criar seus lobbies: estudantes, trabalhadores etc. Cederá aos "homens públicos" a decisão de decidir com independência tendo em vista exclusivamente o bem comum e o interesse do país. Salvou a pele... (FA)

Mas na verdade esta "Ação" é reveladora

isto sim, da preocupação dos pequenos e médios empresários em aproveitar o "abertura" para tirar o atraso dos anos em que ficaram nas migalhas do milagre. Os grandes grupos, preferem a ação direta. Já estão bem instalados na cúpula do governo e só secundariamente se utilizam do parlamento. É como falou o empresário Henrique David Sanson, da Sanvas, uma empresa recentemente encampada por um grupo multinacional: "as pequenas e médias empresas formam um grupo que, bem organizado, poderia constituir-se em importante força política capaz de levar suas reivindicações aos altos escalões e vê-las atendidas".

Iusão. Pois como afirmou Germano Lira, da Federação dos Bancos esta sim, instalada no topo mesmo do Palácio do Planalto: "Enquanto estes setores empresariais estão começando a rezar a Ave-Maria, nós já estamos no Bendito fruto entre as mulheres". (FA)

As ironias da universidade

No último dia 21, aqui em Porto Alegre, na Pontifícia Universidade Católica, realizou-se mais uma formatura das turmas de Engenharia Operacional. Seria tudo normal, não fosse o fato de que os quase cem formandos não receberam o diploma de Engenheiros Operacionais, ao contrário disto receberam um certificado que em termos de título é equivalente a um curso técnico de grau médio.

Os burocratas do MEC, mentores da esculhambação do ensino brasileiro, num primeiro momento após a reforma universitária deram carta branca para que fossem criados os mais esdrúxulos cursos de nível superior, nas mais variadas partes e independentemente de condições mínimas de funcionamento. Agora quando o mercado de trabalho se esgota para certos profissionais de nível superior, passa a não mais reconhecer cursos que anteriormente incentivou que fossem criados. A irresponsabilidade aos burocratas do MEC é tanta, que sequer permitiu que estes estudantes que já estavam cursando Engenharia Operacional no momento em que foi baixada a portaria de extinção pudessem receber o diploma ao final do curso.

O cômico de tudo isto é que foi convidado para parainfante o atual governador do Estado, Sr. Amaral de Souza. Se fosse para ironizar deveriam então ter convidado o Ministro que criou tal curso e o Reitor.

Ponto alto da formatura foi o discurso do sr. Governador. Empolgado com suas próprias palavras, "Amaralzinho" saiu-se com esta preciosidade literária: "haveremos de enfrentar a crise energética com o álcool, com o nosso carvão, com nossas florestas...". nesse instante deve ter recordado que a área do Estado coberta por matas já é inferior a dois por cento e até desertos já despontam no Rio Grande, fruto da devastação ecológica, e rapidamente se refez, concluindo: "... que deverão ser plantadas". (Sucursal de Por Alegre)



O gosto do Médico

O ex-presidente Médico deu o ar de sua graça novamente. E disse: "estou muito otimista em relação ao governo Figueiredo. Aliás, eu sempre fui otimista".

Como dizem os nordestinos, Vigé! Se o Garrastazu está otimista é sinal que ele espera que as coisas fiquem do jeito que ele

gosta. E o gosto dele nós já vimos como é: uma beleza para as empresas (principalmente para as multinacionais) e Lei de Segurança Nacional em cima do povo. Não vem não, Médico, continue no anonimato que é bem melhor. Logo agora que a gente já está reaprendendo a abrir a boca... (RVN)

CONVITES

Jornal

O retorno do "Batente", jornal de trabalhadores da região de Osasco, vai ser comemorado com uma festa no próximo dia 29. A comemoração começa às 13 horas e vai ter futebol, feira de livros, forró, barracas e filmes.

Vá comemorar também, é no Centro de Vivência da Vila Yara — Rua Benedito Soares Fernandes, n.º 7 — Osasco.

Festa

O Centro Cultural da Vila Santa Catarina, de São Paulo, vai promover no próximo dia 29 uma Festa Baiana. A festa é em comemoração à data da Independência da Bahia.

O Centro Cultural fica na Rua Panamá, 663 — travessa da avenida Santa Catarina. Começa às 15 horas e vai até acabar.



altino dantas junior

O projeto da anistia já é conquista da oposição democrática

É interessante se destacar em primeiro lugar, quanto ao projeto de anistia do governo, que a pressão do movimento democrático, a luta do povo brasileiro conseguiu com que este governo apresentasse um projeto. Isto é um fato extremamente importante. Este mesmo ditador Figueiredo fazia no ano passado declarações de que ele, quando muito, aceitaria as revisões de processo. Bem, a pressão da opinião pública, a luta dos democratas, dos trabalhadores, dos estudantes etc., de todos estes setores vivos da sociedade brasileira, obrigaram a que ele apresentasse um projeto.

É bom, contudo, destacar que embora ele seja força- do a avançar e apresentar um projeto, no entanto este projeto dá ainda a medida da força que o arbítrio ainda tem neste país. É um projeto ao qual podemos dar uma infinidade de adjetivos: mesquinho, incongruente, incoerente, enfim, um projeto que não atende de forma alguma os anseios do povo brasileiro.

Que tática usar?

Portanto é um projeto diante do qual estamos contra e achamos por decorrência que todas as forças democráticas devem unir esforços para que o Congresso Nacional o rejeite. Devemos tentar corrigir os erros deste projeto.

Hoje, se trava uma discussão muito importante sobre a tática que o Congresso deve ter em relação ao projeto do governo. Eu acho que a discussão foi posta prematuramente porque a tática vai depender das forças que derem sustentação ao Congresso. Eu, pessoalmente não me posicionaria neste momento por um ante-proje-

to, porque julgo ser um enfrentamento que as forças populares não têm condições de fazer passar no Congresso. Temos que somar esforços na denúncia deste projeto, isto é decisivo.

Se a tática será por emendas ou por um substitutivo, esta definição vai depender do desenvolvimento desta luta. E isto as forças parlamentares definirão no momento adequado.

O fundamental hoje é que a luta seja levada a nível das massas. É a pressão do movimento popular, das massas organizadas, que fará com que este projeto se amplie ou seja substituído.

A acusação de terroristas nós a devolvemos ao governo. Em um determinado momento da vida nacional optamos pela luta armada. Eu particularmente tenho uma visão auto-crítica deste período, mas não é o caso de discuti-la aqui agora. Assumimos historicamente a opção e solução de luta armada que adotamos em um determinado momento da história deste país. Um momento em que se torturava, se matava e se impedia todos os caminhos de participação política.

É importante não se esquecer que muito antes de qualquer ação armada já se matava e torturava neste país. Lembremos aqui os nomes do sargento Manoel Soares, o estudante Edson Luis etc., que há muito já mostravam o clima de terrorismo que este regime impunha ao país e que vai atingir seu clímax em 68 com o AI-5.

Altino Dantas Junior, ex-dirigente da UNE é preso político em São Paulo, estando condenado a 93 anos de prisão



geraldinho siqueira filho

Um partido popular em defesa dos explorados

e operárias é fundamental que, seu programa, além das bandeiras de luta pelas liberdades democráticas tenha bandeiras e propostas calcadas nas reivindicações econômicas e sociais do movimento operário popular.

Para tanto sua plataforma de lutas por melhores condições de vida e trabalho deve avançar nas definições das lutas contra o arrocho salarial, contra a carestia, pela posse da terra, por melhores condições de moradia e saúde para o povo, por serviços públicos e gratuitos para todos.

Mas só isso não basta. O programa de um partido deve hoje responder às grandes questões nacionais tornando claro o que interessa para o movimento operário popular. Quando temos um projeto de nova CLT o central para o partido popular deve se colocar a questão do desmantelamento das entidades sindicais do Ministério do Trabalho e não mudar esta ou aquela alínea da lei.

Quando a anistia é discutida no Congresso não deve bastar melhorar o projeto restritivo, mas colocar a questão da anistia ampla, geral e irrestrita, do fim das prisões e perseguições políticas, do desmantelamento do aparelho repressivo, da punição dos torturadores, e ao serviço que este projeto mesquinho está prestando para consolidar o projeto de reforma da ditadura, mudando a fachada para manter o regime militar no poder.

Quando a ditadura propõe a "economia de guerra" o partido popular não deve se perder em discussões sobre se queremos álcool ou petróleo, mas sim colocar a ditadura como a responsável pela situação de falência econômica em que o país se encontra. Deve desmascarar a "economia de guerra" como forma de acobertar os verdadeiros culpados, de dividir com o povo somente os prejuízos de um sistema econômico imposto e assegurar que o grande capital monopolista continue lucrando e acumulando para seu único e exclusivo benefício. Através desta política econômica da qual a "economia de guerra" é apenas uma proposta, a ditadura pode lançar o apelo da salvação nacional tentando também com isto reconquistar respaldo político junto à sociedade de vir, logo adiante, usar este mesmo apelo para reprimir e ignorar as lutas de amplos setores da população por melhores salários.

Qual é nossa alternativa de poder?

É fundamental também que no momento em que a própria ditadura tenta mudar sua fachada apresentando um novo modelo de dominação, que o programa deste partido de frente aponte para toda a opinião pública qual é a nossa alternativa a este regime e qual a sociedade que almejamos construir.

Não tínhamos a pretensão e nem poderíamos apresentar aqui um programa pronto. Apontamos os grandes rumos — o programa do partido popular deve surgir das discussões dentro do movimento operário popular e entre as várias correntes políticas que nele estarão.

Nós, enquanto corrente política, vamos defender como horizonte político de nossa luta a construção de uma sociedade socialista e a conquista do governo que possa levar ao fim e ao cabo esta tarefa, um governo sob a hegemonia dos trabalhadores, o governo dos trabalhadores.

A semente foi lançada. O que se trata agora é de botar com toda força esta discussão na rua e trabalhar para que surja dela a representação política que venha a servir para o avanço do movimento.

Geraldo Siqueira Filho é deputado estadual pelo MDB paulista



olívio dutra

Desatrear os sindicatos dos interesses da burguesia

Luiz Werneck Vianna tem razão quando afirma que "a única forma de a classe operária impor um sindicalismo democrático é se organizando nas fábricas". A organização por local de trabalho combinada com a atuação nos sindicatos além de enraizá-los na situação concreta dos trabalhadores transforma-os em organismos realmente democráticos e representativos dos legítimos interesses de suas bases.

Os trabalhadores ao transformar o Sindicato, na prática, em organismo democrático para organização de suas lutas, estarão, também, criando condições para que, no plano político institucional, a estrutura jurídica, que atrela suas entidades aos interesses da burguesia que domina o aparelho do estado se desintegre. A luta pela construção do sindicalismo pela base, no entanto, pode e deve se dar conjugada com a luta pela revogação imediata da estrutura sindical corporativa para que a desintegração se dê no tempo e na forma correspondente aos interesses dos trabalhadores possibilitando, inclusive, a sua substituição pelo Código de Trabalho. Conquistar a liberdade e autonomia dos sindicatos é conquistar também a forma de garanti-las. Um código de trabalho que substitua o emaranhado de leis, decretos-leis e portarias que formam a CLT e construído a partir das experiências objetivas de ontem e de hoje da classe trabalhadora, será a forma de, na prática, garantir os princípios liberdade e autonomia sindicais, direito de greve, garantia no emprego, salário mínimo real e unificado a Convenção Coletiva de Trabalho.

A questão da estabilidade

O código de trabalho, garantindo os direitos básicos e fundamentais para todos os trabalhadores brasileiros (jornada de trabalho, férias, descanso semanal, salário mínimo real e unificado, 13º salário, aposentadoria digna, etc.), impedirá a super-exploração da mão-de-obra nas regiões em que o grau de organização dos que trabalham ainda é pequeno. E por estabelecer apenas o básico, sem entrar em detalhes e particularidades específicas de cada categoria em cada região, sobre o código estarão as Convenções Coletivas de Trabalho, criando novos direitos, fazendo com que as relações de trabalho avancem com o mesmo dinamismo da realidade social. A Central Única de Trabalhadores atuará no sentido de homogeneizar, a nível nacional, todas as conquistas obtidas por esta ou aquela categoria nas negociações diretas concretizadas nas Convenções Coletivas.

Quanto à estabilidade realmente não podemos esperar que ela seja uma concessão do capitalismo brasilei-

ro. Terá de ser uma conquista dos trabalhadores. Seria interessante analisar a estabilidade no emprego existente no Japão. Lá o trabalhador, pelo que temos lido, está desde o dia em que ingressa na empresa e esse direito é transmitido aos seus descendentes por herança. Parece, portanto, que não é por aí que o capitalismo vai morrer ou deixar de "se reproduzir como tal". A Admissão e a Demissão de trabalhadores não podem ser decisões da exclusiva competência dos empregadores. O princípio geral, que proíbe essa exclusividade, deve estar firmado no Código de Trabalho e as regras deverão ser estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho.

Temas que acabar com o Imposto Sindical

Bater-se pela liberdade e autonomia sindicais significa bater-se, também, pela extinção do Imposto Sindical. O Imposto Sindical, hoje Contribuição Sindical, é a espinha dorsal da dominação do estado sobre as entidades sindicais. Agora, é claro, assim como a conquista dum sindicalismo democrático começa pelas organizações por locais de trabalho, a derrubada da contribuição sindical se inicia desde já com uma política dos sindicatos no sentido de tornar cada vez menor a participação dessa rubrica no total de suas receitas. Nas discussões de base e nas assembleias, é indispensável que essa questão seja colocada a fim de que sejam criadas formas alternativas de sustentação econômico-financeira dos sindicatos por deliberação dos próprios trabalhadores.

Na verdade muitas direções sindicais ainda querem se obrigar numa imposição do Estado para garantir a receita das entidades no temor de que, por vontade própria, o trabalhador não concorde, nas assembleias, com qualquer desconto para sustentação material dos sindicatos. É o velho vício da tutela. Alegam que, extinta a contribuição sindical, 90% dos sindicatos desapareceriam. Se isso realmente acontecesse tenho minhas dúvidas se isso poderia ser considerado um mal. Por outro lado, não acredito que o Estado, dominado por aqueles cujos interesses estariam em risco caso houvesse um sindicalismo vigoroso, auto-sustentado e independente, ao arrecadar a "contribuição" a repassaria integralmente para as entidades sindicais sem impor qualquer condição. A derrocada da atual estrutura sindical está intrinsecamente vinculada à auto-sustentação do sindicato, portanto, ao fim da "contribuição" sindical imposta pelo Estado.

Olívio Dutra é presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre

Um partido de frente

Por isso defendemos hoje um partido de frente que tem seu embrião na articulação política dos deputados populares com as lideranças expressivas e representativas do movimento.

Este partido deve responder às principais necessidades que o movimento coloca e que o MDB não responde:

- Deve ser a representação política de um movimento amplo pelo fim do regime militar.
- Deve ter sua expressão parlamentar mas sua atuação está principalmente voltada para fora do parlamento.
- Deve cumprir o papel de unificar politicamente os setores que representa em torno das lutas e questões centrais colocadas pela conjuntura.
- Deve construir a unificação política de suas bases de apoio.

Neste partido devem estar todos os que lutam intransigentemente pela derrubada da ditadura e pretendam impor ao seu fim a alternativa que sirva às classes exploradas. Suas bandeiras de luta devem ter o conteúdo que sirva melhor aos trabalhadores e ao povo.

Não basta liberdades democráticas

Para enfrentar o embate político com a ditadura o programa do partido popular deve aprofundar a plataforma de luta pelas liberdades democráticas. Desde já defendemos: liberdade de organização e expressão, liberdade de organização partidária, liberdade sindical, pela criação da CUT e reconhecimento da UNE, pela participação popular direta em todas as decisões, por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e democrática.

Mas temos claro que não basta arrolar as principais bandeiras desta plataforma. Para que o programa do partido responda à luta política temos que definir os contornos de uma alternativa popular à ditadura.

Para que este partido cumpra com seu principal objetivo que é sua sedimentação junto às bases populares

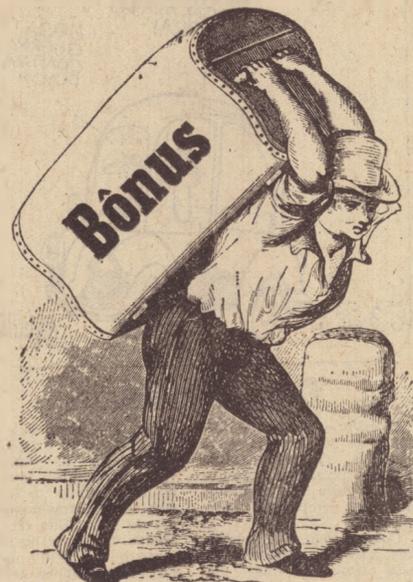


Bônus contra o terrorismo

Compre este bônus e receba dividendos na forma da sobrevivência do EM TEMPO no firme combate pelo desmantelamento do aparato repressivo da ditadura.

O último atentado nos causou prejuízos da ordem de Cr\$ 400.000,00.

Remeta qualquer quantia, na forma de cheque nominal a: EDITORA APARTE S/A. para a mesma, R. Mateus Grou 57, Pinheiros, São Paulo.



Reaja junto conosco



Assine EM TEMPO:

Nome _____ Profissão _____
Endereço _____ Bairro _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Desejo uma assinatura: Exterior
ANUAL Cr\$ 600,00 ANUAL US\$ 90,00
SEMESTRAL Cr\$ 350,00 SEMESTRAL US\$ 50,00

Cada assinatura ANUAL do EM TEMPO dá direito a uma coleção dos Cadernos do CET — Centro de Estudos do Trabalho. Desejo uma coleção dos Cadernos do CET

Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — Fone: 853-6580

Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes — Belo Horizonte — MG — CEP 30.000

APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS

Ex-chefe da repressão denuncia terrorista do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) que praticaram atentado contra o jornal EM TEMPO. Perito policial abre o jogo e esclarece as irregularidades e ilegalidades praticadas pela própria polícia nas investigações dos últimos atentados. Um dos denunciados como membro-terrorista do CCC, Afonso Araujo Paulino, dono do JORNAL DE MINAS, foi também denunciado na Câmara dos Deputados, no dia 7 de junho deste ano, pelo deputado federal MDB-MG Genival Tourinho como "um homem desprovido de qualquer resquício de caráter", resp. onável por uma série de crimes, todos eles praticados sob a cobertura de suas funções policiais junto ao DOI-CODI-MG. Publicamos também o discurso de Genival Tourinho e o dossiê sobre os crimes do torturador Afonso Paulino. Tudo isso, nesta página e nas duas seguintes.

Eles são do CCC

Aberto oficialmente o inquérito para apurar quem são os responsáveis pelo atentado terrorista contra a sucursal do EM TEMPO em Belo Horizonte, procuramos o ex-chefe da repressão em Minas Gerais, o ex-agente do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), militante anticomunista e nazista confesso, Nelson Galvão Sarmento. O atentado foi no último dia 8. O inquérito está correndo desde o dia 13. No dia 18 de julho, às 10 hs., Sarmento entrou no gabinete do delegado especial Pedro Barbosa e depôs até às 13:30 hs. A tarde ele apresentou ao nosso repórter o seguinte atestado: "Atesto que o senhor Nelson Galvão Sarmento esteve nesta delegacia durante a parte da manhã de hoje, prestando depoimento em inquérito policial instaurado de ordem do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública. A seguir, com exclusividade, o depoimento-bomba do ex-chefe da repressão Nelson Sarmento.



Sarmento, nazista confesso.

Por que estes criminosos não são presos?

O coronel do Exército Octavio Aguiar de Medeiros, atual ministro-chefe do SNI, estava no comando do CPOR (atual NPOR) em Belo Horizonte, em 1968. No mês de abril estoura a greve da Contagem. O movimento estudantil estava nas ruas. O coronel instaura um IPM para apurar a "subversão". Em Minas Gerais, o DOPS, a G-2 (serviço secreto da Polícia Militar de MG, transformado em odioso aparelho repressor e de torturas) e o Cenimar, dirigido pelo agente Nelson Galvão Sarmento estavam na ativa. O Exército pretendia constituir seu próprio esquema de inteligência em Minas, assenhorar-se do comando central dos órgãos de informação e desativar o Cenimar.

também está para ser contada a organização do terrorismo que saiu dos porões de repressão da qual fez parte um jovem que hoje é "gente de sociedade" em Minas e que era conhecido como "bombardeiro". 1969 é o ano do CCC em Minas. O tempo passou. As esquerdas mudaram muito. A repressão, de repente, preparada para o combate aos pequenos grupos armados, necessita reciclar

Repórter do EM TEMPO declarou ao delegado: "Omissão caracteriza cumplicidade, acobertamento..."

suas formas e métodos de ação. Estão na moda a infiltração, o seguimento, a escuta telefônica e eletrônica, a ação política confusionalista. Mas estes métodos não dispensam jamais o terror. O braço clandestino, a mão terrorista fazem parte do organismo, e esta mão, em Minas, tem saído a campo para atacar entidades das oposições e para saquear, com o propósito de obter informações. MAC e GAC, siglas que aparecem pichadas nas paredes do EM TEMPO em julho de 1978, data do primeiro atentado, são legendas diversionistas do CCC, assim como o CCC é um eufemismo dos porões. No inquérito que corre desde a sexta-feira, 13 de julho deste ano, na Seccional Centro da Polícia Metropolitana, presidido pelo delegado especial Pedro Moreira Barbosa, para apurar os nomes dos quatro autores do atentado terrorista de 8 de julho contra o jornal, o repórter declarou duas coisas fundamentais.

"Pedro Ivo, Jesus, Schoubert e Cícero, comandados pelos majores João Teixeira Vicente e Rubens Ferreira (o chefe), especializaram-se na tortura em mulheres..."

capitães do Exército, notabilizaram-se como torturadores. Lacerda suicidou-se mais tarde. Pedro Ivo, Jesus, Schoubert e Cícero, capitães PM da G-2, comandados pelos majores João Teixeira Vicente e Rubens Ferreira (o chefe), especializaram-se na tortura em mulheres, sob o comando do tenente-coronel de Exército Waldir Teixeira Goes. Os tenentes Franklin (hoje no Exército), Praxedes, Machado, Pádua e Ribas, da PM, e os tenentes R-2 Del Menezzi, Marcelo Paixão e outros, tomaram parte nas torturas, agindo de maneira obsecada como jovens recrutas do organismo central de repressão, constituído em Minas após a desativação do Cenimar. Era o nascimento do DOI-CODI em Minas Gerais. Tacir Omar Meneses Sia e Davi Hazam, delegados todo-poderosos da polícia política (DOPS), tornaram-se intocáveis como delegados de Segurança Nacional.

Civis, alguns deles ex-fachinhas amarelas que se inscreveram espontaneamente para auxiliar o movimento de 64 no combate à "subversão", também entraram na roda, com livre acesso aos porões. Esta história ainda está para ser contada. Como

Primeira: que o CCC, GAC e MAC são a mesma coisa, e que agem acobertados pelo DOI-CODI em Minas Gerais. Segundo: que à época dos atentados anteriores (julho e agosto de 78) o EM TEMPO solicitou abertura de inquéritos junto à polícia Federal e à Secretaria de Segurança Pública. Estes inquéritos não andaram. Está dito no depoimento ao delegado Moreira Barbosa que essa omissão caracteriza cumplicidade, acobertamento. O Secretário da Segurança Pública coronel Amando Amaral deve esclarecer este fato. No entanto já se sabe que o governo de Ozanam Coelho, que substituiu Aureliano Chaves, foi aconselhado a se desinteressar em apurar os atentados, conforme disse voz autorizada do esquema daquela governo.

Figueiredo pronunciou-se sobre o atentado. Disse: "Esta (a repressão), quando necessária, deve processar-se com estrito respeito à lei". O homem do SNI recomenda aos porões: cautela porque os tempos são outros e vocês são necessários porque os tempos podem tornar a mudar. Mas Figueiredo, nas entrelinhas, acusou a repressão pelo ataque ao EM TEMPO "Esta (a repressão), quando necessária..." "Quer dizer, foi ela, a repressão. O DOI-CODI, que atacou o EM TEMPO.

Torturadores de mulheres

Relação de várias presas políticas detidas em 1969, em Belo Horizonte, que revela os locais onde foram torturadas, as testemunhas e os nomes dos torturadores, comprovando, assim, as denúncias do ex-chefe da repressão em Minas, Nelson Sarmento, que apontou vários torturadores como "especializados em praticar sevícias em mulheres".

As presas citadas na relação: Gilse Maria Cozenza Avelar; Delcy Gonçalves de Paula; Maria do Rosário da Cunha Peixoto; Laudelina Maria Carneiro; Loreta Kiefer Valadares. Na mesma época, junho de 69, outras presas foram vistas em celas dos locais de tortura.

Locais de tortura: Colégio Militar de Belo Horizonte; Quartel da DI da PM MG; Dependência da G-2 (Atual PM-2) da PM MG (Prédio da Secretaria do Interior, Segurança e QG da PM MG); Penitenciária de Mulheres de BH; Quartel do 12.º RI. Torturadores de mulheres: Ten. Waldir Teixeira Goes; capitães Joffre Lacerda (suicidou-se), Gomes

Carneiro, Sebastião G. Paixão, Portela. Tenente Marcelo Paixão. (Todos da Comissão de Inquérito P. Militar).

Da PM MG: Cel. Drumond e Cel. Hellos Pires de Carvalho (Cmdt. DI), Major João Teixeira Vicente e Major Rubens Ferreira (chefe da G-2). Capitães Pedro Ivo, Cícero, Jesus e Schoubert; tenentes: Franklin (hoje no Exército - 4.º BI-BH), Praxedes, Machado, Pádua e Ribas. Sargentos: Leo Machado, Costa e o cabo Matias Martins. Do DVS (Arual DOPS); investigador José Perpétuo de Rezende. Testemunhas: Dra. Nahyilda, Dr. Altomar, médicos da Penitenciária de Mulheres).

Quem é quem no terror em Minas

Seu nome: Nelson Galvão Sarmento. Funcionário público lotado na Corregedoria Administrativa do Estado de Minas Gerais. Profissional da repressão política, militante anticomunista, nazi-fascista confesso. Citado por presos políticos como torturador, por duas vezes o nome de Sarmento apareceu nos listões publicados pelo EM TEMPO. Por duas vezes também Sarmento encaminhou carta ao jornal reiterando a sua condição de agente anticomunista e nazi-fascista e negando qualquer envolvimento em práticas de torturas. O EM TEMPO publicou as cartas.

Agora Sarmento acusa: o CCC fez os atentados contra o EM TEMPO em Minas. Mais: ele começa a

Erwin Jansen, o pai, foi quem contou a Sarmento que Luis Alberto Jansen, o filho, é membro ativo do CCC em Minas.

dar os nomes dos militantes do CCC. A partir desta edição o EM TEMPO começa a publicar o quem é quem no terror em Minas. Sarmento acusa: Luis Alberto Jansen é militante do CCC em Minas e foi recrutado em 1969 pelo delegado Tacir Omar Meneses Sia, através do ex-inspetor do DOPS Frederico. O jornalista Afonso de Araujo Paulino, torturador, também é militante do CCC em Minas.

"Após abril de 1978, ocasião em que foram iniciados os atentados terroristas auto-responsabilizados pelo CCC, MAC e GAC, resolvi, após consultar meus antigos companheiros do BIP (Bureau de Informações Políticas), tomar as seguintes providências:

Em primeiro lugar, procurar os jornais de maior penetração nacional, a fim de deixar bem esclarecida a não participação dos antigos elementos anticomunistas (Frente Mineira Anticomunista e BIP) nos atuais organismos clandestinos, como o CCC, GAC e MAC. Foi procurado o Jornal do Brasil. Tal entrevista, inexplicavelmente, até hoje não saiu publicada. Motivo suposto: devido ao ataque direto que fiz ao poderio econômico e político que, através da CIA, apóia as organizações terroristas, clandestinas e subversivas, que atuam à moda da CIA, como é o caso do CCC, GAC e MAC.

Mais tarde fui procurado pela revista VEJA, tendo concedido idêntica entrevista ao repórter Lindemberg. Depois, nova entrevista foi concedida, dessa vez ao Estado de São Paulo, também não publicada.

Em segundo lugar resolvi mobilizar meu pessoal para realizar por conta própria as investigações. Pus

Sarmento deu entrevista ao "Jornal do Brasil", "VEJA" e "Estadão". Nenhuma foi publicada. Por quê?

30 elementos em campo, em Belo Horizonte, membros do "Grupo Sarmento", para investigar a origem e o pessoal participante dos atuais movimentos anticomunistas.

Coroado de êxito consegui detectar um dos elementos bastante credenciados do CCC em Belo Horizonte, partindo daí para a identificação dos demais componentes do grupo. Inclusive, no ano passado, estava esperando a abertura de inquérito sobre o atentado a bomba contra o EM TEMPO para revelar os nomes. Como no ano passado não saiu inquérito nenhum, então o "Grupo Sarmento" não pôde colaborar. Agora existe o inquérito.

A confissão feita a mim pelo engenheiro topógrafo Erwin Jansen a respeito do recrutamento e da participação ativa do seu filho Luis Alberto Jansen no CCC é a seguinte. Luis Alberto Jansen, técnico em eletrônica, formado pela Escola Técnica Federal de Belo Horizonte, foi recrutado para o CCC na própria escola por Tacir Omar Meneses Sia, que agiu através do ex-inspetor do DOPS de nome Frederico, em 1969, época em que eles participaram das atividades do DOI-CODI, das chamadas atividades auxiliares, conforme foi dito a mim por Erwin Jansen, na presença de testemunha.

O sr. Erwin disse que num confronto com subversivos em 1969, em Belo Horizonte, o Luis Alberto Jansen teria matado um dos subversivos. Nessa ocasião um colega e amigo íntimo de Luis Alberto, também militante do CCC, fôra baleado na coxa. O pai de Luis Alberto Jansen declarou que ele é um elemento radical, violento, e que possuía diversas armas em sua casa, e que disse ao pai, abertamente, que tinha a honra de pertencer ao Comando de Caça aos Comunistas.

Afonso Araujo Paulino, Sérgio Casadey Florencio, Paulo Guilherme Vaz de Melo (Paulo "Cicatriz"), Antonio Américo de Magalhães Góes — "todos eles rodaram a manivelinha, torturando..."

No mesmo depoimento fiz ver ao encarregado do inquérito que através de publicações e de denúncias feitas por torturados, diversos elementos alheios aos quadros oficiais das polícias civil e militar e às unidades militares participaram ativamente do processo de repressão e tortura em Minas Gerais. Entre eles: destacam-se o jornalista Afonso de Araujo Paulino, o joalheiro Sergio Casadey Florencio, o advogado Paulo Guilherme Vaz de Melo (Paulo "Cicatriz") e o funcionário da Caixa Econômica Federal Antonio Américo de Magalhães Góes. Há testemunhas de que todos eles rodaram a manivelinha, torturando, e de que eram companheiros do tenente R-2 Del Menezzi, que hoje serve no SNI em Brasília, e do capitão Gomes Carneiro.

Por conseguinte o recrutamento e a participação de Luis Alberto Jansen é perfeitamente explicável. Não sei, com exceção de Afonso de Araujo Paulino, dentre os nomes citados acima, da participação dos demais no CCC, GAC e MAC.



WALMER CAIXETA BRAGA, RG n.º M-423.393, mineiro de Patos de Minas, nascido em 15/09/48, carteira de Polícia n.º 659, assinada pelo ex-secretário da Segurança Pública de Minas Gerais, coronel Venício Alves da Cunha, atual chefe-de-gabinete do vice-presidente da República, Aureliano Chaves. Este homem, o Caixeta, como é conhecido, é um perito criminal, grafotécnico. No momento, ele está processando civilmente a Administração Central de Polícia, em defesa dos seus direitos. Aqui, ele conta porque foi posto na "lista negra" da Administração e faz a "perícia da perícia", analisando os laudos periciais feitos pela polícia na sede da sucursal do EM TEMPO em Belo Horizonte.

Imperícia e crime

Um policial contra a polícia

Por Sérgio Marques

No jargão policial, "casa de caboclo" quer dizer arapuca, armadilha ou estratégia montada para pegar alguém pelo pé. Dez dias após o atentado praticado pelo CCC contra o EM TEMPO, em Belo Horizonte, um advogado anônimo dá ao repórter uma dica sobre um policial perito, que está movendo um processo contra a administração da polícia civil em Minas Gerais. Endereço do perito: rua do Ouro, 502, Serra, BH. "Não custa ver o que é isso, afinal o EM TEMPO entrou numa fria com a perícia executada no ano passado, após o atentado de agosto, a bomba".

"Sou do jornal EM TEMPO", me apresenta. O Sr. é o perito Walmer Caixeta Braga? Sou eu, disse ele. Explico como cheguei até ele e marco um papo para o dia seguinte, na sucursal. Ele topa sem vacilar. Pensei: "Tem coisa nesse matão". Na tarde de 19 de julho, 5.ª feira, o policial entra na sucursal. Mostra a carteira de identidade M-432.393, mineiro de Patos de Minas, nascido em 15-09-1948, registro de identidade de 08-01-1973. Peço para ver a carteira de polícia. "Claro", diz ele. A carteira de polícia n.º 659, assinada pelo ex-secretário da Segurança Pública de Minas, coronel Venício Alves da Cunha, atual chefe de gabinete do vice-presidente Aureliano Chaves, pertence a Walmer Caixeta Braga, conhecido como Caixeta, perito criminal, grafotécnico.

Penso no ditado "na briga do mar com o rochedo quem sai perdendo é o marisco". Trocan-

do em miúdos "em briga de polícia com polícia quem sai perdendo é malandro". Tem casa de caboclo montada pra nós, foi a impressão. O homem começa a falar. O depoimento é uma denúncia quente. Caixeta, perito criminal, começa a apontar como é que a administração central da polícia civil de Minas montou uma casa de caboclo para destruí-lo.

Ele acusa: "a polícia tortura para mascarar a incompetência". A cúpula da polícia civil de Minas, diz ele, "à qual estou subordinado, participa de ato cívico de desagravo a marginais públicos e notórios como é o caso do cidadão Sérgio Paranhos Fleury, do qual me considero antítese". O perito acusa a estrutura da polícia, "corrompida", diz ele, e mostra como é que a máquina funciona por dentro. Caixeta, perito criminal, analisa dois laudos sobre atentados terroristas contra o "EM TEMPO" e mostra a irregularidade cometida pelo Instituto de Criminalística de Minas Gerais, que durante uma perícia em 18-08-78 no EM TEMPO, após o atentado à bomba praticou "sequestro ilegal de objetos do jornal e invasão de domicílio". Caixeta está na lista negra de muitos delegados. Dois deles tentaram sequestrá-lo.

Caixeta diz: "Denunciei e não tenho medo de cara feia e não estou disposto a ser 'suicidado' como aconteceu com Wlad Herzog, Manoel Fiel Filho e com o operário Aézio".

Naõ me sinto à vontade para exercer a função policial quando vejo em jornais fotografias da cúpula da polícia à qual estou subordinado participando de ato cívico de desagravo a marginais públicos e notórios como é o caso do cidadão Sérgio Paranhos Fleury, do qual me considero antítese, como me considero antítese do inspetor de polícia Gilson Marques. Este, agiu como intermediário num laudo documentoscópico do qual fui um dos signatários cuja conclusão técnica veio trazer ao perito os dissabores e a perseguição que o perito apontará.

A perseguição

A propósito de Gilson Marques gostaria que o superintendente geral da Polícia T h a c i r O m a r Meneses Sja viesse de público dar o nome do policial que deu fuga a Julio Cesar Zogbi Ramos, o "pequeno notável", no 2.º Distrito Policial. O superintendente ficou de dar o nome e até hoje não deu. Ele pode dar agora, uma vez que o nome do policial já é de conhecimento público e notório. Já divulgado no Estado de Minas.

Contra o inspetor Gilson Marques pesa, ainda, conforme leio no Estado de Minas, "a acusação de haver recebido dinheiro de Zogbi, para facilitar sua fuga", tendo o inspetor, diz o jornal, recebido 100 mil cruzeiros, e se apropriado de 3 barras de ouro de 573 gramas cada, muitas jóias, 700 dólares e 8 mil em dinheiro.

Se existe uma sociedade corrompida e uma polícia corrupta, logicamente este perito não jogaria neste time. Por exemplo: a conclusão técnica apontada no laudo mencionado desagradou por certo a setores da polícia. Daí transbordou o contencioso do perito com a Administração. O perito começou a ser perseguido a partir do momento em que lhe foi entregue uma documentação onde eram impugnadas duas assinaturas da ex-mulher do atual deputado estadual Moacir Lopes, da Arena, que foi prefeito de Montes Claros. A ex-mulher do deputado Lopes é irmã do deputado federal e ex-presidente da Assembléia Legislativa de Minas, Antonio Dias. Tratavam-se de assinaturas falsas apositas em documento de financiamento de empréstimo contraído pelo deputado Moacir Lopes.

Fui chamado por duas vezes à presença do diretor do Instituto de Criminalística sr. Renato Divany Araújo da Silveira para prestar informações acerca do andamento do caso em exame. Em ambas as ocasiões estava presente o inspetor de polícia Gilson Marques, como inte-

ressado no caso, da parte do superintendente da polícia metropolitana Ignacio Gabriel Prata Neto.

No laudo, assinado também pelo chefe da Seção de Documentoscopia, conclui-se, face os padrões apresentados, pela falsidade gráfica dos espécimes, impugnados. Tratavam-se de imitações.

Na Seção, o diretor do IC, tomando conhecimento da conclusão, virou-se pra mim e perguntou: "Você está contra mim e a favor dela?" O perito não entendeu a razão da pergunta e nem quem era ela — se a chefe da Seção que também assinou o laudo ou a pessoa cujas espécimes foram impugnadas. A conclusão pericial contrariava os interesses do atual deputado Moacir Lopes. O inspetor Gilson Marques, interessado no caso, já serviu em Montes Claros.

No curso de acesso para me tornar perito, fui 2.º classificado e me apresentei no Instituto de Criminalística aguardando designação, por formalidade legal. Estranhamente, quando da publicação das designações meu nome constou na relação dos designados para prestação de serviços na Seção Técnica de Criminalística em Uberlândia. Foi ferido um direito constitucional meu. Por lei eu tinha direito a permanecer na Capital, de acordo com a Constituição Estadual que assegura que a lotação e nomeação se dá por critérios classificatórios. Houve má fé e incompetência, no caso desta lotação.

"Dois delegados mandaram me sequestrar"

Residia à rua Inconfidentes, em BH. Fiz requerimento ao secretário Venício Cunha esclarecendo que já era funcionário estável, e com os direitos mencionados, solicitando minha permanência na Capital.

Interesses escusos instalados na superintendência geral da polícia obtiveram, então, minha transferência para Contagem, sob a alegação de que isto era um benefício para mim uma vez que fui dado como residente no Bairro Inconfidentes, em Contagem, e não à rua Inconfidentes, em BH. Três peritos foram para Contagem para o setor de trânsito, e por ironia nenhum deles era habilitado. Tratava-se de desvio de função pois sou perito criminal, especialista em documentoscopia. Isto foi em 76. Portanto, a perseguição já vinha de antes. O caso do laudo foi a gota d'água.

Em Contagem, me neguei, sob o amparo da lei, a exercer a função de perito de trânsito e arguindo a ilegalidade daquela transferência. Os delegados de Contagem José Lopes Siqueira e Armando Agrícola Rodrigues mandaram sequestrar o perito e jogá-lo no xadrez, pra aman-

sá-lo. Os detetives Rul e outro saíram em viatura da polícia para me pegar. Não pegaram talvez porque resolveram não cumprir ordem manifestamente ilegal. Sabiam também que o perito não tinha medo de cara feia.

Em julho de 78 retorno ao Instituto de Criminalística. As perseguições se avolumaram. Entrei com processo na Justiça para defender meus direitos, sob a forma de mandado de segurança e de uma ação de notificação devido à retenção irregular de meus salários. Eles vão ter que chegar à conclusão de que sou competente, que não sou omisso, que não abro mão dos meus direitos e que causo transtorno por causa disso. Se aparecer um laudo médico dizendo que não posso ser policial porque sou honesto, então eu ponho o chapéu e aprovo, porque não jogo no time da corrupção.

"O perito tem que agir com independência"

Há um mal estar dentro da polícia técnica. Os peritos não se sentem bem dirigidos por delegados de polícia. Os peritos entendem que deveriam eles mesmos estar na direção e nas chefias do Instituto de Criminalística e na superintendência da Polícia Técnico-Científica. Pois nem sempre os interesses da autoridade policial são os mesmos afetos às particularidades técnico-científicas. O ideal seria um Instituto Técnico-Científico totalmente desvinculado da estrutura da Secretaria da Segurança Pública. Assim se evitaria que o perito seja forçado ao atendimento de uma conclusão pericial. Quem recusa é removido como eu fui para Uberlândia e Contagem, ou é desviado de função, ou corre o risco de topar com um laudo médico dizendo que ele não serve para ser policial.

E vêm as ironias. A polícia técnica não tem recursos humanos suficientes. Geralmente uma perícia, ao contrário do que foi feito aqui no EM TEMPO, deve ser realizada em dupla. Um perito faz a pesquisa e o outro descreve. A rigor deveria vir o fotógrafo especialista. Mas a perícia no EM TEMPO foi feita por um técnico apenas. No entanto, está aqui um perito à disposição e que eles não aproveitam.

A estrutura da polícia técnica

Dentro da PT os chefes das seções técnicas são em suma quase totalmente peritos por portaria, não concursados, sem o 2.º grau, que é o pré-requisito para o concurso público. São detetives, que por interesse da Administração foram nomeados, por serem mais manipuláveis, incapazes de recusar ordens de interesse da Administração. Se recusam são rebaixados. Passam de chefe (cargo de confiança) para auxiliar de serviço, detetive. Não é de interesse da Administração colocar o perito como chefe, porque ele é concursado, nomeado, e em caso de pressão ele tem direito a recorrer



Caixeta, um perito que briga

contra a Administração sem perder o cargo, como é o meu caso, acho que inedito.

Na Polícia Técnica o chefe da seção de Crimes contra o Patrimônio, de julho de 78 a abril de 79, quando ilegalmente foi impedido de exercer a função. Por que? Suponha que o técnico Tanure, que fez a perícia no EM TEMPO, tenha conseguido elementos técnicos possíveis de identificação a posteriori de algum suspeito do atentado. Se for considerado, por exemplo, que a origem da agressão ao EM TEMPO está no aparelho repressor, o que pode acontecer? Vamos supor que existe uma impressão digital. Normalmente se faz a pesquisa nos arquivos criminais. Em seguida, nos arquivos de identificação civil onde a própria polícia está fichada e também os membros do aparelho repressor. Mas de acordo com a posição inicial, tendo a agressão partido de onde partiu, creio que não haveria interesse em se chegar até este nível de pesquisa. Ainda por suposição, se o perito Tanure, em sua atuação, causasse transtorno ao aparelho repressor, o perito Tanure estaria arriscado a enfrentar a perseguição branca. Quem não joga no time, entra na lista. Até agora o único que encorou e entrou na lista e continua encarándo é este perito aqui. E sempre fui conceituado como excelente funcionário. Jamais fui punido por irregularidade. O preço da honestidade é a perseguição branca".

perito da polícia abre o jogo:

"Perícia no EM TEMPO foi ilegal"

Ruy Mendes da Silva e Alberto Carlos de Minas, peritos criminais, e o sr. Antonio Ribeiro, do Instituto de Criminalística, estiveram no interior da sucursal do EM TEMPO, em BH, entre as 3 horas da madrugada até as 9 horas do dia 18 de agosto de 1978, quando a sucursal foi atacada por terroristas do CCC, MAC e GAC. As 7.30 chega à sucursal uma companhia do jornal. Não deixaram que ela entrasse. Aproximadamente às 9 horas, a Polícia Técnica retira-se do local e leva três embrulhos de objetos retirados do interior da sucursal. Não mostraram o que era, não forneceram comprovante. Levaram.

Você, na condição de perito criminal, como avalia este procedimento?

Primeiro situo o acesso dos peritos no local. Se dispensa a presença do proprietário, da vítima ou de representante legal, apenas em casos em que há riscos eminentes de periclitada da vida ou do patrimônio da própria vítima ou de outrem. Nestes casos se permite legalmente o acesso do perito ao patrimônio alheio. E' o caso de desatracção de artefatos, quando então a polícia é chamada e não há necessidade da vítima. Agora nos casos em que houve a explosão, em que está consumado o fato, e resta apenas o local de danos, sem risco de incêndio, e sem que haja cordão de isolamento, então passa a ser pura e simplesmente um local em que o pe-

rito só pode adentrar estando presente a vítima, ou proprietário ou representante legal. Não estando presente nenhum destes elementos o perito é obrigado a retornar ao ponto zero, ao Instituto de Criminalística. O perito não pode e não convém entrar. Isto é norma do Instituto de Criminalística. No caso do EM TEMPO, mencionado por você, os peritos invadiram ilegalmente o domicílio. Foi um ato ilegal.

E quanto aos objetos retirados?

Também foi um procedimento ilegal, um sequestro. Quaisquer objetos encontrados no local devem ser arrolados pelos peritos e devolvidos à vítima através de contra-recibo, com a assinatura de duas testemunhas presentes ao local, desde que estes objetos não sejam necessários a exames especiais. Neste caso os objetos podem ser retirados e transportados para o Instituto de Criminalística mediante recibo, igualmente com a assinatura de duas testemunhas presentes ao local. Trata-se, assim, de apreensão ilegal de objetos a serem submetidos a exames específicos.

O que foi feito no EM TEMPO após o atentado a bomba, pelo que fui informado por você, é completamente ilegal. Foi feito um sequestro ilegal de objetos pertencentes ao jor-

O EM TEMPO faz a perícia da perícia. Resultado: a polícia técnica invadiu a sede da sucursal e sequestrou ilegalmente objetos do interior do jornal. Tecnicamente o perito Walmer Caixeta mostra os erros e as emissões da polícia técnica. Ele avaliou os laudos dos atentados terroristas praticados contra o jornal, um a bomba, outro a ácido.



nal. Os objetos deveriam ser mostrados, catalogados em um recibo, ao qual seriam apositas as assinaturas devidas das testemunhas.

Quanto ao impedimento do acesso ao interior da sucursal de pessoa do jornal, também isto é ilegal.

O laudo pericial do atentado a ácido praticado contra a sucursal na madrugada de 8 de julho passado especifica a data e hora do exame. O laudo pericial do atentado a bomba, ocorrido em agosto de 73, não especifica a hora. Por que essa diferença de procedimento?

Trata-se aí de uma irregularidade.

O laudo sobre o último atentado diz que "os signatários do presente laudo, Peritos Oficiais, compareceram ao local..." Isto é falso. Assinam os peritos Luiz Antonio Correa Tanure e Hello Dias Quirino. Apenas o perito Tanure compareceu ao local, acompanhado de um chofer. Além disso, não foram tiradas impressões digitais. Por que? Posteriormente, em visita ao jornal um funcionário do Instituto de Criminalística respondeu a esta mesma pergunta, que lhe dirigi, afirmando que "certamente eles entraram de luvas". Mas ainda: havia pegadas nitidas num dos cômodos do local e não foram sequer fotografadas ou coletadas. Por que? De resto, haviam cinco peças de ácido, espalhadas em cinco cômodos do jornal. O perito Tanure colheu amostra de

apenas uma poça. Como você analisa estes procedimentos?

Ao colher material de apenas um setor, ele está supondo que o material é o mesmo em todas as salas. Logicamente há aí a possibilidade de se apontar uma falha técnica. O laudo deverá esclarecer a impropriedade de se tomar várias amostras, uma vez que ainda falta para ser agregado a este laudo que você me mostra o resultado dos exames químicos de laboratório.

Quanto às pegadas, toda e qualquer pegada, teoricamente, do ponto de vista técnico, tem que ser fotografada, medida, levantada. O levantamento das pegadas é feito por um processo de molde, quando se trata de superfície maleável. No caso do EM TEMPO as pegadas estavam em piso de ladrilhos. Pelo menos o roqui, a foto e a medida das pegadas deveriam ter sido feitas. Você determinou o tamanho da pegada, o desenvolvimento do andar, do passo, e é pegada de homem ou de mulher, se a pessoa é alta ou baixa, ou peso, etc... A pegada pode evidenciar um suspeito e incriminar outra

Quanto às impressões digitais, teoricamente, deveriam ser levantadas. Mas no Brasil a perícia de local, em si, é uma coisa empírica. É uma piada. Falta aparelhagem. Falta elemento humano. Por ironia, eu pertencço a seção de Tanure e fui ilegalmente impedido de exercer as funções.

membro do CCC chefia a

Máfia mineira

O deputado federal dor Minas Gerais, Genival Tourinho, fez uma denúncia contundente, no último dia 7 de junho, na Câmara dos Deputados, contra Afonso Araújo Paulino, "presidente do Jornal de Minas", ex-agente do DOI-CODI-MG é acusado pelo ex-chefe da repressão (Cenimar) no Estado, Nelson Sarmiento, de integrar o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e praticar os atentados terroristas contra o EM TEMPO (ver matéria na página 5). Segundo as denúncias de Tourinho, Afonso Araújo Paulino "formava, ao lado do Capitão Gomes Carneiro e do Tenente Marcelo Araújo Paixão, o triunvirato do terror em Minas Gerais". Eis aqui o discurso e as provas apresentadas pelo deputado federal.

O DISCURSO:

"Hoje, aqui, vou falar de um homem desprovido de qualquer resquício de caráter. Eu o conheci, horrorendo, nos idos de 1964, relatando a risonhos companheiros todos os detalhes violentos da prisão e espancamento do ex-deputado Federal Padre Laje e, nos dias seguintes, quando Belo Horizonte se encolhia de medo pelas estreptolias praticadas pelos chamados "voluntários", geralmente jovens que confundiam o ódio do momento com patriotismo. Eu o vi no comando de vários desses grupos. Arrogante, dono da verdade, mais patriota do que todo o povo das Minas Gerais, ali começaria a triste carreira do sr. Afonso Araújo Paulino, proprietário de um jornalinho em Belo Horizonte. De espancador de padres, estudantes e operários, logo subiu mais um degrau no seu processo de decomposição moral. Passou a "dedo-duro" dos seus colegas de imprensa, dentre outros, levando medo e desespero a tantos lares mineiros".

Assessor do DOI-CODI

"A sinistra figura que então se formava, de quem se afastavam, prudentemente, os homens de bem, viria a atender o seu apogeu nos idos de 1968 a 1970, quando assessorava o DOI-CODI de Minas Gerais. Ligando-se intimamente ao aparelho de repressão política de Minas, foi possível a Paulino descarregar todos os seus recalques, suas frustrações e seu ódio, firmando-se, muito de indústria, como a seguir veremos, como um dos homens mais temidos da minha Província. Formava, ao lado do capitão Gomes Carneiro e do tenente Marcelo Araújo Paixão, o triunvirato do terror em Minas Gerais. O DOPS, onde operava o DOI-CODI, sob a chefia daquele militar mais graduado, passou a ser a casa sombria, olhada por todos com medo e angústia. Durante cerca de um ano o trânsito em frente àquela repartição, situada em plena avenida Afonso Pena, a mais movimentada da capital mineira, foi ridiculamente, interrompido "por questões de segurança nacional". Era a nova Bastilha, de longe e com horror dividida pelo povo mineiro. Era o símbolo máximo da prepotência o então local preferido de trabalho de Afonso Paulino. Mais patriota do que todos, agindo com a desenvoltura dos que se julgam inatingíveis, sempre invocando a ordem interna, usando de credenciais de agentes dos órgãos de repressão, o homem passou a decidir sobre tudo e sobre todos, com total apolo daqueles dois militares e a omissão dos que poderiam deter a sua jornada. Assim, participaria da prisão do Padre D'Amato, arrastando-o pelas ruas de Sete La-

goas, chocando profundamente a opinião pública daquela cidade. Seu atrevimento e arrogância chegaram a tal ponto de vetar, publicamente, em companhia do então major Barros, as candidaturas dos deputados João Navarro Vieira e João Ferraz à 1.ª Secretaria da Assembleia de Minas, acusando a ambos de corrupção. O espetáculo foi tanto mais vexatório por ter-se dado, em 1969, no saguão de entrada da Assembleia Mineira, à vista de vários outros parlamentares, da imprensa, de funcionários e outros circunstantes. O veto, atingindo a dois honrados políticos que, posteriormente, se viram eleitos, Presidentes do Legislativo Mineiro. Infelizmente, à época, foi acatado, em página melancólica da vida daquela instituição. Esse fato, conhecido com minúcia pelos políticos mineiros, ficou mais ou menos na intimidade, pois que jamais noticiado pela imprensa, então submetida ao guante da censura".

"Desrespeitando, constantemente, as prerrogativas individuais, afrontando os direitos humanos, investindo sobre as instituições, foi esta figura, pelo pavor que infundia, se fortalecendo de tal maneira que muito cedo passou para o campo da chantagem, pessoalmente e, depois, com o auxílio de seu jornalinho de escândalos".

Campo da chantagem

"Tempos difíceis Minas viveu nestes últimos 15 anos, mais sofrendo do que, talvez, as outras unidades da Federação. Tempos de profundo amesquinamento da consciência cívica de Minas. Tempos em que meia dúzia de nomes habilmente citados e manipulados, certas ligações invocadas, davam ao autor fama de prestígio e de poder. O status do poder, ou, com mais propriedade, da simulação do poder, era marcado pela mais profunda subversão. Ainda hoje, quando me propus, com os documentos que exhibirei na tribuna, a denunciar completamente a teratologia moral de Afonso Paulino, não nos faltaram advertências. Cuidado, o homem ainda é forte! Todo domingo ele joga peçeca na Brigada. Mediocres os dias que se passaram e melancólicos os que ainda vivemos".

Mordidos pelo leproso

"Muito cedo entendeu o nosso personagem que poderia se aproveitar do temor que infundia em pródios seus escusos negócios particulares. Repetia-se o quadro descrito por Hélio Bieudo no seu livro "O Esquadrão da Morte": Eternamente impune, acostumando-se a praticar todos os abusos, sem peias e sem leis, a tendência normal do indivi-

duo é transformá-lo em num peregrino do Código Penal. Contra ele, pensa o indivíduo, nada será alegado pelo medo que todos dele têm. Mas, Senhor Presidente, não é isto exatamente o que ocorreu com Afonso Paulino. A reação veio, pois, dos mordidos pelo leproso nem todos eram covardes".

Calúnia, difamação, injúria

"15 de março de 1976, a denúncia do promotor Antonio Carlos Silva Biscaia, Promotor do Rio de Janeiro, foi um dos marcos desta reação. Vejamos o teor desta denúncia, ainda sem julgamento." (Ver, abaixo, a síntese do documento "Por estes fatos delituosos — seqüestro e extorsão — o denunciado está sujeito, em tese, a uma pena superior a 30 anos de reclusão". "E" de se notar, no entanto, que a reação somente se iniciou após ter sido o sr. Afonso Paulino demitido de suas funções de "colaborador" da ID-4 (Infantaria Divisionária 4) e Agente do CODI-DOI (Centro de Operações Internas e posteriormente Departamento de Operações Internas), fato que se deu em 1971. Vejamos as provas das demissões." (Ver, abaixo, as provas citadas no n.º 2)

"De permeio com os crimes mais graves contra o patrimônio, a liberdade e a vida — e apenas os conhecidos, ressalte-se — os Cartórios Criminais de Belo Horizonte dão notícia de dezenas de outros ilícitos menores, principalmente por calúnia, difamação e injúria, com uma condenação transitada em julgado, vários trancamentos de ações por delitos formais, alguns com prescrição e outros em andamento".

"Em seis de fevereiro de 1978, Sebastião de Jesus Miranda, militar reformado, dramaticamente denunciava às autoridades o clima de terror que Afonso Araújo Paulino instalara no Vale do Jequitinhonha, local para onde se estendeu a sanha criminosa do nosso personagem. Ouçamos a denúncia." (Síntese da denúncia n.º 3).

Resultado: assassínio

"E qual, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foi o epílogo de tão dramática denúncia enviada a tantas autoridades? Apenas isto: pouco tempo depois, Sebastião foi assassinado por pistoleiros a mando, evidentemente, de Afonso Araújo Paulino. No inquérito policial intentado na Comarca de Aracuai figuram como mandantes o nosso personagem, juntamente com o ex-deputado estadual, Antônio Pereira, cassado por corrupção. Esse inquérito foi enviado à Corregedoria de Polícia, em Belo Horizonte, há mais de 6 meses, para coleta dos depoimentos de Afonso Paulino e de Antônio Pereira. E até hoje, apesar de intimado 3 vezes, a autoridade po-

licial ainda não conseguiu o depoimento de Afonso, como solicitado pelo Ministério Público de Aracuai — Apenas Antônio foi ouvido".

"O clima de terror que Afonso Paulino instaurou no Vale do Jequitinhonha, com cenas de verdadeiro gangsterismo, também é bem descrito no relatório enviado pelo 1.º Tenente PM Geraldo Antoninho de Oliveira ao Comandante do 3.º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Governador Valadares. Ouçamos o que diz o documento." (As denúncias do relatório, abaixo, no n.º 4).

"E, Senhores Deputados, nenhuma providência eficaz foi tomada contra tantos e graves acontecimentos, omitindo-se o aparelho policial de Minas da maneira mais vergonhosa possível".

Alfredão, o pistoleiro

"Sigefredo Gomes é um nome que nada significa nesta Casa. Tampouco no Vale do Jequitinhonha, mas, em todo o Vale e em amplos setores de Belo Horizonte, se esclarecermos que Sigefredo é o famoso pistoleiro Alfredão, aí, certamente, tudo muda. Esse homem, com um total de condenações criminais superior a 80 anos de reclusão, apenas pelos crimes conhecidos, foi retirado da Penitenciária de Neves e colocado a serviço do sr. Afonso Paulino, como seu jagunço predileto. A que ponto chegamos, Sr. Presidente! Um perigoso jagunço é colocado em liberdade, por vias travessas, para servir de jagunço a um outro marginal".

"A intocabilidade do sr. Afonso Paulino se estende, também, ao seu jornalinho, o tristemente afamado "Jornal de Minas". Levantamento contábil que tenho em meu poder demonstra que este jornal, até 28 de fevereiro de 1976, tinha débitos fiscais e previdenciários no valor de Cr\$ 4.276.752,04. Hoje, segundo informações orais, tal débito que se eleva a mais de 12 milhões de cruzeiros, sem qualquer providência por parte dos credores públicos. Enquanto isto acontece, milhares de pequenos contribuintes, da previdência social e do fisco, são diuturnamente acionados".

"Outro exemplo de omissão pública podemos apontar no procedimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e da sua financeira, que, mesmo sabendo da venda de maquinaria financiada ao Jornal de Minas, com alienação fiduciária, nenhuma providência tomou contra a empresa. Se o Banco espera denúncia formal para só então agir, não vai perder por tanto ter esperado. O financiamento foi feito a Editora J.M. S/A, controlada por Paulino, sendo que boa parte da maquinaria foi vendida ao sr. Antônio Espanhol, apesar da alienação fiduciária. O citado comprador é um conhecido proprietário de gráfica em Belo Horizonte".

"Por fim, devo dizer aos meus



Afonso Paulino: homem do CCC, denunciado como autor de vários outros crimes

pares, ao sr. Ministro da Justiça e demais autoridades do meu País e do meu Estado, que me sinto ameaçado, bem assim os meus familiares, pelo tráfego Afonso Paulino e a canalha que o acompanha. Há cerca de um mês, o Jornal do Brasil publicava declarações de minha autoria denunciando o envolvimento de Paulino no processo de tortura em Minas Gerais. A entrevista abordava outros tópicos, relativos à mesma pessoa, mas só o da tortura foi aproveitado pelo jornal. Foi o bastante para despertar a sua ira contra a minha pessoa. Se eu já pude notar isto por palavras de aconselhamento, partidas de elementos ligados a Paulino, no último ato público da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, quando da entrega do troféu "Industrial do Ano", pude sentir diretamente a ameaça que pesa sobre a minha pessoa e até mesmo sobre meus familiares. Naquela oportunidade, Paulino, após, inutilmente, ter tentado entrar em contato comigo, postamente colocado na porta de entrada do prédio da Federação no mo-

mento em que eu dele saí, dirigindo-se sempre no meu ângulo visual, se, em companhia do insuperável Alfredão, para o passeio lateral. Aquela em que eu manobrava o meu automóvel para dirigir-me à minha casa. Ostensivamente postado, com o jagunço, na calçada lateral, ambos de braços cruzados, olhando fixamente na minha direção, era claramente o recado da intimidação. Intimidação que respondo agora, contando a história parcial de um crápula. Pena que o retrato falado seja apenas na medida de três por dois".

As exigências

"Exijo das autoridades, principalmente do Ministro da Justiça, ampla investigação sobre os fatos denunciados. Exijo da Secretaria da Segurança Pública de Minas Gerais, o pronto recolhimento de Alfredão à Penitenciária de Neves, que é o seu lugar. Exijo Justiça, enfim, para tantos que foram humilhados, torturados, chantageados, acaqueados e assassinados pela máfia que se instalou na minha Província, com total menoscabo da civitas mineira".

AS PROVAS:

1 Terror e extorsão

Antonio Carlos da Silva Biscaia, 35.º Promotor Substituto, denunciou no dia 15 de março de 1976 perante o juiz de Direito da 9.ª Vara Criminal do Rio de Janeiro AFONSO DE ARAUJO PAULINO, Clemente Alvares de Oliveira e Aloysio Monteiro de Albuquerque pela prática dos "atos delituosos" seguintes:

1. Durante o ano de 1970, Clemente Alvares de Oliveira adquiriu uma área de terra no Bairro da Gameleira, em Belo Horizonte, para nela construir um cemitério-parque. Depois de constituir uma sociedade para tal fim, associou essa empresa a uma outra, encarregada das vendas. Em 90 dias, o empreendimento deu lucros superiores a seis milhões de cruzeiros. No dia 13 de novembro de 1970, os denunciados comunicaram a um dos sócios (Emílio Mário de Oliveira Pinto) que sua permanência no negócio não interessava mais e, "naquela oportunidade, Afonso Paulino fez ameaças a Emílio, dizendo que, como agente do ID-4-BH (Infantaria Divisionária da 4.ª Região Militar) e do DOI-CODI acionaria o seu prestígio e, em consequência, Emílio seria preso e "desapareceria", sob acusação de corrupção e subversão". Afonso Paulino redigiu uma carta em que Emílio se desligava da empresa e obrigou-o a assina-la.

2. No mesmo dia, na sede da

empresa de vendas, outro sócio, por solicitação do mesmo Afonso Paulino, "foi detido por agentes de segurança, sob acusação de estar envolvido com falsificação de microfílm no Ministério da Fazenda e no caso do "Carnê Fatura", concretizando-se a ameaça anteriormente feita a Emílio Mário".

3. Gravemente ameaçados de prisão por Afonso de Araújo Paulino e pelo agente de segurança Marcelo Paixão Araújo, os dois sócios assinaram alteração contratual da empresa, passando todas as suas cotas, sem receber qualquer remuneração. Configurou-se assim crime de extorsão.

4. No dia 12 de janeiro de 1971, Emílio Mário foi preso por agentes de segurança e, entre outras coisas, "foi constrangido a preencher o cheque n.º 553.120, no valor de Cr\$ 7.900,00, contra o Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, Agência Franklin Roosevelt, e assiná-lo, bem como diversos outros documentos em branco".

2 A palavra de generais

Tratam-se de duas declarações, uma dirigida ao dr. Sérgio do Rêgo Macedo e a outra ao dr. Luiz de Andrade Pina Massariol, ambos advogados, assinadas pelos generais José de Jesus Lopes e Everaldo José da Silva, dando conta do afastamento de AFONSO ARAUJO PAULINO das atividades que exercera na ID-4-BH e no DOI-CODI-BH. Na declaração do general Bda.

Everaldo José da Silva consta: no item 2: "Deve-se tal deliberação (suspensão das colaborações de AFONSO PAULINO junto a ID-4 — Infantaria Divisionária da 4.ª Região Militar) ao fato de haverem chegado ao conhecimento deste Cmdo. (Comando), versões sobre possíveis ligações de problemas individuais particulares à natureza dos trabalhos de que era investido pela ID-4".

3 O Poderoso Chefão do Brasil?

O cabeçalho do documento assinado pelo militar reformado Sebastião de Jesus Miranda, denunciando às autoridades "o clima de terror que Afonso Araújo Paulino instalara no Vale do Jequitinhonha", deixa bem claro o que é "a sanha criminosa do nosso personagem", como disse o deputado Genival Tourinho: "E" necessário que chegue a V. Exa que NO VALE DO JEQUITINHONHA, COM O AFASTAMENTO DA JUSTIÇA, INVADIDA A INJUSTIÇA E SE ORGANIZA UMA MÁFIA" (As maiúsculas são do original). Local: Virgem da Lapa, Coronel Murta e Aracuai. Chefe e Organizador: Afonso Araújo Paulino.

1. "Até 1975, nas palavras de Sebastião, nesses municípios reinavam a paz e a tranquilidade". Com a "infiltração de Afonso Paulino na região, isso acabou". Ele criou um "GRUPO DE EXECUÇÕES" e pôs na chefia um pistoleiro, condenado a 79 anos de reclusão, que conseguiu

libertar da Penitenciária de Neves, da qual foi diretor.

2. Criada a organização "mafiosa", como a qualifica Sebastião Afonso Paulino começou a "tomar terras, (...) usando meios de pressão tais como espancamento, prisões ilegais, agressões" — isto, inclusive, "na porta da Delegacia de Polícia de Virgem da Lapa".

Segue-se uma lista, com nomes e datas, dando conta de diversas arbitrariedades cometidas por Afonso Paulino, ou realizadas a seu mando.

No fim, Sebastião pergunta: "Ele é o poderoso chefão do Brasil?"

4 Desumano e capangismo

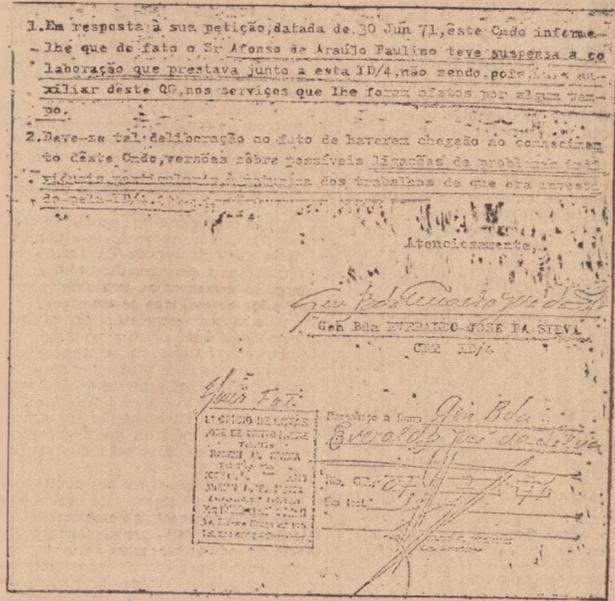
"PM MG 3.º BPM" Em 13 de novembro de 1978, do 1.º tenente PM Geraldo Antoninho de Oliveira

Ao Sr. Cel. PM Cmt. do 3.º BPM As informações do tenente Geraldo, que se encontrava em novembro do ano passado na região do Aracuai e Coronel Murta, revelam "o clima de terror ainda existente naquela região onde ainda se sente o desmando e o capangismo". Segundo ele, "o povo sofre as consequências pois não quer trabalhar com medo das represálias por parte dos pistoleiros de Afonso Paulino e do ex-deputado Antonio Pereira".

O tenente relata fatos do tipo: Afonso Paulino e capangas prendendo, ameaçando e espancando trabalhadores da região, como ocorreu no dia 4/11/78 com Julio Bispo de Je-

sus, de 18 anos. Ou a invasão e saque da casa de Paulo Matos. Esta casa estava fechada desde o assassinio de 35 ex-Sd. PM Sebastião Miranda, sócio de Paulo Matos. (Ver a denúncia feita por Sebastião no documento n.º 3). Consta também do depoimento do tenente o depoimento de

Jovelino Pedro da Cruz, de 43 anos, residente em Salinas, gerente da Fazenda da Halba e administrador do serviço de mineração, que deixa clara as atividades de Afonso Paulino "tornam impossível a continuidade do trabalho naquele local devido à falta de segurança".



O ofício que suspende Afonso Paulino de suas funções na repressão

Sindicalistas e a reforma da CLT

Anteprojeto do Governo deve ir para o lixo

Uma proposta fora de moda

Os trabalhadores de São Paulo, através de seus sindicatos, após minuciosa análise seguida de debates em suas bases, apreciando o anteprojeto de Consolidação das Leis do Trabalho divulgado pelo Governo Federal, dirigem-se à Nação e aqueles que comandam seus destinos, para manifestar posição firmada, considerando o seguinte:

1. — Há mais de trinta e seis anos convive-se com a velha Consolidação das Leis do Trabalho, hoje superada e incapaz de promover o desenvolvimento dos trabalhadores.

O modelo sindical confessionalmente inspirado no fascismo subjugou os sindicatos ao Estado, impondo-lhes normas estatutárias, processo de eleições, separando os trabalhadores em categorias previamente determinadas em um plano de enquadramento, culminando com a intervenção ministerial, possível sempre que atenda os interesses dos Governantes.

Regulamenta-se minuciosamente o contrato individual de trabalho, para permitir que os empregadores mantenham total domínio, impondo as condições a serem cumpridas, os salários a serem pagos. E garante-se, acima de tudo, o direito de despedir por despedir, mesmo inmotivadamente, retirando da empresa sua finalidade social.

Temos a convenção coletiva de trabalho, longamente disciplinada mas que deve conviver com os bloqueios que impedem ou transferem a arbitragem à uma Justiça do Trabalho acuada, sem meios de exercer seu poder normativo.

Adotam-se normas rígidas de proteção ao trabalho, porém, constatada a existência de anormalidades, grande risco à saúde ou à segurança, violações às garantias mínimas, restam só penalidades insignificantes, representadas por multas que nunca são executadas.

Transfere-se à Justiça do Trabalho a solução de todo conflito, mesmo quando represente mínima violação do contrato. E, no entanto, arrastam-se os processos por tempo excessivo a desestimular qualquer reclamação.

A política salarial prende-se à índices fixados em conformidade com os interesses do Estado, impedindo a livre negociação e a participação nos lucros das empresas.

2. — Apesar disso, o anteprojeto agora divulgado, mantém os mesmos institutos e princípios básicos da velha Consolidação.

3. — Mas não se disfarça o propósito de alteração de normas vigentes. Entretanto, altera-se para pior, liquidando-se conquistas atingidas a duras penas, o que facilmente se percebe quanto à prescrição, à alteração contratual, à estabilidade da gestante, ao enquadramento do trabalhador da agroindústria, etc.

4. — Os brasileiros almejam ver restabelecido, o quanto antes o Estado de Direito com a total normalização do sistema político e institucional.

Mas, é indissociável que o anteprojeto nasceu em um tempo de exceção, na vigência de atos e normas restritivas à liberdade.

Convocou-se para sua elaboração pessoas que, sem ofensa à sua cultura, sempre estiveram comprometidas com o patronato ou com o Governo. Assim, os trabalhadores não foram ouvidos.

E não se diga que foi possibilitado, tempos atrás, o oferecimento de sugestões. É que, ao longo de cinco anos a comissão construiu seu anteprojeto sob o mais rigoroso sigilo e, desse modo, não foi admitido reconhecer-se a origem das sugestões recebidas e o debate democrático.

Desse modo, indiscutivelmente, o anteprojeto chega fora de tempo. Elaborado em um clima de anormalidade política só vem à luz quando se anuncia a redemocratização do País.

E fora de dúvida, o anteprojeto não se atém aos princípios que inspiram uma democracia.

5. — Por isso, dispensável a apresentação de emendas ou substitutivos a um texto distante de nossa realidade social.

Assim, os trabalhadores de São Paulo sentem-se no dever indeclinável de pedir o pronto arquivamento do anteprojeto.

Proclamam que no arranco para o desenvolvimento impõe-se a convocação dos Sindicatos, advogados, juristas e professores para que, após amplos debates públicos, possa-se aprender os reclamos e reivindicações dos trabalhadores que possibilitem a elaboração de uma nova lei do trabalho.

Mas, inspirados nas resoluções assumidas nos últimos congressos sindicais, aponta-se, desde logo os princípios básicos que deverão orientar uma legislação de trabalho, realmente democrática e justa.

EM TEMPO publica os pontos essenciais das críticas da Comissão de Sindicalistas de São Paulo que estuda o anteprojeto de reforma da CLT apresentado pelo Governo, bem como a íntegra de sua proposta de criação de um Código do Trabalho. Para os sindicalistas, assessorados por uma equipe de advogados trabalhistas, torna-se desnecessária a apresentação de qualquer emenda ao anteprojeto governamental, por considerá-lo lesivo aos interesses dos trabalhadores, pedindo seu imediato arquivamento. Para eles, a proposta do governo chega atrasada pois "é indissociável que o anteprojeto nasceu em um tempo de exceção, na vigência de atos e normas restritivas à liberdade", inadequado portanto à correlação de forças existente, hoje, no interior da sociedade, e ao momento político. Por outro lado, em sua proposta de Código do Trabalho reivindicam o pleno direito à autonomia sindical, suprimindo toda e qualquer tutela ministerial sobre os sindicatos: só a assembléia geral, diz o documento, através da maioria dos associados, poderá intervir nos sindicatos". Direito de Greve sem regulamentação, extensiva a todos os assalariados, Central Única dos Trabalhadores, comissões de empresas e delegados sindicais eleitos livremente são alguns dos pontos essenciais, não faltando também definições sobre o trabalho da mulher, acidentes do trabalho e contrato coletivo do trabalho. Segundo os responsáveis pela elaboração do documento, ele deverá baixar às bases para discussão e possível reformulação: do próximo dia 31, apesar do tempo reduzido, será feito um balanço preliminar pelos sindicalistas, dos debates promovidos.

"... o processo de negociação deve ser livre, sem interferência do Ministério ou da Justiça do Trabalho, garantido o direito de greve sempre que houver recusa às negociações ou malogro das mesmas"



...E direito de Greve

Relativamente à greve deixa claro a justificação do anteprojeto, que a única alteração de vulto está na redução do quorum previsto para as assembleias. Mesmo assim, mantidas as disposições da lei 4.330 e decreto lei 1632, tem-se na verdade, um instrumento limitador da greve a aproximá-la mais do delicto.

Necessário salientar que, embora divulgado há pouco, o anteprojeto foi construído sob as bases de um regime de exceção. Assim, distinguem-se inteiramente de uma realidade nova, quando os trabalhadores, pacificamente, valem-se de um direito universal e através dele obtêm melhores salários e novas condições de trabalho.

...Mesmo categorias consideradas essenciais têm logrado romper as barreiras do autoritarismo para valem-se da greve. E isso jamais pôs em risco a estabilidade das empresas ou a segurança do Estado. Tanto que, repetidamente, o Ministro do Trabalho, independentemente da regularidade da assembleia, da observância de quorum, tem atuado como mediador, buscando a solução para o conflito.

A greve é um fato social que independe de regulamentação minuciosa das condições de seu exercício. E não fosse a greve, por certo, não teriam os trabalhadores conseguido a jornada de oito horas.

Assim, o anteprojeto, fruto de uma realidade política institucional anômala, preocupa-se muito mais em fixar penas e punições aos grevistas, que disciplinar um instrumento legítimo para o desenvolvimento dos trabalhadores e melhoria de suas condições sociais.

"o futuro das relações entre os trabalhadores e os patrões está nas negociações diretas, porém, nem por isso pretendemos que se abandonem as conquistas já realizadas"

Reajustes dependem do governo

Aparentemente, o anteprojeto é inovador ao distinguir o reajustamento salarial como adaptação do salário nominal à elevação do custo de vida e aumento salarial como efetiva majoração do poder aquisitivo.

Por força desse sistema, salienta o anteprojeto que se restabelece o poder normativo da Justiça do Trabalho, apenas a prática das negociações e desestimula-se o uso da greve.

No entanto, verifica-se que o reajustamento salarial dependerá sempre da política econômica do Governo Federal, cabendo à Justiça do Trabalho, apenas a homologação do fator que o Estado, unilateralmente estabelecer.

O aumento de salário, por sua vez, condiciona-se ao aumento da produtividade.

Dissídio: soluções artificiais

Presentemente, o dissídio coletivo tem permitido que a Justiça do Trabalho impeça a livre negociação e imponha a cessação da greve ou solução artificial do conflito.

O dissídio, como norma, reflete, inequivocamente, a fragilidade dos sindicatos a impossibilidade das negociações diretas, o impedimento do exercício da greve.

Contratos de Servidão

A grande crítica que os trabalhadores fazem ao regime de contratação individual reside na conhecida inferioridade do empregado diante do empregador todo poderoso.

A prática aí está para demonstrar que os contratos são cada vez mais desleais, pois as empresas têm tudo para impor suas condições. Para o empregado, resta a alternativa pouco confortadora de aceitá-las ou ficar desempregado. Os professores de direito até encontraram um termo para denominar este tipo de contrato: **contrato de adesão**.

Sem nenhum desrespeito aos criadores de tal terminologia, o menos que se pode dizer dela é que se trata de um termo suave para uma dura realidade. O Contrato de Trabalho, na verdade, está se tornando uma servidão em que o trabalhador a tudo se obriga, compromete sua vida e parte significativa da própria liberdade para conseguir emprego...

Ao assinar o chamado contrato, vai concordando com as mais diferentes fórmulas de alteração, em pagar taxas para clubes dos quais não desfruta vantagens e benefícios, em participar deste ou daquele seguro, em prestar horas extras quando interessar ao patrão, em trabalhar em todos os horários possíveis e imagináveis, etc (...)

(...) Entre os maiores retrocessos desse anteprojeto, podemos citar o princípio que permite alteração das condições originais do contrato, através de "novo acordo", sem, contudo, determinar que serão nulas as alterações que venham causar prejuízo ao empregado, pelo dispositivo mencionado, após dois anos de alteração contratual, não mais poderá o empregado dela reclamar. Bem sabemos que os acordos são impostos aos empregados segundo a vontade do empregador.

Neste ponto, a atual Consolidação das Leis do Trabalho oferece maiores garantias aos trabalhadores.

Em matéria de horário de trabalho, o anteprojeto faz larga concessão ao patrão, ao possibilitar qualquer mudança, desde que não resulte em alteração do trabalho diurno, noturno ou misto. Ora, o princípio, além de sua largueza, contraria até

Deve o dissídio, evidentemente, representar apenas o procedimento a reger o processo de arbitragem para uma convenção não realizada supondo o efetivo exercício do poder normativo, capaz de fixar o salário justo e de restabelecer as condições indispensáveis à regulamentação das relações de trabalho.

Contratos de Servidão

mesmo o disposto na parte inicial do mesmo dispositivo. De fato, podendo o empregador alterar o horário de seu empregado, respeitando somente os períodos noturno e diurno, pode vir a causar enormes prejuízos ao trabalhador.

Outro retrocesso diz respeito ao dispositivo que prevê a possibilidade de redução salarial nos casos de força maior ou prejuízos devidamente comprovados. O dispositivo investe contra toda a tradição do nosso direito sobre a impossibilidade de redução dos salários e transfere para os empregados os riscos do empobrecimento. Não se exige, nem ao menos, o prévio acordo com o sindicato dos trabalhadores.

O anteprojeto conserva, também, vários dispositivos cuja revogação os trabalhadores vêm pedindo há muito tempo. É uma medida que não tem correspondente quando o patrão comete falta e caracteriza bem o regime de servidão.

Outro exemplo está contido no princípio que dá preferência absoluta aos atestados fornecidos pelos médicos das empresas, o que deixa o trabalhador doente, totalmente na dependência do patrão. Esse princípio, contraria, inclusive, a atual orientação de nossos tribunais.

Nosso pensamento é que o futuro das relações entre os trabalhadores e os patrões está nas negociações diretas, porém, nem por isso pretendemos que se abandonem as conquistas já realizadas. Não teria qualquer lógica negociar-se, em um contrato coletivo, uma jornada de 8 horas, quando esta já é mundialmente consagrada.

Assim sendo, entendemos que qualquer novo código deva conter normas gerais de proteção ao trabalho, permitindo-se que as negociações coletivas ampliem esses direitos.

Como o contrato individual será parte de um todo maior que o contrato coletivo, deverá o sindicato dos empregados participar da contratação do trabalhador e de qualquer alteração das condições originais do trabalho individual, nos moldes de que hoje ocorre nas homologações das rescisões de contrato, a fim de se resguardar o interesse do empregado e o da própria categoria profissional.

"O FGTS foi o causador da incontável rotatividade de mão de obra que, só no período de 1972 a 1976, cresceu em 60% na cidade de São Paulo".

As multis contra a estabilidade

O anteprojeto não esconde nem disfarça o firme propósito de manter o sistema atual que permitiu a liquidação da estabilidade.

Confessa o anteprojeto que buscou o aperfeiçoamento de regimes e institutos jurídicos, alterando-se disposições legais em vigor.

Contudo, não se atendeu aos reclamos dos assalariados que clamam, antes de tudo, pela garantia de permanência no emprego.

Importa lembrar que a estabilidade surgiu no Brasil em 1922 para permitir a implantação da previdência social (...)

(...) Mas, só com a chegada das empresas multinacionais a estabilidade foi posta em risco.

Com efeito, a Missão Abbink que o governo dos Estados Unidos mandou ao Brasil em 1948 já sugeria a abolição da estabilidade para facilitar o investimento de empresas estrangeiras no País. E a intromissão repetiu-se com o ex-embaixador Lincoln Gordon apontando as inconveniências do instituto segundo a visão de empresas norte-americanas instaladas no Brasil.

Já em 1966 publicação americana referia-se ao posicionamento de empresas multinacionais condicionando

novos investimentos à revisão do princípio de estabilidade.

Finalmente, o Fundo de Garantia atendeu a esses reclamos e, se em 1967 menos de 10% dos trabalhadores haviam optado, já em 1976 mais de doze milhões de trabalhadores urbanos estavam integrados no novo regime.

Isso porque, só teoricamente é dado o emprego optar.

Realmente, o que se tem é a opção patronal. Dependente do emprego, seu único meio de subsistência, obtendo-o, cumpre ao trabalhador atender prontamente as condições que lhe são impostas, submetendo-se a exames e testes, trazendo referências e apresentações. Assim, salta a evidência, não seria ele quem definiria o sistema destinado a reger seu contrato de trabalho.

E reconhecem, mesmo seus mais ardorosos defensores, que foi o causador de incontável rotatividade de mão de obra que, só no período de 1972 a 1976, cresceu em 60% na cidade de São Paulo e em 26% de janeiro de 1976 a julho de 1977.

A estabilidade traduz-se no direito ao emprego e o emprego é um bem jurídico, por vezes a única propriedade que tem o trabalhador. —riaihexé

FGTS: Dádiva para os patrões

Ao contrário do tratamento que se dispensou à estabilidade, acentua a justificação do anteprojeto que o sistema do FGTS foi aperfeiçoado.

Mas manteve-se, sem alterações, o propósito de tornar o fundo um substituto da garantia de emprego (...)

(...) O FGTS para os empregadores é mais uma dádiva. Permite-lhes manterem submissos os empregados, docéis a qualquer violação da lei ou do contrato, armados sempre da facilidade de exercerem o direito de despedir, ainda que por despedir. Mas os depósitos efetuados nas con-

tas vinculares são dedutíveis do lucro operacional e, além disso, ao longo desses doze anos de vigência do instituto, indúvidos que seu custo incorporou-se aos preços. Nem por outra razão se diz que o trabalhador vivendo em uma sociedade de consumo, paga a cada compra que faz, o alto preço de sua dispensa sem causa.

Por isso mesmo deve o fundo permanecer paralelamente à estabilidade e ao regime de indenizações, desvinculado, por inteiro, da hipótese de rompimento do contrato de trabalho.

Conserva a estrutura fascista

O sindicalismo trabalhista no Brasil, está atrelado ao governo e ao Estado desde a criação do Estado novo Vargasista, que implantou por via legal, uma estrutura Sindical rígida e verticalista copiada da carta del Lavoro, estatuto do trabalho adotado pelo Estado corporativo Fascista, de Mussolini.

O Estado, por intermédio do Ministério de Trabalho exerce o controle direto e indireto no desenvolvimento e na vida dos sindicatos, dispoendo sobre a sua forma de constituição e organização, estabelecendo método de gestão de suas finanças, fixando normas estatutárias padronizadas para a sua administração, controlando e restringindo a livre manifestação eleitoral, intervindo discricionariamente nas entidades, bem como cassando os mandatos de seus dirigentes.

Convenção coletiva: negociação

Afirma-se na justificação que o mecanismo adotado para reajustamentos salariais motivará a prática das convenções coletivas com solução dos conflitos pela Justiça do Trabalho, desestimulando-se com isso o apelo à greve. E para essa motivação, diz-se ter eliminado os obstáculos legais que a dificultavam.

Para a Comissão responsável pelo anteprojeto, essa motivação traduz-se pela redução do quorum estabelecido para as assembleias e simplificação do conteúdo mínimo das convenções.

Contudo, relativamente à aumentos salariais, dispõe-se que será rigorosamente observada a política traçada pelo Governo Federal.

E as negociações terão como mediador o Ministério do Trabalho, mas, fracassadas, poderão as partes ou o próprio Ministério, instaurar o dissídio coletivo.

Basta que haja ameaça de greve para que culde da instauração do dissídio.

Não é de olvidar-se que, em 1965 sendo Ministro do Trabalho o presidente da Comissão, foi divulgado o anteprojeto de disciplinações das convenções coletivas, prevendo que, negando-se os empregadores à negociação, seria facultada a deflagração da greve.

O patronato sempre procurou contratar diretamente com o empregado porque, economicamente fraco e dependente do emprego é, por isso mesmo, incapaz de discutir as condições de um contrato.

Hoje, invariavelmente almejam-se às propostas de negociações porque

A estrutura sindical vigente, permite a manipulação e controle político do movimento sindical, subordinando-o aos interesses da classe patronal, impedindo ainda, a organização horizontal dos trabalhadores, em uma Central Única.

O Sindicalismo, desde muitos anos, vem lutando para romper essa camisa de força que o tolhe de modo a conquistar liberdade, independência e autonomia, princípios fundamentais para a existência de um sindicalismo autêntico e representativo, que lhe permita desenvolver a luta pela emancipação política e social dos trabalhadores.

O atual anteprojeto de lei, enviado pelo Poder Executivo, no Legislativo, em nada inovou a atual estrutura, mantendo-se evadido pelas estruturas celeratizes do sindicalismo arcaico hoje existente.

mais cômodo é a sujeição ao dissídio coletivo que, quase sempre termina com a homologação do fator oficial de reajustamento e rejeição de condições que à regulamentação do trabalho digam respeito.

A convenção não pode ser dissociação da greve e das negociações diretas. Seu conteúdo há que ser amplo de sorte a abrigo tudo quanto se relacione com o trabalho e com a atuação sindical.

Assim, importa garantir-se um mínimo contratual, apenas as condições básicas obrigatórias para que, através das convenções, disponha-se conforme as peculiaridades de cada categoria, a regulamentação necessária.

Mas o processo de negociação deve ser livre, sem interferência do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho, garantido o direito de greve sempre que houver recusa às negociações ou malogro das mesmas.

Claro está que a arbitragem deve compor a mecânica do processo de convenções, tendo-se a Justiça do Trabalho como árbitro. Porém é indispensável que, na mediação, terá amplos poderes para efetivamente apreciar as reivindicações debatidas, impondo-as, quando procedentes ou indispensáveis à solução dos conflitos.

Portanto, em verdade, mantém o anteprojeto os mesmos bloqueios que impedem a prática das convenções, surtindo que elas poderão surgir de debates desiguais num curto espaço de tempo reservado às negociações ou pela mediação tímida da Justiça do Trabalho, relegada a órgão homologador de índices salariais.

A proposta dos sindicalistas: autonomia, liberdade e unidade

A — AUTONOMIA SINDICAL

O sindicato, para que atinja suas finalidades e possa constituir-se em instrumento de representação autêntica dos trabalhadores, deve ser autônomo, livre e independente, não tendo legitimidade qualquer medida que importe em sua subjugação ao Estado. Assim, cabe-lhe desenvolver a luta pela emancipação política social e econômica, bem como a solidariedade dos trabalhadores. Além dos mais:

O Sindicato deve constituir-se em órgão de pressão, de luta e de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Só a assembleia geral, através do voto da maioria dos associados, poderá intervir nos sindicatos.

UNIDADE SINDICAL

Extinta a comissão de enquadramento, os sindicatos serão organizados em correspondência ao ramo de produção das empresas, garantida a unidade sindical para o mesmo ramo e a mesma base territorial. Havendo mais de um ramo de produção, na mesma empresa, os trabalhadores se filiarão ao sindicato que tenha maior número de representados. Além disso: Qualquer dúvida quanto a representação da categoria, cumprirá a assembleia dos trabalhadores interessados decidir a respeito. Em caso de conflitos, será da competência da Justiça especializada a sua solução. Nas localidades onde inexistir sindicatos organizados, será admitida a extensão de base do sindicato mais próximo. Deve a estrutura sindical admitir a constituição de sindicatos ecléticos em regiões onde, pelo pequeno contingente de categorias diversificadas, for aconselhável o agrupamento em uma única entidade.

B — LIBERDADE DE SINDICALIZAÇÃO

Será garantido aos trabalhadores o direito de, livremente, ingressar no sindicato de sua categoria, vedada qualquer discriminação. Ainda: Deverá a sistemática sindical assegurar a sindicalização dos profissionais liberais, assim como a dos trabalhadores em empresas públicas e dos funcionários públicos.

C — REGISTRO DO SINDICATO

Para constituição do sindicato, será bastante o seu registro em Cartório específico para matéria sindical, supervisionado por órgão do Poder Judiciário especializado em direito do trabalho.

D — ESTATUTOS

Os estatutos do sindicato devem ser livremente discutidos e votados em conformidade com a deliberação da assembleia, sem ingerência do Estado ou de organismos estranhos ao próprio sindicato.

E — ATIVIDADE ECONÔMICA

As atividades econômicas do sindicato serão exercidas na conformidade de seus estatutos, capaz de permitir-lhe a sua auto-sustentação, independentemente de ingerência estatal. Os trabalhadores devem participar da gestão de todos os fundos que envolvam os seus interesses.

O resultado da atividade econômica dos sindicatos deverá, preponderantemente, ser aplicado no fundo de greve. A atividade econômica dos sindicatos, só se justifica enquanto subsistir o sistema econômico de livre concorrência.

Direito de Greve, Dissídios, Estabilidade

III — GREVE

A — A greve deverá ser exercida livremente, por deliberação dos interessados e mediante comando dos sindicatos, sempre que houver recusa à negociação ou desandamento às reivindicações aprovadas;

B — A lei caberá assegurar o direito de greve, não se admitindo pois a definição de categoria essenciais como forma de restringir seu uso.

C — As convenções e o direito de greve devem ser extensivos a todos que, independentemente da natureza do empregador, trabalhem como assalariados.

IV — DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

A — O dissídio coletivo deve limitar-se a aparelhar a Justiça do Trabalho para a execução de arbitragem.

V — CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

A — A lei deve garantir ao trabalhador o conteúdo mínimo do contrato individual de trabalho, considerado como tal o elenco de vantagens já conseguidas.

B — Mas, indispensável a adoção de um salário mínimo único para todo o País, considerando-se, para sua formação, as necessidades básicas familiares, não só indispensáveis à alimentação, à habitação, ao transporte, vestuário, higiene mas também à previdência, à cultura e ao lazer.

C — Abolição do regime de horas extraordinárias;

D — Extinção do poder disciplinar do empregador;

E — Proibição de transferência do empregado para localidade diversa da resultante do contrato.

F — Reconhecimento de que toda a prestação de serviços gera um vínculo empregatício.

G — Supressão do trabalho temporário.

VI — ESTABILIDADE

A — Estabilidade plena no emprego, após o prazo de experiência de 90 (noventa) dias;

B — Possibilidade de dispensa apenas na ocorrência de falta grave apurada em inquérito, garantida, até seu término, a continuação do emprego;

C — Disposição no sentido de que, em razão de dificuldades financeiras, motivo de força maior e extinção de seções, garantida em qualquer hipótese a indenização em dinheiro. As dispensas atendam, consoante se aprovar em convenções coletivas de trabalho, critérios que possam resguardar aqueles que tenham mais tempo de serviço, idade avançada e maiores encargos familiares;

D — A automação ou mudança tecnológica não poderão ser admitidas como causas para a dispensa.

VII — F.G.T.S.

A — Manutenção do sistema do F.G.T.S. extensivo a todos os trabalhadores, independentemente de opção.

B — Utilização dos depósitos, na vigência do contrato, exclusivamente para atendimento das seguintes condições:

1 — Aquisição, construção e reforma da casa própria; 2 — Atendi-

mento de situações de exceção ou de emergência quando a remuneração familiar não bastar para pagamento do encargo; 3 — Casamento do empregado; 4 — Custeio de estudos;

E, rompido o contrato:

1 — Situação de desemprego; 2 — Exercício de atividade autônoma ou aplicação de capital em empreendimento econômico.

Por derradeiro:

1 — Quando da aposentadoria; 2 — Após a morte, como legado a seus herdeiros. C — Alteração de estrutura do BNH, para que possa atuar como Banco do Trabalhador, e assim aplicar seus fundos exclusivamente em favor dos assalariados.

VIII — TRABALHO DO MENOR

A — Deverá ser proibido o trabalho do menor de dezesseis anos;

B — Nenhum trabalhador menor poderá receber salário inferior ao piso da categoria ou salário normativo, mesmo quando aprendiz;

C — A jornada de trabalho do menor não poderá ultrapassar 36 horas semanais (6 horas diárias), sem prejuízo da remuneração. Admitir-se a prorrogação apenas quando houver compensação para suprir-se o trabalho em outro dia da semana;

D — Ao trabalhador menor não será permitido o trabalho por revezamento, de turnos, sendo certo que o seu horário de trabalho deverá ser fixo;

E — Ao trabalhador menor não será permitida a transferência da localidade que resultar de seu contrato de trabalho;

F — Ao trabalhador menor será vedado, sem assistência de seu responsável e de seu sindicato de classe, dar quitação de qualquer decorrente do contrato de trabalho, à exceção de salários;

G — O trabalhador menor, perante a Justiça do Trabalho, deverá ser assistido por seu responsável e por seu sindicato de classe;

H — Ao trabalhador menor estudante será assegurado o direito de se ausentar do serviço nos dias de prestação de exames escolares, devidamente comprovados, sem prejuízo salarial;

I — A formação profissional de aprendizagem deverá ser ministrada pelo Estado, gratuitamente, e fiscalizada pelos sindicatos de classe, sendo que o aprendizado metódico nas empresas, também com fiscalização dos sindicatos deverá formar o menor, dando-lhe conhecimentos básicos para o exercício da profissão.

J — As empresas deverão manter obrigatoriamente no mínimo 10% de empregados menores, sendo a metade deles necessariamente, do sexo feminino;

L — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

M — Em se tratando de menor assistido por entidade de bem-estar oficial, esta condição não será anotada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, garantindo-se ao mesmo o salário mínimo de sua categoria profissional.

N — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

O — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

P — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

Q — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

R — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

S — Será assegurado, aos sindicatos de classe, através de seus diretores ou funcionários especializados o direito de fiscalizar as empresas no que concerne ao trabalho dos menores;

"A atual Consolidação editada há 36 anos e continuamente reformada, não pode ser substituída por um diploma que mantém todos seus vícios contra os quais os sindicatos sempre se insurgiram. Daí porque a afirmação de que só com os princípios aqui alinhados, poderão os trabalhadores, efetivamente, ter uma legislação justa.

Pela CUT, Comissões e Delegados de Fábrica

As entidades sindicais deverão ser coordenadas por uma Central Única de Trabalhadores, para o que as bases deverão ser ouvidas e preparadas. A Central deverá ter amplitude que represente sem exceção todos os trabalhadores, inclusive os que trabalhem na administração pública direta ou indireta.

G — INTEGRAÇÃO SINDICAL A NÍVEL INTERNACIONAL

Será garantida a filiação das organizações sindicais às entidades internacionais, respeitada a vontade da assembleia.

H — ORGANIZAÇÃO DE BASE

A organização do trabalhador no âmbito de seu local de trabalho expressa-se na constituição da comissão de empresa.

As comissões de empresa serão garantidas através das convenções coletivas de trabalho, eleitas pelos trabalhadores da respectiva empresa, mediante processo eleitoral convocado pelo sindicato, cabendo à essas comissões deliberarem quanto a problemas específicos.

Os interessados das comissões gozarão de estabilidade no emprego.

Os delegados sindicais, em número estabelecido nos estatutos ou convenção coletiva, garantidos pela estabilidade no emprego, deverão ser eleitos pelos trabalhadores da respectiva, dentre os sindicalizados integrantes das comissões de empresas, cabendo à assessoria geral dos interessados também dar-lhes posse e extinguir seus mandatos.

Os delegados representarão os trabalhadores, das respectivas empresas junto ao seu sindicato. Será permitida a participação dos trabalhadores não sindicalizados em assembleias sindicais que digam respeito a aumento de salários e condições de trabalho.

I — REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS PODERES DA UNIÃO

Os sindicatos terão representação nos órgãos do Legislativo, do Judiciário, do Executivo, no que lhes diga respeito.

A eleição do representante sindical deve partir do consenso do sindicato da respectiva jurisdição, através da constituição de um colégio eleitoral.

No exercício de toda e qualquer representação classista, só se admitirá a remuneração correspondente a do respectivo emprego.

O representante classista poderá ser impedido, suspenso ou destituído por deliberação tomada pela maioria dos sindicatos que o elegeu.

Para a escolha dos representantes classistas será observado o processo de eleições diretas mediante voto secreto e consenso dos sindicatos da respectiva jurisdição.

J — EXTINÇÃO GRADATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A contribuição sindical deverá ser extinta gradativamente a partir da substituição da estrutura e adoção dos princípios ora registrados. Enquanto isso não ocorrer, a parcela da contribuição sindical hoje destinada ao Estado, deverá reverter totalmente aos sindicatos.

L — PROCESSO ELEITORAL

As eleições em sindicatos serão dire-

tas, inclusive nos órgãos superiores, federações e confederações.

As eleições serão realizadas em um único dia, o qual deverá recair em domingo ou feriado, em todo o País, para todos os órgãos sindicais. Poderão votar todos os trabalhadores sindicalizados, bem como os aposentados, independentemente de prazo de carência. Poderão ser votados todos os trabalhadores sindicalizados, com prazo de carência de 1 (hum) ano.

O voto será livre, facultativo, respeitada a maioria simples. Os mandatos terão a duração de 3 (três) anos, permitida, sempre a reeleição. O processo eleitoral será presidido por um colégio integrado por representantes das chapas concorrentes, mantida a permanência da diretoria na administração do sindicato; no entanto, os recursos necessários serão fornecidos indistintamente a todas as chapas inscritas que também terão asseguradas a indicação de um mesário e um fiscal para cada urna. Não será exigido o atestado ideológico para permitir-lhes o registro de qualquer candidatura. As urnas permanecerão na sede do sindicato, fiscalizadas apenas por representantes das chapas concorrentes.

O processo eleitoral não sofrerá qualquer ingerência do Ministério do Trabalho, ou de qualquer outro órgão do Estado, garantindo-se a estabilidade no emprego não só aos integrantes da diretoria, mas a todos que concorrerem ao pleito como alternativa.

Os conflitos surgidos pelo processo eleitoral serão dirimidos pelo Poder Judiciário especializado.

M — ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A administração do sindicato, seus órgãos, número e definição de seus membros, será decidida por assembleia geral específica.

A obtenção da receita e sua aplicação, igualmente, será deliberada pela assembleia geral.

II — CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

A — Liberdade de negociações diretas com o empregador ou com a categoria econômica para o estabelecimento do salário justo e das condições específicas de trabalho;

B — O conteúdo mínimo imperativo do contrato de trabalho será fixado em lei;

C — As convenções deverão estipular o aumento salarial, considerando a real elevação do custo de vida apurado por órgãos mantidos pelos próprios trabalhadores e também a lucratividade das empresas ou da categoria econômica;

D — Frustrada a convenção caberá à Justiça do Trabalho a arbitragem, valendo-se de levantamentos estatísticos próprios e daqueles fornecidos pelas partes; relativamente às condições de trabalho atuará livremente, fixando as normas que se fizerem necessárias à regulamentação do trabalho;

E — Tudo quanto diga respeito às relações de trabalho e atuação dos sindicatos de classe poderá ser objeto de convenção coletiva de trabalho.

Contra a discriminação da mulher

IX — TRABALHO DA MULHER

A — Abolição de toda e qualquer lei que discrimine a mulher;

B — Exame Pré-Natal mensal, em médico de confiança da gestante, pago pela empresa, Estado ou INPS;

C — Licença maternidade de, no mínimo, 6 semanas antes e 8 semanas depois do parto, prorrogável segundo as necessidades da gestante ou seu filho, atestadas por médico de órgãos sindicais;

D — O direito de mudar de função, e, até que ele não desapareça, a incorporação de todas as pessoas que o realizem na empresa para a qual trabalham;

E — Instalações de berçários, creches, parque, pré-escola nas empresas, com mais de 100 trabalhadores. As empresas com menos de 100 trabalhadores se agruparão, até atingirem esse número e os instalarão nos arredores das empresas, em um raio não superior a 500 metros. Nos dois casos as despesas correrão por conta das empresas e o controle será efetuado pelas organizações sindicais;

F — Direito de escolher, entre os horários que existem na empresa, aquele melhor para cumprimento dos encargos domésticos;

G — Abonos das faltas e atrasos ao serviço, por motivo de saúde de seu filho, menor de 14 anos;

H — Abono dos atrasos para levar o filho aos parques, pré-escolas, escola e fornecimento gratuito dos meios de transportes, a serem fornecidos pela empresa, para levar o filho menor de 14 anos ao berçário, creches, parques, pré-escolas, contanto o tempo dispendido como de efetivo serviço, até que estas sejam criadas pelas empresas;

I — Completa abolição de todo e

qualquer controle da empresa sobre a existência de gravidez na mulher trabalhadora, quer seja na sua admissão ou no transcorrer de seu contrato de trabalho;

J — Incorporação em massa da mulher ao trabalho assalariado, para participar solidária e coletivamente com todos os trabalhadores nas lutas pelas transformações da sociedade;

L — Abolição do trabalho a domicílio e, até que ele não desapareça, a incorporação de todas as pessoas que o realizem na empresa para a qual trabalham;

M — Obrigatoriedade da empresa manter a mesma porcentagem de trabalhadores homens e mulheres;

N — Abolição das ocupações especificamente femininas, pois são um indicador comparativamente, de más condições de trabalho;

O — A não aplicação das leis protetivas exclusivamente às mulheres;

P — Criação pelo Estado de postos de trabalho suficientes para empregar toda a classe trabalhadora de ambos os sexos. Enquanto não se atingir este objetivo, proibição de realização de horas extras e obrigatoriedade de distribuição planejada das obras de trabalho entre a mão de obra disponível, sem distinção de sexo ou idade, e sem diminuição de salários; em geral é aqueles que não são considerados assalariados;

Q — Criação de centros de formação profissional, gratuitos, controlados pelos sindicatos, com acesso de homens e mulheres em porcentagem obrigatoriamente igual;

R — Previsão de que as promoções na empresa se façam alternadamente entre homem e mulher.



Comissões de Fábrica, reivindicação do Código.

X — JUSTIÇA DO TRABALHO

A — Reconhecimento das Comissões de Empresas, as quais deverão caber, previamente, o conhecimento de solução dos conflitos individuais de trabalho;

B — Aparelhamento da Justiça do Trabalho, para que possa atuar com rapidez e eficiência, decidindo os litígios que não possam ser solucionados pelas Comissões de Empresa;

C — Atribuição de competência à Justiça do Trabalho para apreciação de processos que digam respeito a: 1 — Acidentes do trabalho; 2 — Previdência Social; 3 — Matéria sindical, inclusive que diga respeito a representação dos sindicatos.

D — Manutenção da organização paritária com eleição direta, em qualquer instância, dos juizes classistas, prevendo-se:

1 — Oportunidade para que, mediante rodízio, todos os sindicatos possam ter representação;

2 — Recondição ao cargo limitada e, ainda assim por deliberação da assembleia dos trabalhadores;

3 — Remuneração correspondente à percebida no emprego;

E — Renovação dos juizes de segunda instância após determinado período de permanência no Tribunal;

F — Restabelecimento da competência da Justiça do Trabalho para conhecimento de ações referentes a empregados de empresas públicas, autarquias, do Município, do Estado e da União quando regidos pela legislação trabalhista.

G — Racionalização dos serviços administrativos dos cartórios, eliminando-se a burocracia que impede a rápida tramitação das ações.

H — Nomeação de juizes mediante critério concurso, aberto especificamente para as vagas existentes;

1 — Exigindo-se dos mesmos conhecimentos em toda a área relacionada com o direito do trabalho (previdenciário, sindical, acidentário, etc);

2 — Fixação do prazo prescricional em 5 anos após término do contrato de trabalho;

3 — Permanência do juiz substituído em uma determinada junta para que possa, juntamente com o juiz titular,

empenhar-se na rápida solução dos processos;

4 — Obrigatoriedade de parecer da Procuradoria do Trabalho, sempre que processos em que haja interesse da União, do Estado ou do Município;

5 — Obrigatoriedade absoluta para os trabalhadores que ficarão sempre isentos do pagamento de custas processuais, honorários de advogado e perito;

7 — Criação, na Justiça do Trabalho, do depositário público;

8 — Obrigatoriedade de o Estado fornecer à Justiça do Trabalho, sempre que solicitado, técnicos incumbidos de realizar as provas periciais que forem necessárias.

XI — PROCESSO DE TRABALHO

A — Adoção de normas que permitam a rapidez na solução dos processos.

XII — HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO

A — Possibilidade dos sindicatos fiscalizarem o cumprimento, pelas empresas, das condições de higiene e segurança do trabalho;

B — Constituição, em cada empresa, de Comissões Internas de Prevenção de Acidente do Trabalho, CIPAs mediante escolha dos representantes de empregados, através de eleições convocadas pelo sindicato da categoria profissional. Os representantes de trabalhadores com incapacidade física, qualquer forma de dispensa, deverão, valendo-se de assistência técnica, quando necessária, apurar as causas de insalubridade, periculosidade, penosidade, bem como de acidentes do trabalho, notificando a empresa, através do sindicato para que elimine a anormalidade verificada. Enquanto não se eliminar a anormalidade, ficará obrigada a empresa a prestar aos empregados todos os meios de proteção, indenizando os danos à sua saúde através de um adicional correspondente ao dobro da remuneração normal. Não eliminada a anormalidade no prazo que for estabelecido, deverá o Estado, através do órgão competente, interditar a máquina perigosa, a operação imprópria, o local de trabalho que possa acarretar riscos e, finalmente, proibir a continuação da atividade.

Indenizações por acidentes e moléstias

XIII — ACIDENTES DO TRABALHO

A — Restabelecimento do sistema de indenização por acidentes do trabalho e moléstias profissionais, fixadas em valores significativos que possam compensar o infortúnio sofrido;

B — Responsabilidade solidária do empregador pelo pagamento das indenizações devidas;

C — Garantia de emprego ao trabalhador vitimado por acidente do trabalho, sem redução do salário.

D — Obrigatoriedade de a previdência social, efetivamente readaptar o trabalhador vitimado por acidente por um trabalho útil;

E — Realização de perícias médicas para apuração do grau de acidente, através de especialistas em medicina do trabalho;

F — Fixação de responsabilidade penal do empregador sempre que o acidente tenha ocorrido por violação às normas legais de segurança do trabalho.

Sempre que ocorrer acidente deverá mediante denúncia da CIPA, ser aberto inquérito policial.

XVI — DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS

A — Verificado o descumprimento de norma de proteção ao trabalho, o agente de inspeção, sob pena de responsabilidade administrativa e criminal, procederá à lavratura do competente auto de infração;

B — Uma cópia do auto de infração deverá ser, obrigatoriamente, enviada ao sindicato de classe dos trabalhadores;

C — A firma infratora terá todas as oportunidades de defesa, mas seu recurso não terá efeito suspensivo devendo as irregularidades serem de imediato sanadas;

D — A fiscalização das normas de proteção ao trabalho será realizada

pelas autoridades competentes do Ministério do Trabalho;

E — O Sindicato dos Trabalhadores poderá exercer a fiscalização das normas do trabalho, enviando cópia do auto de infração ao Ministério do Trabalho para a aplicação das multas e demais providências cabíveis;

F — A cobrança das multas será pelo Ministério do Trabalho;

G — Em caso de recurso este só será admitido mediante comprovação do depósito prévio do valor da multa;

H — Nos acidentes do trabalho deve ser obrigatória a comunicação do infortúnio à autoridade policial e ao Sindicato de classe do trabalhador, sob pena de multa;

I — Quando houver acidente do trabalho, a máquina ou o local do infortúnio deverá ser imediatamente interditado até a liberação pela Polícia Técnica e Sindicato de classe do trabalhador;

J — O empregador ou seu responsável legal deverá ser penalmente responsabilizado pelo não cumprimento das normas de proteção ao trabalho;

L — Nos acidentes do trabalho que resultarem lesões ou morte, o empregador ou responsável legal, deverá ser responsabilizado criminalmente;

M — Qualquer desrespeito a legislação trabalhista será considerado crime e o empregador ou responsável legal processado de acordo com o artigo 203 do Código Penal;

N — A autoridade administrativa, policial ou judiciária que, tomando conhecimento da infração, por ato de ofício, e não adotar as providências cabíveis, além das sanções administrativas terá seu ato considerado como crime, equiparado ao previsto no artigo 319 do Código Penal, sem prejuízo de seu enquadramento em outros artigos, também do Código Penal, dependendo de seu grau de envolvimento.

piquetão

Greve:

Funcionários param rede hospital ar

Com seus uniformes de trabalho, colorindo de branco as arquibancadas do ex-campo do Atlético, os trabalhadores em serviços de enfermagem de Belo Horizonte vão chegando aos poucos para a Assembleia Geral.

Indo contra esse clima de combatividade, o presidente do Sindicato, Alderico Medeiros dá início à Assembleia: "quero deixar bem claro que os patrões não darão os Cr\$ 7.000 que vocês pedem. Eles podem nos demitir do emprego e depois como ficaremos? Mas todos já sabem o que fazer. E com a leitura da contraproposta dos patrões, a decisão da greve se fortalece: Os patrões propõem uma escala que vai de Cr\$ 3.075 para enfermeiro prático a Cr\$ 10.560 para técnicos de enfermagem (nível superior) representando um percentual de apenas 6% acima dos índices oficiais. O Sindicato tenta, em vão, mais um adiantamento. "Vamos nos entender com o Secretário do Trabalho e até 1/2 noite ninguém se retira. Se não houver contraproposta, entramos em greve". A greve está decretada.

A crise
Nos piquetes, à porta dos hospitais, grevistas comentam suas péssimas condições de trabalho. "Aqui na Santa Casa somos obrigados, os atendentes, a fazer de tudo. Não temos folga para almoço, nem direito a lanche. Não recebemos adicional de insalubridade e estamos sempre sujeitos a contágio. E uma colega minha contraiu tuberculose renal e não recebeu qualquer assistência", denuncia uma trabalhadora do Centro Obstétrico.

"Sorrir, é uma maneira simples de amar seu irmão". A frase vem impressa no contracheque dos funcionários da Santa Casa e contrasta ironicamente com as cifras do pagamento. Apesar das 72 horas extras, biênios, adicional noturno, lá está o valor líquido: 2.441,00. "Com isso — comenta um atendente — como podemos sorrir para nosso irmão? A situação nos outros hospitais não é diferente. Na rede particular os hospitais Sta. Rita, Sta. Mônica e São Marcos pagam seus funcionários há meses, com valor de Cr\$ 200,00 a 500,00.

Os atrasos, a falta de material, dão conta da situação caótica da rede hospitalar brasileira. A violenta pressão desencadeada contra os grevistas mostra que, com isso, os patrões querem apenas resguardar seus precários lucros. "Aqui no Hospital São Lucas a Irmã Bárbara exigiu que a polícia agredisse os piquetes". As denúncias se sucedem. Nos hospitais encontra-se uma forma de mantê-los em funcionamento, impedindo a saída dos funcionários que foram trabalhar na sexta-feira sob ameaça de dispensa e não pagamento.

CGG: A greve continua

Formado por representantes de cada hospital em greve, o Comando Geral da Greve faz um balanço do movimento. "No momento estão parados os Hospitais da Baleia, Felício Rocha, Santa Casa, Santa Rita, Semper, São Lucas, São Domingos Sávio, Instituto Mineiro de Reumatologia, Cardioclinica. Durante a noite, graças ao "piquetão", de 150 grevistas, o Hospital Santa Clara também parou.

O CGG denuncia, por outro lado, que as escalas de revezamento para os setores de urgência elaborada pelos grevistas não estão funcionando "por culpa dos hospitais, que não permitem nossa entrada".

Uma atendente do Hospital Municipal afirma que "todas as greves são justas, e mais greves seguirão se a classe trabalhadora continuar sendo apimada por aqueles que mantêm concentrados nas mãos todos os poderes".

Enxergando subversão no seu próprio terreno, os patrões ligados à segurança nacional, exigem que o governo investigue a atuação de elementos estranhos às classes trabalhadoras, que estruturam uma Central Única de Trabalhadores.

Os patrões vêem fantasmas. Os vigilantes dão sua resposta: o comando de greve afirma, no dia 23, que a greve prosseguiria mesmo que o Tribunal Regional do Trabalho a declarasse ilegal, pois a contraproposta dos patrões — piso salarial de Cr\$ 3.500 — é inaceitável pois está até mesmo abaixo do salário atual de grande parte dos vigilantes.

Por Ricardo Rabeiro

A campanha salarial dos bancários promete esquentar mesmo, em todo o País: desde já, a maioria dos sindicatos nos principais Estados começam a mobilizar suas bases visando chegar numa situação de força até setembro, data em que a maioria deles tem seu reajuste marcado. Na quarta-feira, 18, por exemplo, numa reunião promovida pela Confederação dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Crédito (Contec), foi aprovada a unificação da campanha, reivindicando 65% de aumento mais um fixo de Cr\$ 3 mil.

Entretanto, em alguns lugares essa reivindicação não será levada, seja porque as campanhas regionais já haviam iniciado e aprovado índices diferentes, seja porque não há uma concordância em aceitar que dos 65% sejam descontados os 20% correspondentes à antecipação salarial concedida pelos patrões, no primeiro semestre. Esse é o caso, por exemplo, dos bancários de São Paulo que aprovaram na sua assembleia realizada na quinta, 19, exigir dos patrões 50% de reajuste mais Cr\$ 3 mil fixos, mas sem aceitar o desconto da antecipação. Além disso, eles estão querendo reajustes trimestrais para combater a inflação (afinal, os banqueiros não aumentam os juros todos os dias?) e a eleição direta de delegados sindicais (1 por 300 funcionários) nas agências, além da estabilidade para todo mundo a partir de três meses de trabalho.

Também em Porto Alegre, as reivindicações mudam um pouco, reajuste com base nos índices do DIEESE, mas sem o desconto da antecipação, além do acréscimo, comum a todos, de Cr\$ 3 mil, estabilidade para os delegados sindicais e para a bancária gestante até 120 dias, férias em dobro. Além disso, o pessoal do pampas, querem sintonizar-se com o resto do País, lutando pela antecipação do dissídio, que era realizado costumalmente em novembro, para setembro.

Se o pessoal que trabalha está unido, nem falar dos que exploram. Não é por acaso que o Amador Bueno está no bembom lá na Cidade de Deus, o Magalha anda de guarda-chuva colorido de lá pra cá, o Paulo Egídio vai cultivar o bigode nas Oropas. E como foi denunciado na assembleia de Porto Alegre, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) enviou circular a todos seus associados recomendando-lhes unidade, principalmente agora em que "há uma certa confusão entre liberdade e liberalidade, legalidade e pseudo-legalidade", como diz o documento. Segundo os banqueiros dá para sentir no ar o cheiro de um "excesso de reivindicações, o que dificultará os entendimentos". E vejamos só que bonzinhos: acham que não devem dar muito para os empregados porque, se derem, vão acabar tendo que despedir muita gente, o que contraria a "função social dos bancos" (sic).

Entidade livre

Com a presença de 436 delegados, representando 71 cidades, foi fundada, nos dias 21 e 22 de julho, em Belo Horizonte, a União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais que, espera-se, deverá reunir 100 mil associados. É uma entidade totalmente independente dos patrões e do governo e nasceu como uma alternativa às entidades mortas, controladas pelos notórios pelegos do sindicalismo mineiro. Revocabilidade dos dirigentes a qualquer momento, e proibição de reeleição, além de livre acesso aos órgãos de comunicação da UTEMG a todas as tendências com um mínimo de representatividade, são alguns dos princípios aprovados.

A diretoria da entidade é composta por 21 professores, 11 da capital e 10 do interior do Estado. Seu mandato terá a duração de 120 dias, quando será realizado um novo congresso, para aprovação dos Estatutos e eleição de uma diretoria em substituição à provisória.

E os mestres mineiros prometem se mexer bastante: nos dias 28 e 29 eles estarão em São Paulo, participando do encontro estadual do professorado paulista. Vão propor, no dia 15 de outubro — dia dos professores — uma manifestação pela volta dos professores cassados e pelo ensino público e gratuito, bem como a realização de um Congresso Nacional da categoria e a luta pelo 13.º salário.

Greve em Osasco

E na Barreto Keller, de Osasco, uma empresa que fabrica chaves de alta tensão e materiais elétricos, seus 130 funcionários cruzaram os braços, nos dias 19 e 20. Motivo: a BK atrasou 10 dias o pagamento dos operários e 20 dias o do pessoal da administração. O patrão jogou a bola pra frente, dizendo que a culpa era da clientela, empresas de economia mista, que não estava pagando o que lhe devia.

A moçada não se comoveu: exigiu da Barreto Keller não só o pagamento do tutu atrasado, como o depósito regular do FGTS, a incidência das horas extras trabalhadas sobre as férias e a eleição do delegado sindical.

No Rio também

E os proletas não se movem apenas em São Paulo. É só ver o que fizeram 500 trabalhadores da FIAT (antiga FNM), de Caxias, no Rio de Janeiro, em protesto às demissões que vem ocorrendo na empresa e contra o desconto dos dois dias em que faltaram ao serviço, em função da greve dos motoristas, parando durante meio dia, na segunda, 23. A ameaça de desemprego em massa (veja o Piquetão da semana passada) é uma realidade brutal a ameaçar três mil funcionários da FIAT que, aos poucos, vai se mudando, de mala e cuia, para Minas Gerais.

Contagem não deixa por menos

Os 500 trabalhadores da Metalúrgica Nansen, em Contagem, MG não esperaram nem mais um pouquinho para tirar a greve, na segunda-feira, 23. Eles querem 30 por cento de aumento, retroativo a 1.º de julho e não desistível no próximo reajuste. "Se a Nansen não pagar, olé, olé, olé, se a Nansen não pagar, olé, olé, olé, não vamos trabalhar", cantavam os grevistas — na maior parte mulheres — na porta da fábrica, num piquete que era mais de confraternização porque ninguém estava a fim de furar. E a greve, tinha um duplo sabor: era feita não só contra o patrão, mas a revelia do pelego do sindicato, o João Silveira.

Promessas

Mas não é só lá que a vida para quem mora na periferia está difícil. Em Osasco, por exemplo, quem quiser se certificar, é só dar um pulinho no bairro Padreira II. Lá, é só lixo espalhado pelos cantos, nas ruas esburacadas até parece que caiu o Skylab: só um buraco tem 3,5 metros de profundidade por 3 de diâmetro, a condução é muito escassa, não tem escola para atender a criança, a feira livre mais próxima está há dois quilômetros. No mês de março, uma comissão de moradores esteve com o Prefeito Guacu Piteri que prometeu, prometeu, mas até agora neça. Nos próximos dias, eles pretendem voltar, exigindo o cumprimento da palavra do Piteri, que só se lembra deles, na hora de ganhar votinho.

Zé Parafuso e seu Chefe de Fenda

Por LOR



Vigilantes exigem o troco

Greve e passeata em Belo Horizonte

Deflagrada no dia 20 de julho, sexta-feira, a greve dos 8 mil vigilantes de bancos, financeiras, lojas e indústrias de Belo Horizonte, apresenta uma particularidade que a distingue das muitas outras que pipocam pelo país. Empregados de locadoras de mão-de-obra, os patrões dos vigilantes são, em sua maioria, oficiais da reserva regidos pela Coordenação de Segurança — COSEG. Com a greve, então, um dos braços armados do sistema se volta contra ele.

Os patrões, que não acreditavam na capacidade de organização da categoria, certamente tomaram um grande susto quanto três mil vigilantes lotaram o auditório da Secretaria de Estado da Saúde, gritaram por greve e saíram em passeata pelas ruas com palavras-de-ordem como "abaixo os patrões sem-vergonha". Estamos vigilantes contra a exploração dos patrões e "trabalhar unido jamais será vencido". E foi gritando essa frase que os vigilantes foram aplaudidos quando passavam pela vigília das enfermeiras, também em greve desde o dia 20.

Na Sede da Delegacia Regional do Trabalho a Comissão de negociação relatou aos representantes dos patrões a miséria e as reivindicações

de uma categoria que recebe, em média, Cr\$ 3.000 por mês. "Se os patrões nos alugam por Cr\$ 18.000, queremos Cr\$ 10.000. Arriscamos a vida a todo momento, por isso exigimos um seguro de vida de Cr\$ 400 mil.

Queremos uniforme de graça, e que de lei mas os patrões não cumprem nos alugam por Cr\$ 48 horas semanais e sim 40. Queremos trabalhar oito e não doze horas diárias, como somos obrigados".

Os patrões pediram tempo — até o dia 26 — e chegaram a oferecer, extra-oficialmente, Cr\$ 3.500 de salário e Cr\$ 100 mil de seguro, o que foi vaiado em assembleia da categoria.

"Subversão na Polícia"

"Existe um objetivo subversivo atrás de todos os movimentos grevistas que ocorrem atualmente no país", declarou o diretor da Federação do Comércio de Minas, Francisco Guilherme Gonçalves. Para o Diretor da FCMG o Comando Geral dos trabalhadores já existe e a revelia do Governo, fazendo uma clara alusão ao apelo público do Sindicato dos Bancários, dos líderes sindicais João Paulo Pires Vasconcelos e Dídimo Palva ao movimento dos vigilantes o que confirma, para o Sr. Francisco Gonçalves a existência de um movimento único de lideranças trabalhistas, coordenando todas as reivindicações trabalhistas: "todas as exigências salariais recebidas pela FCMG são elaboradas no mesmo estilo, sintoma de que foram escritas por um só redator e datilografadas numa mesma máquina".

Por Haroldo Rodrigues



LUTA OPERÁRIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO - 18

O falso moralismo de alguns dirigentes

Gentil, desistido da Direção do Comitê do Vila Carrão, do PC, por causa de seu romance com Otilia, se encontra com Gonçalves, militante que o substituiu no cargo. Era época do XX Congresso do PCUS. Procura, então, saber como vão os debates no Comitê. Gonçalves responde "tudo caminha e bem" e provoca: "Margarida e Turquinha, duas companheiras, desconfiam que você não seja macho. Fizeram tudo para excitá-lo e você nada. Deixando-as a ver navios"

Por Antônio Carlos Félix Nunes

Muito tempo após ter perdido o cargo de dirigente, como consequência do julgamento do seu "caso" com Otilia, Gentil se encontrou com seu substituto, o Gonçalves, antigo militante que já tinha ocupado várias funções dentro do Partido. O encontro ocorreu casualmente, na praça da Sé, e da parte de Gentil houve logo curiosidade em saber a quantas andava a atividade no Tatupé, da qual se afastara totalmente para exercer a profissão de repórter no jornal do Partido.

Convém lembrar que, nesta época, estava em pleno curso o questionamento da linha político-ideológica do PCB. Faziam-se críticas à direção central e se reviam posições, numa discussão longa e acirrada, através da imprensa partidária e nas reuniões orgânicas. Tudo com base nas surpreendentes resoluções então adotadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, as quais derogaram o culto à personalidade de Stalin e reduziram a trapo seus feitos históricos, que eram o oxigênio da estratégia das revoluções proletárias. Gentil acompanhava esse debate pela imprensa, sem idéia de sua influência na atuação prática do Partido. De forma que aquele encontro com Gonçalves seria uma boa oportunidade para se intetar dos acontecimentos que se passavam nas bases. E fez a pergunta ao outro, que se mostrava alegre e despreocupado;

— Me diga aí, Gonçalves, como andam lá as discussões, já mudaram os métodos de atuação? A que o outro respondeu, alargando o sorriso:

— Tudo caminha muito bem. O pessoal está aceitando as coisas com maturidade. O sectarismo aos poucos vai sendo eliminado, hoje já não cantamos de galo, cagando regras à massa. Já há uma tendência para se assimilar seu comportamento, suas experiências e sabedoria. E por falar nisso, tenho uma fotocia a seu respeito: quando assumi a secretaria do Comitê, logo que você saiu, ouvi da Turquinha e da Margarida opiniões sobre sua pessoa nada abonadoras. Declararam desconfiar de que você seja realmente homem, posto que fizeram de tudo para excitá-lo e você não estava nem aí, se des-conversava, ficava sério, deixando-as a ver navios".

Gentil se enraiveceu por dentro. Como dirigente tinha agido com a máxima cautela no sentido de evitar que a disciplina e a moral partidárias sofressem qualquer desvirtuamento. Durante o tempo em que conviveu com as companheiras, e mesmo naqueles contatos com as colaboradoras eventuais — moças da massa que participavam das atividades recreativas promovidas pelo Partido —, Gentil procurou ser um exemplo de pureza, certo de que com isso estava ganhando a confiança das militantes. Entretanto, se é verdade o que conta o camarada Gonçalves, as mulheres simplesmente não o tinham compreendido. Passaria a história como um comunista masculinamente fraco, e por isto competente para exercer o elevado cargo. Teve vontade de dizer ao outro que sua informação era mentirosa, uma intriga barata, talvez sacada de má fé, com o intuito de impedir que um dia voltasse aquelas companheiras com alguma mensagem contrária à nova linha política do Partido. Conteve-se, porém, não queria atrair-se com o companheiro em torno de questões impertinentes a um encontro em praça pública. Limitou-se a indagar: "E qual foi sua reação diante delas, depois desse pichamento sobre mim?"

— Ora, companheiro, o que pensaria que fizesse? Entendi a indireta, vi as portas abertas, e não tive dúvidas: entrei de sola, afinal não podia recusar o convite. Imploraram satisfação aos seus desejos, e isto também é uma obrigação de dirigente. O erro seria admitir que elas fossem satisfazê-los fora do Partido, roubando tempo ao cumprimento de seus deveres partidários. E como dirigente ajetei as coisas, um útil ao agradável sem prejuízo aos objetivos da nossa luta. Aliás, eu vou até mais longe: acho que o partido lucra muito com isso, e estou mesmo propenso a afirmar que antes a revolução não andava por falta de homens competentes para essa "tarefa".

Gentil sentiu crescer sua indignação. Estava diante de um compa-

nhêiro inescrupuloso e, por cima de tudo, provocador. Agora, o que as companheiras teriam dito a respeito dele já não lhe tinha grande importância. Queria ter sido chamado de tudo por elas, e ainda assim seria capaz de perdôá-las, menos ter ouvido aquilo do Gonçalves, um dos dirigentes de Zona presente naquela reunião onde foi decidida sua destituição do cargo. Foi um julgamento implacável e destituído de fundamento, porque baseado em simples suspeita levantada por algumas companheiras naturalmente despetadas pela atenção que ele dedicava à Otilia.

Aquela revelação de Gonçalves, feita sem qualquer pejo, e até mesmo em tom sarcástico, num evidente propósito de ofendê-lo, significava a Gentil uma terrível bofetada, a desiludi-lo do caráter dos homens que manipulavam um Partido em que ele tanto acreditava. Essa desavergonhada postura de Gonçalves não poderia ser o resultado da revisão ideológica que se processava, pois ao deixar seu posto, sob o peso daquela acusação injusta, da qual jamais pôde se defender, ainda vallam os velhos métodos de trabalho. O próprio Gino, stalinista como ele só, na reunião que o julgou valeu-se da teoria do legendário revolucionário russo para sacramentar seu parecer condenatório. Por isso, Gentil agora se dava conta de que no Partido sempre teriam existido falsos moralistas.

Uma vez ouvira falar de um dirigente que levava a mulher de um militante de base, após em sua casa permanecer escondido da polícia durante trinta dias. Um outro deflorara a filha de um companheiro, e depois tratou de arrumar-lhe um casamento às pressas, buscando-lhe um candidato nas próprias fileiras do Partido. Mas esses casos foram-lhe contados por pessoas suspeitas, afastadas ou expulsas do Partido e que, uma vez de outro lado, desandavam a caluniar os dirigentes, com os quais haviam tido alguma divergência. Por isso, não levava em conta nenhuma dessas histórias, para ele o Partido era um ponto de convergência de homens idealistas, diretos e briosos.

O próprio Gonçalves, quando estava no Comitê de Zona, lhe parecia um dirigente exemplar. Assistia às reuniões sempre com uma expressão severa, as orientações transmitia secamente e com isso desencorajava qualquer tentativa de se fazer uma piada ou um gesto engraçado, capazes de suavizar o clima carregado dos jargões usuais. De sua cabeça só saíam os planos de trabalho, as críticas aos companheiros menos obedientes, os áridos informes políticos.

Um dia, numa reunião do Comitê Feminino, Otilia sentara-se desculpada e seu vestido se repuxou, deixando à mostra parte de suas coxas. Gonçalves que então fazia a leitura de um documento, ergueu a cabeça e lançou um fulminante olhar em direção da companheira. Foi o suficiente para que Otilia, até o momento distraída, tocar-se quanto à pose indezível, tratando de se recompor imediatamente na cadeira, num impulso de pudor que tornou seu rosto vermelho.

Entretanto, neste momento estava diante de um outro Gonçalves, talvez o verdadeiro — imagina Gentil, com seu pensamento o aticando a perguntar ao antigo dirigente quantas companheiras já teria traçado. Com certeza, deveriam ser muitas, enquanto ele — oh, pobre diabo! — mantinha-se púdic, esforçando-se como ninguém para que o moralismo realmente imperasse dentro do Partido. Mas, dependendo da resposta de outro, poderia irritar-se ainda mais, e isto aprofundaria sua descrença com relação aos homens-chave do Partido.

Esboçou então um riso pálido, conformando-se em dizer ao outro:

— Você está muito certo. Totalmente errado fui eu quando recusei comidas de graça. Deveria ter topado todos os convites e, assim, feito jus àquele julgamento a que vocês me submeteram. Mas farei ainda autocrítica. Quando ver a Turquinha e a Margarida, diga-lhes que as espero para eliminar suas dúvidas quanto à minha condição de homem. Basta que elas me procurem.

Na próxima semana: A admiração por Luiz Carlos Prestes.

"O MESTRE"

(Uma novela de Hugo Blanco)

O nome de Hugo Blanco sempre esteve ligado à história das lutas dos camponeses do Vale de Convención, perto de Cuzco (Peru). Nesta região predominavam formas de superexploração que logo despertavam o desejo de revolta. "Em Convención dava-se aos camponeses um pedaço de terra para que nele trabalhassem para si, em contrapartida tinham que trabalhar durante quatorze ou quinze dias, sem receber um centavo, para o proprietário". E a revolta começou em Chaupimayo, onde à frente do Sindicato, Hugo Blanco viveu uma experiência inédita de reforma agrária na América Latina: uma reforma feita pelos próprios camponeses. Frente à repressão furiosa e violenta, Hugo Blanco foi eleito pelos camponeses para a tarefa de organizar "comitês de defesa armada". A falta de uma maior organização, de uma unificação da luta dos camponeses de Convención com o conjunto dos trabalhadores peruanos, e a imensa unidade repressiva da classe dominante impôs o esmagamento do movimento. Preso em 63, Hugo Blanco foi condenado à morte, tendo sua pena posteriormente comutada para 25 anos de prisão. Foi na penitenciária de Fronton, onde esteve preso por 7 anos, até ser anistiado em 70 pelo governo de Velasco Alvarado, que Hugo Blanco escreveu a novela que aqui publicamos. Por ironia da história, a prisão deu condições a Hugo Blanco para dar mostras de talento literário justamente no momento em que o governo desenvolvia uma campanha tentando caracterizá-lo como líder fanático, assassino cruel e outras invenções do gênero.

A publicação de "O Maestro" é, assim, muito oportuna. Em primeiro lugar porque se dá no momento em que, com a visita de Hugo Blanco ao Brasil, temos oportunidade de conhecer a história da luta dos trabalhadores peruanos, que nunca foi contada em nosso país. E, também, quando sabemos que a condição dos camponeses de Convención tem se agravado, permanecendo atual a lição do velho mestre e principalmente a promessa de seu vibrante discípulo:

Meus braços e minhas mãos serão seus para continuar a luta. Será como se você mudasse de poncho, tayta!

Chamávamos as folhas de mostarda cozidas de "navets hawch'a" (1). Gostávamos muito delas, embora evocassem a morte na sua causa mais difundida e mais silenciosa: a fome.

Quando vem, a fome devora os feijões, os milhos, as batatas, a fécula da batata doce: não deixa nada ao índio: nada, somente as folhas de mostarda, sem manteiga, sem cebola, sem alho, até mesmo sem sal.

Depois, depois dessas folhas, vem a morte: elas são seus "arautos verdes". A morte chega com seus diferentes pseudônimos em espanhol e quechua: tuberculose, anemia perniciosa, pneumonia, pulju (fonte), wayra (vento), layqa (bruxaria). Nós usamos estes pseudônimos, porque seu nome verdadeiro é uma palavra muito vulgar: A FOME.

Mas o "navets hawch'a" não vale nada, e é por isto que nós gostamos dela assim. Não digo que seja saborosa, não entendo dessas coisas; eu já me enganei com a fécula da batata doce, pois eu a achava muito saborosa, mas os entendidos afirmam que era insípida. E' por isto que digo apenas que gostamos muito dela, mesmo estando ligada à lembrança dos períodos famintos.

Períodos durante os quais, às vezes, os gringos (eles são tão gentis!) nos mandam, como esmola, milho com gorgulhos e "leite" em pó que vão para a paróquia, para a câmara ou para a prefeitura — e de lá vão alimentar os porcos dos proprietários de terra. Não peço que nos distribuam essa esmola, apenas exijo que nos devolvam o que é nosso para que não haja mais fome. Meu pri-

meiro irmão, Zenon Galdos, pediu que a distribuíssem: isto lhe custou caro. Pelo fato de ter exigido aquilo, o sr. Araújo, administrador de Huanquite, matou-o com uma bala. O sr. Araújo não foi preso, e de boa família.

Num domingo de mil novecentos e pouco, saboreando minha razão de "navets hawch'a", eu tagarelava com a camponesa que as vendia, assentada na lama do mercado de San Jerónimo, Cuzco.

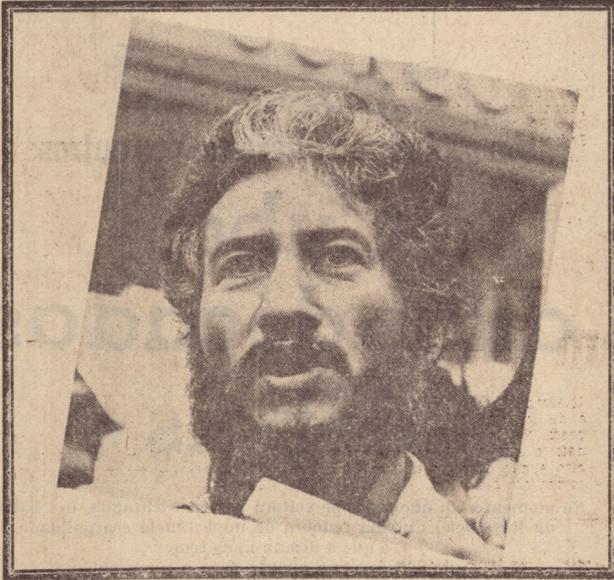
Falávamos do assunto do dia: os tremores de terra. Ela me explicou sua origem: eles foram enviados como castigo porque os índios de ayllu (2) haviam se sublevado contra os padres dominicanos da fazenda de "Pat-a-Pata". Eis o que havia dito o Pároco na missa da manhã: "o demônio não morreu, ele está no Hospital de Cuzco". O Pároco não havia dito que o "demônio" devia morrer para que cessassem os tremores de terra, mas foi isso que a camponesa entendeu, por conta própria.

"E ele me contou coisas que eu já sabia"

— Ele vai morrer?
— Certamente, que sim, dizem que ele está muito mal, é tudo, foi seu pecado...

Ela não queria tremores de terra, e muito menos queria ir para o inferno, e por isto que suas palavras condenavam o "demônio".

Mas seus olhos, sua voz, a lama na qual estava sentada, o "navets



hawch'a", seu coração — tudo era feito de terra, da mesma terra do demônio que estava no hospital, de uma terra que gritava silenciosamente seu desejo desesperado de ver o demônio sobreviver.

E Lorenzo Chamorro sobreviveu... Sobreviveu pela metade, pois tornou-se inválido. O médico tinha lhe dito:

"Meus braços e minhas mãos serão seus para continuar a luta. Será como se você mudasse de poncho, tayta!"

— Só um índio como você pode estar vivo com seis buracos nas tripas; o que mais surpreende é a bala que te atingiu na coluna vertebral.

Foi assim que eu o conheci muito tempo depois, já no seu canto; pus, sujeira, tamancos, um grande poncho, uma voz vibrante, olhos de fogo.

Quando o olhei acreditei que ele provocasse sismos: meu sangue fervia, eu tremia todo quando me aproximava dele para ouvi-lo.

— Tayta, fale-me. (3)

E ele me contou coisas que eu já sabia: que na fazenda de "Pat-a-Pata", os dominicanos continuavam a se apropriar de terras da comunidade, que a comunidade tinha títulos de propriedade, que a justiça nunca chegava, que os camponeses organizavam um sindicato, que ele era seu secretário geral, que tinham tentado lhe subornar, que ele não havia cedido, que o tinham ameaçado, que ele não tinha cedido, que quando estava prestes a trabalhar nas terras em litígio, o Pároco do Convento de Santo-Domingo e ca-

mpangas chegaram, que, porque os capangas não o conheciam, o Pároco apontou "com a mesma mão que consagrava os Santos Sacramentos", que então ele foi atingido pelas balas de um dos capangas.

Todos meus companheiros se precipitaram para me ajudar; eu lhes disse:

"Não! Deixem-me! Agarem-nos! Deixem-me! Agarem-nos!... e aí eu perdi os sentidos".

Não houve prisões entre aqueles que feriram o índio, nem indenização para o índio ferido; é claro, nós estamos no Peru.

Os camponeses temiam ir visitá-lo no seu canto de inválido, seria perigoso, comprometedor... Mas os camponeses não deixavam de ir assim mesmo, "somente fazer uma visita à sua mulher", até que o Pároco soube e foi obrigado a explicar do púlpito:

— Meus filhos, O Senhor perdoou esta cidade, mas vocês abusam de sua bondade, suas mulheres continuam indo à casa do "demônio". Uma chuva de fogo vai cair sobre San Jerónimo!

As camponesas evitaram a chuva de fogo, deixando de ir ver a esposa de Chamorro.

— Meu filho mais velho chorava, arranhando sua guitarra, morto de paixão.

Quanto a mim, continuei a visitá-lo, em busca da chuva de fogo, que sentia ouvindo histórias desconhecidas:

— Você conhece o Monte Pico?
— Sim, tayta, pode-se vê-lo também de Cuzco: ou do caminho de Paruno; e mesmo de muito longe pode-se ver este monte.

Também eles querem nos prender. Vão enviar guardas à cavalo. Quanto a nós, estaremos preparados.

Os guardas não se davam conta que o caminho se fazia tortuoso para tornar sua subida ainda mais di-

ficil; não viam que os p'tata kiskas (cactus) abriam seus braços ericados de espinhos, ameaçadoramente; eles não se defenderam do ódio das pedras, das pedras redondas; eles não compreenderam que, se a grande ferida vermelha da montanha tomava cor humana, era de cólera, esta santa cólera de ver guardas onde não deveria haver senão homens.

"O cérebro dos guardas se enevoou"

Logo, algumas pedras começaram a se mexer; não, não eram pedras, eram índios revoltados; como os índios de antigamente, como os índios de sempre, com as máscaras de sempre. As máscaras das tropas de Tupac Amaru, as tropas que lançavam o grito de rebelião: Warak'as! (4).

Mas, desta vez, os projéteis não eram os de sempre, não eram pedras índias... eram dinamite!

O cérebro dos guardas se enevoou; antes que se dessem conta do que se passava, os cavalos estavam sobre duas patas e eles de quatro, rolando montanha-abaxio em meio a explosões, sem se preocupar com os ferozes braços dos p'tata kiskas que saem facilmente do corpo da planta, mas dificilmente do corpo do homem ou dos animais.

— Eles não voltaram mais. E' assim que se deve bater, aprenda, com a warak'a e a dinamite: com a destreza dos índios e a habilidade dos mestiços; devemos conhecer o que é nosso e o que é deles.

— Sim, Tayta... Devemos conhecer bem o que é nosso e o que é deles para melhor combatermos.

E as lições continuavam.

— Toque minha cabeça aqui. O que há aí?

— Um buraco, tayta, não há osso, apenas um buraco.

— Vou te explicar esse buraco: foi em Oropeza. Os índios, estavam em litígio com o proprietário de terras, ele havia encontrado compadres; quanto a nós, ficávamos aleitadas. Mas, certa vez, nós estávamos numa festa, quase embriagados: foi então que chegaram os cúmplices do proprietário, que queriam nos matar a golpes de pau.

"Só a rebelião transforma o homem em homem"

As velhas batalhas, as de sempre, as de séculos, as da Terra inteira, de um lado os "compadres" do proprietário; mistura de bestas e riáquinas, como todos os que lutam a mando do chefe — sejam mercenários, marines yankees, rangers ou pelegos. E' a anti-humanidade que fere o homem. Uma máquina bestializada que não pensa. Há um irmão trançado lá dentro, mas, enquanto ele não se revela, é apenas isto: máquina e besta, fabricados para ferir o homem.

Do outro lado, "os índios": representantes do homem em geral, "selvagens" humanizados, porque

hoje só a rebelião transforma o homem em homem. "Os índios", lutando pelo homem, pela terra; por sua terra e pela terra de todos os homens.

— Eles chegaram subitamente. Um deles me atacou e abriu minha cabeça a golpes de pau; eu caí, mas consegui me levantar para lhe enfiar um cutelo nas costas antes de cair novamente. Depois, não sei bem quanto tempo depois, comecei a ouvir ao longe o soar dos sinos. "Que se passa? eu disse comigo mesmo; por quem soam eles, por mim ou pelo cachorro do gamonal?" (5). Depois eu me mexi um pouco, me senti bem e me dei conta que estava vivo. Tranquillizei-me: era pelo "compadre do gamonal" que os sinos tocavam. Assim, mesmo se eles te caçam a cabeça, se você conseguirl continuar lutando, você ressuscita.

— Sim, Tayta.

— Com processos, nós os índios não ganhamos nunca; é necessário que seja assim, lutando. Os juizes, os guardas, todas as autoridades estão com os ricos: para o índio, não há justiça. E' preciso que seja assim, lutando.

"Sim tayta! Você continua a lutar"

— Sim, Tayta. Só assim, lutando.

— Ele me contou muitas outras coisas, contou, por exemplo, como ele não quebrou nenhum osso quando saltou de um trem em movimento que o levava preso.

— Você conta aos professores o que eu te disse?

— Para alguns apenas, Tayta.

— E o que dizem eles?

— Uns me dizem: "E' assim mesmo", eles gostam de você, Tayta; outros me dizem: "São idéias estran-

geiras".

— O que é isso?

— Eu não sei, Tayta.

E as lições de "idéias estrangeiras" continuavam. Uma chuva de fogo. Impotente, doente, ele me passava sua tocha.

Mas, algumas vezes, ele explodia.

— Com os diabos! Eu não posso mais lutar! Estas malditas pernas não podem me levar mais à montanha! Minhas mãos não servem mais para nada. Eu não valho nada. Eu não posso mais lutar, ao dia-

bo!

— Sim, Tayta! Você continua a lutar! Você não é velho, Tayta; suas mãos, seus pés, apenas, é que são velhos. Com minhas pernas, você irá voltar para junto de nossos irmãos, Tayta; com minhas pernas você lutará. Tayta: é como se você mudasse de poncho, nada mais. Meus braços, minhas pernas, serão seus para continuar a luta. Será como se você mudasse de poncho, Tayta! !

1) Hawch'a: cruel, impiedoso, inhumano (em quechua) — 2) Cidade indígena — 3) Tratamento respeitoso em quechua; pode significar "pai, avô, senhor" — 4) Warak's: Fronda — 5) Gamonal: Proprietário de Terras ("Coronel").

1979 O ANO DO CONTRA-ATAQUE!

CONTRA

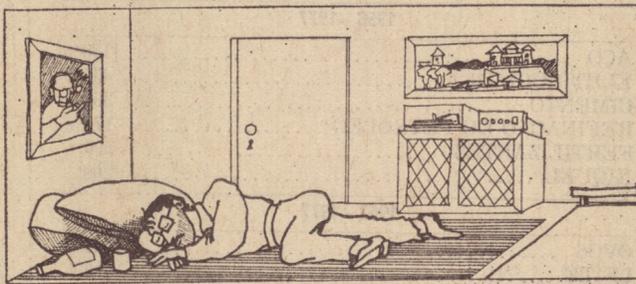
RETRATO FALADO

ATAQUE.

Um Quadrinho de Briga!

Quadrinho de briga

Vem aí um quadrinho novo. De deixar a gente "meio sem pai e sem mãe", como diz o Nilson, que também é mineiro e acompanhou o tempo todo o trabalho, tantas vezes retrabalhado do LOR — O LOR DO HUMORDAZ, o Luiz Oswaldo Rodrigues. Um quadrinho de briga. Um quadrinho do nosso tempo. "Essa história — diz ainda Nilson, no prefácio — incomoda porque é uma vomitada". Esperem. E ver prá crer. É o contra-ataque apresentando "RETRATO FALADO", do LOR.



O impacto da Revolução Cubana só pode ser comparado, neste século, como o das revoluções russa e chinesa.

Em primeiro lugar, a vitória do Movimento 26 de Julho transformou qualitativamente a estrutura sócio-econômica do país, expulsando a velha classe dominante e trazendo o fim de todas as formas imperialistas de exploração e opressão. O que restou dos segmentos de classe do antigo regime não teve o peso suficiente para ameaçar a economia coletivizada e a expropriação da propriedade privada.

Em segundo lugar, a simples existência do Estado cubano implicou e continua implicando um virtual enfraquecimento do imperialismo nessa parte do mundo. Ao lado disso, não é possível minimizar, a posteriori, o impacto causado pela revolução cubana no equilíbrio de poder em toda a América Latina e na conscientização de setores significativos da classe trabalhadora, do campesinato e da pequena burguesia radicalizada.

Em terceiro lugar, a vitória do exército rebelde, a mobilização de massa que a acompanhou e o conjunto de medidas sociais revolucionárias adotado entre 1959 e 1960 deram uma resposta prática e inequívoca à questão que os setores revolucionários latino-americanos debatiam há décadas: se era possível fazer uma revolução numa região sob o controle direto do imperialismo americano e garantir sua vitória.

Finalmente, e apesar das dificuldades, Cuba teve um crescimento econômico e cultural sem equivalência entre os outros países subdesenvolvidos que permaneceram dentro da esfera capitalista. (Ver quadros).

Economia: estrangulamentos e tensões

Mas apesar do enorme sucesso econômico que Cuba significa, ainda persiste a meu ver um problema fundamental: a condição de país basicamente exportador de açúcar.

Apesar do sucesso na exportação de níquel, fumo e peixe, o açúcar continua responsável por 80% das exportações, sendo 90% da sua produção destinada a esse fim.

Especialmente nos últimos cinco anos, o preço do açúcar no mercado mundial tem flutuado drasticamente, o que, numa economia colonial ou semicolonial de "livre mercado", teria causado problemas econômicos e sociais bastante sensíveis. Entretanto, Cuba conseguiu evitar que sua economia se desorganizasse completamente e que amplos setores da sua população chegassem à fome, e isso precisamente porque a revolução introduziu relações de produção coletivistas e porque o país estabeleceu relações econômicas com outros Estados de trabalhadores, principalmente a União Soviética, que geralmente compram o açúcar a preços mais altos e vendem o petróleo a preços mais baixos do que os vigentes no mercado mundial. Além disso, existem alguns problemas significativos.

Na indústria da construção civil, por exemplo, verifica-se que a necessidade atual de cem mil casas por ano só será alcançada pela produção em 1985.

Na área da administração das fábricas e da organização do trabalho, também persistem alguns problemas. O critério aí é o da "responsabilidade individual associada à liderança coletiva". O gerente é a autoridade suprema; ele é designado pelos "estados superiores" e asse-

sorado por um corpo administrativo que inclui a liderança sindical.

A participação dos trabalhadores nas discussões dos planos, na análise dos resultados e no uso dos fundos para prover incentivos materiais é garantida por diversas formas e maneiras (especialmente em assembleias de massa). Mas esta participação só inclui poder de decisão sobre questões específicas.

Um dos aspectos das diretrizes adotadas em 1970 foi o uso generalizado de um sistema de normas de produção, sendo também dada prioridade aos incentivos materiais. Tal sistema pode certamente garantir um aumento na produtividade do trabalho, mas pode também causar tensão, o que foi lembrado por Castro em seu discurso no Congresso no fim do ano passado.

As normas não foram refeitas, permanecendo desiguais. Na agricultura, por exemplo, elas são bastante suaves e em outros setores são bastante pesadas. Também permanecem sensíveis mudanças salariais, que estão se agravando, causando dificuldades na medida em que, se por um lado é difícil encontrar trabalhadores para preencher determinadas posições, como a de ajudante de maquinista, abundam os candidatos a professor e faltam os economistas.

Existe também uma tendência incipiente para a criação de novos salários privilegiados em relação à média. Além disso aparecem salários sem correspondência com o trabalho efetivamente realizado.

Já lembramos a posição crítica do açúcar na economia cubana, por outro lado a agricultura está chegando a um ponto de saturação estrutural. 30% da terra cultivável ainda pertence à iniciativa privada, de subsistência. Além disso, esse setor produz praticamente todo o café e chá em torno de 25% da criação animal, 20% das entregas para a indústria açucareira, 50% das frutas e vegetais. O último Congresso da Associação dos Camponeses (ANAP) em maio de 1977, criticou todas as limitações de tal situação, com a limitação da mecanização. Eles resolveram formar cooperativas sem ter muito sucesso. As cooperativas estão se formando lentamente (em 77 existiam 43 cooperativas, um ano depois 136, num total de 21.500 ha e 3.650 camponeses).

Na educação, Cuba pode chegar a ter nos próximos anos o mesmo problema que a China tem já há dez anos: a absorção dos formados pelos empregos existentes, ainda mais quando se afirma que todos devem chegar ao nível universitário.

Os dirigentes estão procurando uma solução para as múltiplas tensões acima mencionadas e para os problemas do crescimento econômico em geral, enfatizando a necessidade do incremento da produção, insistindo na produtividade, tanto através de controle mais rígido de supervisão e disciplina mais apertada, quanto com o aumento dos incentivos materiais. A liderança afirma explicitamente que o consumo deve ser subordinado às necessidades da acumulação.

Num congresso recente dos sindicatos, ficou clara a necessidade da atual geração dedicar-se ao desenvolvimento em troca de modestas melhorias em seu padrão de vida. Assim será possível, dentro do quadro de planejamento existente, exportar mais produtos industriais, como cimento e têxteis e aumentar a capacidade de importação.

As instituições da democracia cubana

Em 1976 começaram a ser implantadas as estruturas institucionais propostas pela nova Constituição. Pode-se assim fazer uma avaliação, ainda que precária, de como esses elementos (assembleias municipais e provinciais e uma assembleia estadual eleita pelas assembleias municipais), funcionaram. Cada distrito foi formado por um número relativamente pequeno de eleitores (mínimo de 250 e máximo de 3.000) e cada eleitor votou em um único candidato da lista distrital. Foram eleitos 10.725 delegados. Aqueles que receberam mais de 50% de votos no primeiro escrutínio estavam eleitos imediatamente; nos 7.888 distritos onde nenhum dos candidatos alcançou aquela cifra, foi feita uma segunda votação.

A Assembleia Nacional é o nível institucional mais elevado e seus membros podem ser reconvocados como delegados às outras assembleias.

Em 1977 realizaram-se duas sessões, durante três dias cada, lidando com um grande número de problemas. Na sessão de julho, após serem eleitos 20 comissões, a Assembleia Nacional aprovou por unanimidade uma série de propostas em uma única manhã. As propostas se referiam à herança cultural cubana, monumentos nacionais, tribunais civis e militares, bem como um novo código civil.

Fica claro que nessas condições

a assembleia não pode exercer seu poder de decisão. O fato de o Comitê Central do Partido decidir a priori sobre as questões mais importantes da pauta, como o Plano de Desenvolvimento Econômico define o papel real da assembleia.

Já nas Assembleias locais os delegados têm, é claro, ligações mais diretas com suas bases e tomar decisões em suas áreas. Além disso, os Comitês para a Defesa da Revolução (CDR) que agregam, segundo os dados oficiais, mais de quatro milhões de militantes, continuam a funcionar. Porém eles se ocupam de tarefas específicas nas quais é necessária alguma democracia horizontal. Neste aspecto, é significativo que o I Congresso Nacional dos CDR só tenha se realizado em 1977, ou seja, 17 anos depois de sua formação.

O Congresso das Federação dos Sindicatos (CTC - Confederação dos Trabalhadores Cubanos), realizado no fim de novembro último, não acrescentou nada de novo às concepções e práticas levantadas no Congresso anterior. Nos relatórios oficiais percebe-se claramente que a orquestração e a propaganda tiveram um papel preponderante. Um incidente do qual é difícil avaliar a importância exata, foi a votação secreta, na qual alguns dirigentes famosos não foram votados. O acontecimento foi anunciado despertando murmúrios da audiência, mas Castro



Um socialismo diferente dos outros:

Cuba, duas décadas depois

No momento em que todos se voltam para a Nicarágua, um balanço da Revolução Cubana redobra de importância e atualidade.

É o que a direita mais teme:

que a Nicarágua aponte para o rumo cubano. No entanto, um balanço da primeira experiência socialista da América Latina indica que se por um lado ela contém desvios que não a tornam exemplo de uma autêntica democracia socialista, por outro, não pode nem de longe ser comparada com a degenerescência burocrática dos demais Estados Operários. Além disso, do ponto de vista das condições materiais de vida de sua população, não pode nem de longe ser comparado a nenhum outro país do continente.

Por Livio Maitan



comentou o incidente favoravelmente.

De qualquer modo, podemos concluir, que a institucionalização não levou a uma rigidez burocrática tão grande como as "Assembleias" da URSS ou da Bulgária. Existe, de fato, muito mais contato entre os delegados eleitos e as suas bases — também por causa do menor tamanho dos distritos eleitorais — e pode existir uma escolha real de candidatos.

Mais ainda: a ideologia e a prática sindical não é idêntica aos Estados operários já degenerados e deformados. Como mostramos, existe uma combinação de concepções e métodos envolvendo diferença de ênfase, senão de interpretação, e, portanto, uma prática mais aberta.

Como resultado, existem em Cuba formas de "democracia horizontal", que, ou não mais existem nos outros Estados, ou existiram apenas em algumas conjunturas ou setores, garantindo assim que a ligação entre os líderes e as massas permaneçam mais vivas e diretas do que nos outros países socialistas.

Porém, a resposta à questão da existência em Cuba de estruturas políticas e de organização de massas que garantiram uma autêntica democracia socialista — ou seja o exercício do poder de decisão pelas massas, juntamente com um grande debate realmente democrático dos grandes objetivos políticos e econômicos — só pode ser negativa.

Não é necessário destacar que a ausência de tais estruturas democráticas tem agora um significado e um impacto maiores do que na época da vitória da revolução em 1959-60.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

1958 - 1977	
ÁÇO	1150%
ELETRICIDADE	430%
CIMENTO	360%
REFINAÇÃO DO PETRÓLEO	170%
FERTILIZANTES	500%
NIQUEL	200%
1962 - 1977	
OVOS	1040%
LEITE	400%
1958 - 1976	
CÍTRICOS	420%
GELO	760%
TRATORES	600%
CONSTRUÇÕES	350%
PESCA	390%
MARINHA MERCANTE	1420%
EXPORTAÇÃO	540%
IMPORTAÇÃO	640%

Fonte: Bohemia e Grana

A inspiração internacionalista

Em relação à política externa cubana, alguns aspectos merecem ser destacados. O próprio Castro, em 1972, deu uma clara explicação de suas modificações. Um "pequeno país, cercado de capitalistas e bloqueado pelo imperialismo não pode esperar que a Revolução conquiste o resto da América Latina em dez, quinze ou vinte anos, é por isso forçado a entrar no "campo socialista" e entabular manobras políticas e diplomáticas com governos burgueses tanto na América Latina como em outros lugares, e esta a política que vem sendo seguida desde então.

É certo que a necessidade de dar uma dimensão internacional à construção do socialismo tem sido afirmada a nível teórico pelos escritos dos dirigentes cubanos, e acima de tudo, as iniciativas concretas de Cuba, nos últimos quatro ou cinco anos foram motivadas por uma concepção internacionalista da luta contra o imperialismo. Mas esse julgamento geral não deve obscurecer outros elementos.

1) A política externa cubana acompanha a soviética em todas as questões fundamentais. Além disso, a União Soviética e seus aliados têm sido glorificados em termos extravagantes e enaltecidos enquanto padrão de internacionalismo e democracia socialista, pela direção cubana.

2) Os líderes cubanos renunciaram a qualquer crítica aos partidos comunistas latino-americanos cuja concepção tático-estratégica é apresentada favoravelmente. Hesitações ocasionais — por exemplo quanto ao PC argentino em sua atitude de apoio a Videla — nunca se traduziram em críticas explícitas. Essa atitude geral inclui ainda a aceitação pelo PC cubano da política de colaboração com setores da burguesia considerados nacionalistas e com governos que reflitam esses interesses. O caso do apoio cubano ao Peru de Alvarado é o exemplo típico.

A intervenção cubana na África

3) Nos anos 60 a liderança cubana se posicionava criticamente em relação ao conflito soviético, argumentando que ele tinha um efeito negativo sobre a luta anti-imperialista por causa de sua dinâmica e das formas que assumia principalmente na luta dos vietnamitas. Mais tarde tomou irremistemente o partido da burocracia soviética e chegou a ter uma participação importante na polémica contra Pequim. Há mais ou menos um ano virou moda em Cuba comparar a China atual a Alemanha de Hitler.

4) A liderança cubana não apenas mantém relações cordiais com os países capitalistas da Europa Ocidental como também costuma elogiar desproporcionadamente alguns de seus representantes, como o fez recentemente com Adolfo Suarez da Espanha.

Mas vamos nos deter um pouco sobre as diretrizes políticas de Cuba

na África. O fato dos cubanos apresentarem como socialistas ou como "trabalhando pelo socialismo" não apenas a Argélia, Moçambique, Angola e Etiópia, mas também Benin e Guiné, é grave.

Repto que a intervenção cubana na guerra em Angola foi progressista e motivada por um impulso internacionalista. Mas o mesmo não pode ser dito da permanência das tropas cubanas em Angola atualmente. O regime de Angola é um regime neo-colonial e não um Estado de trabalhadores como fica demonstrado pelos acordos assinados com alguns dos mais reacionários regimes neo-coloniais e pelo "modus vivendi" estabelecido com o próprio imperialismo, principalmente no que se refere às reservas de petróleo do enclave de Cabinda.

E portanto, sejam quais forem as intenções subjetivas dos líderes — o contingente cubano está ajudando a construção ou a consolidação de um regime neo-colonialista.

A Etiópia se aplica considerações similares. Aos cubanos fica o crédito por terem feito uma intervenção com pesados sacrifícios para apoiar a luta de um país neo-colonialista contra as investidas diretas e indiretas do imperialismo, no caso da guerra com a Somália. Mas quando a guerra se orientou para o norte com o objetivo de esmagar os combatentes da Eritreia não poderia mais haver dúvidas. O regime de Adis Abeba estava negando o direito de autodeterminação de um povo que vinha lutando pela independência há vinte anos. Claro que Cuba se resguardou parcialmente não participando diretamente nas operações militares e declarando várias vezes que a questão da Eritreia deveria ser resolvida através de negociações. Mas tais declarações tornaram-se apenas declarações na medida em que Cuba manteve o apoio militar ao regime etíope, permitindo uma concentração de forças ao norte. Por outro lado, Cuba afirmou que a unidade da nação etíope não deveria ser questionada. Uma vez que os eritreus não querem pertencer ao Estado etíope e pretendem a independência, a posição cubana reforça o regime de Adis Abeba.

A questão que comumente se levanta de se nesse caso Cuba está apenas fazendo a política de Moscou, é deste ponto de vista, relativamente sem importância. É mesmo possível que as decisões de Cuba tenham sido tomadas independentemente da URSS. Mas posição independente não significa posição conflituosa. Além disso é claro que Cuba não pode se envolver de tal forma em nenhuma questão internacional sem um acordo com a URSS da qual depende tanto do ponto de vista militar quanto econômico. Quisquer que sejam as diferenças parciais, entre Moscou e Havana, a atual política internacional cubana é no seu conjunto, parte da política internacional da burocracia soviética. As repetidas declarações de amizade não são mera retórica mas o reflexo de uma situação real.

O grau de burocratização

A questão mais importante a ser assinalada ao se comparar Cuba com os demais Estados Operários é que também ela se caracteriza pela ausência de instituições da democracia socialista.

As principais decisões permanecem como prerrogativas de lideranças restritas que dominam o Estado e o Partido. Também em Cuba, como nos demais Estados Operários, se teoriza sobre a prática do partido único e de seu papel preponderante em relação às organizações de massa e às estruturas políticas e sociais. A sua consequência lógica é que, dentro do partido, assim como dentro dos sindicatos, é proibida a formação de grupos e de tendências.

Além disso, e malgrado as diferenças, a construção do socialismo é concebida, também pelos dirigentes cubanos dentro do quadro de referência do Estado Nacional. Dai a tendência inevitável à subordinação dos interesses mundiais da luta das massas às necessidades de manutenção e defesa do Estado.

Alguns poderão tentar refutar estas afirmações rememorando as origens da Revolução Cubana, a liderança de Castro e as intenções subjetivas da liderança até o presente. Porém, o critério decisivo para se caracterizar o processo da burocratização só pode ser o de detectar quais os mecanismos que estiveram ou estão funcionando no poder, que resultados foram obtidos e qual é a forma que uma dinâmica assume.

Repto que 20 anos após a revolução não existe em Cuba uma genuína democracia socialista. E a experiência histórica já demonstrou que é precisamente a falta de instituições de democracia socialista, ou seu esfacelamento que abre caminho à burocratização. Especialmente em um país marcado pela pobreza, mesmo em se considerando os avanços alcançados, a burocratização é inevitável dentro do quadro de referência de um estado nacional e das condições políticas dadas. A questão é a de se definir quais as proporções do fenômeno, se a burocracia se tornou uma camada so-

cial cristalizada e separada do proletariado e das demais camadas trabalhadoras, se se encontra essencialmente determinada pelo desejo de defender de todas as formas seus privilégios e seu poder.

Afirmo que não possuímos atualmente todos os dados necessários em relação à burocracia no que se refere à dimensão de seus privilégios. Apesar disso, é certo que privilégios existem e que os burocratas (não necessariamente os líderes centrais), têm um nível de vida mais elevado que o das massas, sob qualquer ponto de vista.

Também me parece claro que os burocratas tendem a defender as posições de poder ou de autoridade — que são a fonte de seus privilégios.

Considero, porém, que tal processo não assumiu a proporção dos outros Estados operários; além disso, a extensão da cristalização das camadas burocráticas é, sem dúvida, menor. Isto se reflete no fato de que os líderes mantiveram e mantêm relações com as massas, que não demonstram os mesmos traços autoritários que os líderes dos outros Estados, embora sejam permeados de paternalismo.

Deve-se acrescentar que as massas em geral não consideram seus líderes como um grupo estranho ou hostil.

Além disso, não existe e nunca existiu em Cuba o mesmo tipo de repressão como na União Soviética, Europa Oriental ou China. Os prisioneiros políticos cujo número vem diminuindo rapidamente — são geralmente contra-revolucionários militares, responsáveis por ações concretas contra o Estado.

Além disso, as estruturas não estão totalmente estabelecidas e permitem algumas formas parciais de democracia.

Por último, apesar de seu alinhamento com Moscou e um número dado de posições adotadas na última década, a liderança cubana não tem se mostrado insensível a lutas internacionais. Cuba nunca foi culpada por algum crime de traição que se possa comparar aos cometidos por outras lideranças de Estados operários.

CUBA

26 anos desde o assalto a La Moncada

Uma cronologia desde o fracassado assalto guerrilheiro ao quartel de La Moncada em 26 de julho de 1953 até os dias de hoje.

Por Eder Sader

1952 — março: Golpe de Estado de Batista, candidato das forças direitistas às eleições presidenciais que se realizariam em maio e nas quais se previa a vitória do partido ortodoxo ao qual se afiliava Fidel Castro, uma agremiação da pequena burguesia democrática.

1953 — julho: Dia 26 é o ataque ao quartel de Moncada. Um fracasso. 71 mortos, entre eles Abel Santamaría. Os rebeldes se perderam por seu amorismo e a enorme superioridade militar do Exército. O PC reage ao fato caracterizando-o como uma provocação. O jornal El Siglo, do PC chileno, levanta mesmo a suspeita de que se trata de uma maquiagem "executada friamente pelos agentes de Wall Street". Fidel não se abateu. "O assalto ao quartel Moncada não conduziu ao triunfo da revolução, mas mostrou o caminho", diria ele.

Outubro: Fidel, prisioneiro, faz de sua defesa jurídica uma denúncia ao regime. Batista, isolado socialmente, procura criar uma fachada democrática, convocando eleições para o ano seguinte.

1955 — maio: Fidel, Raul Castro e seus companheiros são liberados. Saem com novas idéias. "Nós éramos apenas um punhado de homens. Agora devemos nos fundir com o povo e adotar uma tática diferente". Criam o "Movimento do 26 de Julho" como uma ala revolucionária do partido ortodoxo e iniciam uma intensa atividade de propaganda política. Mas ante uma nova onda repressiva Fidel parte para o México para iniciar os preparativos para um desembarque militar.

Dezembro: greve dos cortadores de cana mostra a disposição de luta dos trabalhadores.

1956 — novembro: Partida dos 83 rebeldes do 26 de Julho, transportados pelo "Granma". A viagem demorara mais que o previsto e a chegada não coincide com os levantamentos urbanos dirigidos por Frank País.

Dezembro: Desembarque do Granma num local pantanosos. São vistos e denunciados. Devem fugir em péssimas condições. Em Alegria de Pio sofrem um devastador ataque aéreo do qual sobra uma dúzia de combatentes, ainda assim dispersos.

1957 — janeiro: Ataque à caserna de La Plata: primeira vitória da guerrilha.

Julho: ações urbanas derrotadas. Morte de Frank País.

1958 — abril: Após várias vitórias militares da guerrilha, o Movimento 26 de Julho pensa efetuar uma ofensiva geral, proclamando o povo à greve geral. Os responsáveis urbanos por sua preparação recusam-se a negociar com o PC — que detinha forças importantes na classe operária — e a greve fracassa.

Maio: Fortalecido pelo fracasso da greve, Batista ordena uma ofensiva geral em direção à Sierra Maestra.

Junho: Derrota da ofensiva militar de Batista.

Julho: Início de uma contra-ofensiva guerrilheira.

Novembro: A farsa eleitoral de Batista é boicotada por 70% do eleitorado. Os Estados Unidos começam a pensar em alguma solução negociada.

Dezembro: Ante a ofensiva irresistível do Exército Rebelde, os generais preparam um golpe militar para depor Batista.

1959 — janeiro: Uma greve geral, desta vez vitoriosa, paralisa o país. As colunas de Camilo Cienfuegos e Che Guevara entram em Havana. Miguel Urrutia, da oposição liberal, é

nomeado pelos rebeldes presidente do governo provisório.

Maio: Lei de Reforma Agrária revela a disposição do 26 de Julho de cumprir seus compromissos com o campesinato. A desapropriação de terras das grandes companhias é mal vista pelos setores liberais, que produzem a primeira crise no interior do regime.

1960 — julho: Os Estados Unidos ameaçam suspender a compra de açúcar cubano se o governo revolucionário não indenizar as companhias que tiveram suas terras desapropriadas. Cuba começa a vender esse açúcar para a União Soviética. As refinarias de petróleo americanas se recusam a refinar o petróleo soviético em Cuba.

Agosto: Os cubanos respondem com a nacionalização das usinas de açúcar e as refinarias de petróleo americano.

Setembro: criação dos Comitês de Defesa da Revolução, organismos de base comprometidos com as transformações em curso.

1961 — abril: Invasão de Cuba organizada pela CIA e aprovada por Kennedy. Os invasores, em Playa Girón, Bahia dos Porcos, são derrotados em poucas horas. Como resposta política, há uma nova radicalização do processo revolucionário. E unem-se o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário e o P. Socialista Popular (nome do antigo PC cubano) para formar as "Organizações Revolucionárias Integradas".

Agosto: Kennedy lança a Aliança para o Progresso, para tentar abrir uma alternativa reformista burguesa no continente.

1962 — julho: Sob a batuta dos Estados Unidos, a OEA aprova a exclusão de Cuba do organismo.

Outubro: Com o pretexto da instalação de mísseis soviéticos em Cuba, Kennedy ordena o bloqueio da ilha e exige o desmantelamento de tais foguetes. Sem consulta aos cubanos, Kruchev manda desmontá-los. Esfriamento das relações soviético-cubanas.

1963 e 1964: Passadas as ameaças mais imediatas de intervenção estrangeiras, o país vive o esforço da reconstrução econômica. É nesse quadro que se dá a polémica acerca dos modelos de "transição ao socialismo" entre Guevara (partidário de maior centralização econômica e da prioridade aos incentivos morais para o aumento da produção) e Carlos Rafael Rodríguez (partidário de maior res abertura à lei do mercado e aos incentivos materiais).

1965: O Che escreve "O Socialismo e o Homem em Cuba", onde procura sistematizar a problemática da transição socialista como um processo concomitante de transformações econômicas, ideológicas e políticas.

1966 — janeiro: realiza-se em Cuba a Conferência Tricontinental de Solidariedade.

1967 — agosto: Realiza-se a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) onde se aprova uma linha de luta armada à base de guerrilha como orientação geral para as atividades anti-imperialistas. É o auge da influência ativa de Cuba no movimento revolucionário do continente. Outubro: morte de Guevara na Bolívia.

1970 — julho: fracasso na meta da safra de 10 milhões de toneladas de açúcar. Num discurso auto-crítico, Fidel ataca o burocratismo e o voluntarismo e anuncia uma política de maior participação popular pelas bases.

1972 — dezembro: Cuba se incorpora ao COMECON, o organismo de cooperação econômica dos países da esfera soviética. Reforçam-se as tendências à aproximação com o modelo soviético. Na América Latina, vários países restabelecem relações com Cuba.

1973 — novembro: No XIII Congresso da Confederação dos Trabalhadores Cubanos aprovam-se medidas contra o ausentismo nas empresas, por maior participação dos sindicatos na organização da produção, de reforço aos estímulos materiais.

1974 — julho: eleições de organismos de "poder popular" na província de Matanzas.

1975 — julho: fim do bloqueio decretado pela OEA.

Dezembro: 1.º congresso do PC cubano. Aprovação de um projeto de constituição a ser aprovado por um referendo. O país avança numa certa "institucionalização".

1976 — novembro: eleições gerais para conselhos de municipalidades e deputados à Assembleia Nacional.

1977 — maio: Acordo entre Cuba e os Estados Unidos prevê uma retomada de relações diplomáticas. Os Estados Unidos suspendem a proibição de viagens à Cuba.

Abril: 50 industriais americanos vão à Cuba examinar as perspectivas de eventual intercâmbio comercial.

1979 — janeiro: o país festeja os 26 anos da tomada do poder.



Camilo Cienfuegos



Entrada triunfal em Havanz, 4 de janeiro de 1959



Che Guevara

NICARÁGUA: Vitória sim, mas quem na cabeça?

As comemorações da vitória sobre a ditadura de Somoza não podem obscurecer dois problemas fundamentais que colocam em risco o desenvolvimento da luta das massas nicaraguenses: a contradição que um governo de frente com a burguesia representa para os trabalhadores e a ameaça não afastada de uma intervenção direta do imperialismo.

Por Virginia Pinheiro

A festa da derrubada da ditadura na Nicarágua ainda val durar muitos dias.

O reencontro alegre dos amigos, companheiros e familiares que a guerra civil separou, a experiência da liberdade imediata e da solidariedade coletiva que faz esquecer temporariamente as perdas, a fome, as casas destruídas, a necessidade do trabalho duro pela sobrevivência, mistura-se à esperança de todos e de cada um nos êxitos do futuro.

É impossível hoje, o dimensionamento real das grandes tarefas a serem realizadas que só seu enfrentamento prático poderá evidenciar. Mas, ainda assim, não será esse o maior problema.

A grande questão presente e futura, certamente obscurecida para seus protagonistas pela tontura da vitória sobre o exército de Somoza, é a questão de quem governará a Nicarágua.

Os interesses em jogo

A concepção predominante hoje entre os setores revolucionários nicaraguenses de que as tarefas atuais da revolução limitam-se às tarefas democráticas-burguesas não é uma questão secundária, sem maiores consequências.

A composição recente do ministério (16 pastas) e do Conselho de Estado (33 membros) manteve em geral o mesmo tipo de composição da Junta de Governo. O conselho de Estado, por exemplo, será formado pela indicação das seguintes organizações e entidades: FSLN (6 membros); Frente Patriótica Nacional (12 membros, dos quais 6 do Movimento Povo Unido e os outros 6, dos diversos partidos da oposição burguesa que compõe a Frente); Frente Ampla Opositora (7 membros); Conselho Superior da Empresa Privada (6 membros); Universidade Nacional Autónoma da Nicarágua (1 membro); Associação Nacional do Clero (1 membro).

E qual é o grande problema que isso envolve?

O problema está em que um governo de unidade nacional contém em si uma contradição que tenderá apenas a agravar-se no processo em curso, levando a enfrentamentos que certamente colocam em risco os interesses fundamentais dos trabalhadores e camponeses. Por exemplo:

É do seu interesse que a gestão das propriedades de Somoza seja entregue aos empresários representados no governo? Estes certamente não concordarão que a gestão estatal dos serviços, empresas e terras nacionalizadas tenha o controle direto dos que neles trabalham.

É do interesse das grandes massas trabalhadoras do campo, em nome da unidade nacional continuar trabalhando duramente para a acumulação dos grandes proprietários de terra que se opunham a Somoza?

É do interesse da maioria da população concordar em pagar as dívidas externas contraídas pela ditadura ou receber os capitais americanos, japoneses e europeus que deram suporte ao regime de Somoza para que eles continuem sob a bandeira da democracia a explorar os trabalhadores?

Estas serão, entre outras, questões a serem enfrentadas imediatamente e já sabemos de antemão que a solução burguesa e a solução das massas trabalhadoras são certamente excludentes.

É bem verdade que o que vem caracterizando a atuação do novo governo até o momento é, por um lado um certo desencontro de propostas e opiniões e, de outro, a determinação de algumas tarefas imediatas e fundamentais que correspondem ao programa democrático, estabelecido previamente.

Entre os desencontros mais significativos se relacionam:

1) a garantia do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Roberto Arguello Hurtado, conhecido advogado conservador, de que não haveria pena de morte no país, enquanto o Ministro do Interior, Tomás Borge, sandinista e o Padre Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura, do Grupo dos Doze garantiam que não apenas haveria a pena de morte como também seriam fuzilados sumariamente todos os terroristas e contra-revolucionários presos em flagrante.

Os avanços democráticos

2) As declarações de Eduardo Kuehl, representante da Junta Provisória na reunião da Internacional Socialista em Estocolmo de que o no-

vo governo da Nicarágua era social-democrata e que estava disposto a estabelecer relações diplomáticas com todos os países, desde os EUA até o Chile, com exceção de Cuba, enquanto o Ministro do Exterior, Humberto Ortega, irmão de Daniel Ortega membro da Junta, ambos sandinistas, afirmava numa reunião de imprensa na Venezuela que o Governo da Nicarágua estabeleceria relações diplomáticas com todos os países que tivessem apoiado a luta do povo nicaraguense e não reconheceria os governos ditatoriais semelhanças ao de Somoza.

Por outro lado, entre as medidas democráticas mais significativas se relacionam:

1) A expropriação de todas as propriedades de Somoza embora sem explicitar a sua forma de gestão.

2) A revogação da antiga constituição do país e a garantia de todos os direitos democráticos de associação e de livre expressão.

2) A dissolução da Guarda Nacional e a criação de um Exército Popular sob a direção do Alto-Comando do Exército Sandinista.

4) A criação de uma milícia armada constituída por voluntários que se destacaram na guerra contra Somoza, para formar a política civil.

5) A promessa de eleições gerais, livres e democráticas em três anos, embora esse prazo seja discutível.

Outros fatos significativos que correm paralelos ao Governo Provisório merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, a realização de eleições locais em várias cidades, organizadas pela população e pelos

sandinistas. Em geral elas foram feitas por votos secreto. Mas em Jinotepé, por exemplo, elas foram em assembleia popular e dois dos cinco candidatos propostos pelos sandinistas foram derrotados, num clima absolutamente fraternal.

Em segundo lugar a idéia de nacionalizar todos os bancos que parece ser consensual entre os membros da Junta vem evoluindo para a idéia de estatizar o setor bancário proposta por Tomás Borge, embora Ernesto Cardenal tenha garantido em Bogotá que todos os empresários e banqueiros já haviam recebido plenas garantias para o exercício de suas atividades e que o governo não tomaria nenhuma medida que pudesse afetar seus interesses. De qualquer forma, a idéia da estatização foi colocada o que já representa um passo à frente na discussão, mesmo que a proposta seja derrotada dentro do governo.

Em terceiro lugar, a garantia que representa a manutenção do exército sandinista que, com todas as ambiguidades políticas que possa conter, não esquecerá tão rapidamente e apoio que recebeu das massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Uma região estratégica para o imperialismo

De todas as maneiras, faltam ainda muitos elementos para que se possa concluir qual é a tendência mais provável do desenvolvimento da contradição que a composição do governo provisório encerra. Além disso, falta a explicação das concepções e posições políticas prevalentes entre os próprios sandinistas, principalmente do setor mais heterogêneo composto pelos Terceiristas. De qualquer forma, a única garantia de que prevaleça os interesses das massas trabalhadoras está no desenvolvimento de sua organização independente em sindicatos, cooperativas, partidos, comitês de fábrica, comitês de bairros e especialmente nos comitês de defesa armados. Em contrapartida, a ausência dessas organizações deixará ao setor burguês do

governo uma grande margem de manobra para frear a revolução em curso.

Por outro lado, ainda que as transformações econômicas e sociais na Nicarágua sejam contidas no limitado programa de frente com a burguesia, o tipo de democracia hoje em curso no país não corresponde de forma alguma aos desejos de imperialismo.

A crise e derrubada do somozismo atinge o conjunto da América Central. Enfraquece inevitavelmente as ditaduras militares da Guatemala, El Salvador e Honduras às quais Somoza sempre prestou irrestrito apoio. Mas enfraquece igualmente os regimes burgueses da Costa Rica e do Panamá. Se tais regimes no passado guardavam distância de Somoza e mais recentemente passaram a fazer oposição aberta a ele, isto era devido a duas razões principais. Primeiro, para preservar com baixos custos sua imagem "democrática" aos olhos das massas de seus países que acompanhavam com interesse o desenvolvimento da luta das massas nicaraguenses. Segundo, para sentar as bases de uma alternativa burguesa ao regime de Somoza nos marcos do sistema imperialista.

Para o imperialismo, o significado da crise na Nicarágua está mais do que claro. Sua completa dominação da América Central — uma região que é econômica, política e estrategicamente decisiva — está agora posta em risco. Desta forma, Washington tem tentado e continuará tentando fazer tudo ao seu alcance para impedir o desenvolvimento favorável da Revolução na Nicarágua. Uma intervenção direta dos EUA não pode de forma alguma ser excluída a despeito dos imensos obstáculos políticos que ela encontraria. Mais uma vez, embora as massas oprimidas da América Central contem a seu favor com tais obstáculos para a intervenção, sua única garantia estará na mais ampla mobilização anti-imperialista que elas consigam promover dentro de suas organizações independentes.

presos políticos partem pro pau

greve de fome no rio

As vésperas de reabertura do Congresso, quando começará a tramitar o anteprojeto de anistia do General Figueiredo, 14 presos políticos do Rio começam uma greve de fome com o objetivo de denunciar o caráter restritivo e arbitrário do projeto e exigir três pontos: a libertação de todos os presos políticos; a volta de todos os exilados; e o esclarecimento das mortes e desaparecimentos de companheiros que enfrentaram, em 15 anos de luta, a Ditadura Militar. Paralelo à greve de fome, foi iniciada no Rio uma ampla campanha com os mesmos objetivos e organizada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e por dezenas de outras entidades. Ato público, panfletagens, caravanas a bairros populares, colagens de cartazes, debates — a luta pela anistia, apesar de esforços anteriores, parece romper a camisa de força que sempre a reteve nos limites estreitos de pequenos grupos e ambientes fechados e vai às ruas.

Por Marcelo Beraba

aquelas violências e a luta de classes manifestadas de forma literária na ficção Alhambra está aqui mesmo, nas ruas, nos bairros populares, na luta política. No Presídio Milton Dias Moreira.

Naquele momento, é verdade que ainda timidamente, a população do Rio começava a tomar conhecimento da greve de fome. Além dos teatros da zona sul, onde a nota era lida no final dos espetáculos, as rádios começaram a informar sobre a decisão dos companheiros. Nos jornais, no dia seguinte, a repercussão era grande, com manchetes e chamadas na primeira página. Na verdade, começava a ganhar corpo e a se materializar não apenas a propaganda da greve de fome dos 14 presos da Frei Caneca mas uma campanha bem mais ampla e ambiciosa. Pela primeira vez, no Rio, apesar dos esforços anteriores do CBA, a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita é assumida de forma mais consistente e organizada. Pela primeira vez, ela está sendo levada para o conjunto da população — um objetivo antigo e até hoje frustrado.

O dia a dia por trás das grades

A greve de fome da Frei Caneca é apenas uma das lutas que compoem a campanha. Certamente a mais importante, neste momento. A partir deste domingo, toda a opinião pública está voltada para o dia a dia de trás das grades, acompanhando, angustiosamente, a greve e o desenrolar de suas consequências.

Mas a campanha não se restringe à coragem e ao sacrifício dos 14 companheiros presos. Nem seu objetivo é apenas chamar a atenção para a violência que eles sofrem hoje. A luta é mais ampla. Ela denuncia o caráter restrito e recíproco do projeto de anistia do Governo que deixa de fora, de forma arbitrária, uma parcela da oposição que tem se empenhado de forma consequente na luta política contra a Ditadura Militar e beneficia, sem restrições, os torturadores e responsáveis pelos anos mais negros de repressão.

Mas não é só isso. A greve de fome — e o conjunto da campanha — está exigindo a libertação de todos os presos políticos ainda encarcerados pela Ditadura; a volta dos milhares de exilados que ainda vi-

vezes. E no fim da semana serão revividas as concorridas caravanas para os bairros populares, herança das campanhas eleitorais.

O comando da campanha, formado por representantes dos grupos de anistias, sindicatos, associações profissionais e de bairros e entidades estudantis, vem se reunindo quase

que diariamente e deverá elaborar um novo programa para esta semana que comece.

No presidio, os companheiros presos políticos terminam um filme sobre a greve. E estará saindo, por estes dias, um jornal sobre a anistia, assumida por jornalistas cariocas.

Mobilização popular: quem dá a partida?

A decisão de greve de fome dos presos cariocas colocou em discussão, tanto para outros presos como para o conjunto da oposição a questão da oportunidade ou não da medida.

No Rio, todas as entidades ligadas à luta pela anistia estão apoiando a iniciativa sem reparos. O mesmo, da parte de um enorme número de setores das oposições populares que estão se organizando através dos comitês de apoio à greve.

De outro lado, o pensador Alceu de Amoroso Lima enviou no último dia 20 uma carta aos presos num misto de solidariedade e apelo para que tenham um "pouco mais de paciência". O cardeal Eugênio Sales, declarou que a "Igreja considera inconveniente uma greve de fome no momento em que estamos vivendo". E o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seabra Fagundes, fez uma tentativa frustrada de demover os presos de seu propósito.

Em São Paulo, os presos políticos lá detidos soltaram uma nota onde, afirmam que "sem negar o papel que uma greve de fome possa ter para denunciar um arbítrio de anistia que não dará liberdade a uma esmagadora maioria dos presos políticos do país, cremos que nesta etapa da luta todos os esforços devem ser canalizados para a mais ampla mobilização popular de repúdio à anistia restrita e parcial que o regime pretende impor à nação".

Dentro do MDB, o líder Freitas Nobre logo após visita aos presos em greve declarou que julga "inoporuna a medida adotada agora", mas que em virtude dos presos terem assumido esta postura não cabe senão "nos solidarizarmos com eles".

Como lançar a mobilização?

Mas os presos do Rio acreditam que esta é a forma concreta mediante a qual pode-se criar a nível nacional um fato político capaz de deslanchar esta tal desejada mobilização popular pela anistia irrestrita. Inclusive, afirmam eles, esperamos contar mais tarde, na medida em que a campanha se desenvolva, com a solidariedade dos demais presos políticos do Brasil.

O prazo limite que os presos cariocas têm pela frente é longo: 40 dias, ou seja até que o Congresso vote o projeto do governo. Mas eles mesmos destacam que a greve está em aberto quanto ao prazo de duração. A presa política Ines Etienne Romeu que se encontra no presidio Talavera Bruce no Rio e que entraria em greve também na segunda-feira, instada pelos presos grevistas, e transferia sua adesão ao movimento para 1.º de agosto próximo quando o Congresso será reaberto.

O que os presos estão abdicando como "refeição" é o seguinte: 7 horas da manhã — café com leite e pão; 11 horas — arroz, feijão, carne e fruta; 17,30 horas — café com leite e pão, de tão duro que foi apelidado de "biindado".

Ao mesmo tempo os presos solicitaram à carceragem que retirassem de suas celas todos os gêneros alimentícios que lá detinham para que não se tente desmoralizar a greve. E, neste período, se alimentarão tão somente de água, açúcar e sal.

Finalmente, o governo através de seu porta voz da Secretaria de Comunicações afirmou que a "greve e um fato normal" e que o governo "não se deixará pressionar para alterar o projeto que enviou ao Congresso".

Será mesmo? Veremos...



"Chega de tanta demagogia"

Integra da carta dos presos políticos que está sendo distribuída entre a população e lida nos teatros.

"OS PRESOS POLÍTICOS EM GREVE DE FOME AO POVO BRASILEIRO"

Chega de tanta demagogia! O regime acaba de tentar dar mais um passo buscando se perpetuar no Poder. Depois do Pacote de Abril, da Lei Falcão, da nova Lei de Segurança Nacional, dos acenos de sua Reforma Partidária e da nova CLT, lança agora o seu projeto de Anistia, parcial e restrito.

Projeto que fica aquém das reais aspirações do povo brasileiro, "amplo" apenas no sentido de beneficiar os torturadores, constituindo-se numa vergonhosa anistia que o regime concede a si próprio.

Projeto que não garante o direito de plena liberdade de organização partidária, que não abre as portas dos cárceres, que exclui os operários demitidos pela CLT, os estudantes atingidos pelo 477, que exige dos opositores anistia toda sorte de vexames e humilhações para que possam ser readmitidos em seus cargos e funções.

Projeto que comete contra nós, presos políticos, toda sorte de aberrações jurídicas e injustiças, nos excluindo pelo fato de termos sido condenados por leis discriminatórias e tribunais de exceção.

Combate essa ditadura com armas nas mãos. A ordem constitucional tinha sido rompida pelas armas, todos os canais de expressão política tinham sido fechados e o país vivia um clima de opressão, terror e censura.

Hoje, combatemos esse regime na forma de seu projeto de Anistia, com a arma que dispomos: uma GREVE DE FOME, por tempo indeterminado, em repúdio e protesto contra a Anistia Restrita e Parcial da ditadura militar.

os carrascos do povo. Emocionado, Sérgio Brito lê, frase por frase, o documento dos presos políticos anunciando a greve de fome começada há poucas horas. O texto dos 14 companheiros ainda presos é como uma porrada naquela platéia pequeno burguesa, que pagou 150 cruzeiros e foi obrigada a perceber que

Entendemos que esse instrumento de luta — pacífico, mas contundente — é a única forma que temos de participar efetivamente no movimento crescente pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

Entendemos que essa é uma hora crucial para toda a oposição Popular. A luta firme e intransigente contra esse projeto de Anistia do Governo será decisiva para os rumos que tomará o processo de democratização em nosso país.

Entramos em GREVE DE FOME, após muita reflexão, com o pensamento voltado para todos os brasileiros. E particularmente pensando nos nossos companheiros assassinados nas câmaras de tortura e que nenhuma anistia — por mais ampla que seja — irá restituir ao nosso convívio e de seus entes queridos.

E por isso que reafirmamos aqui a não aceitação de qualquer tipo de indulto; reafirmamos nosso compromisso inabalável com a luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA; nossa opção por uma Greve de Fome em repúdio ao atual projeto de anistia e a aceitação serena do risco de nossas próprias vidas.

Que todos os demais brasileiros, comprometidos nessa luta, assumam seu posto, se mobilizem e lutem até a vitória da ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1979.

Assinam o documento: Alex Polari de Alayrenga, Antonio Pereira Matos, Carlos Alberto Sales, Gilney Amorim Vianna, Hélio da Silva, Jesus Parede Soto, Jorge Santos Odria, Jorge Raimundo Junior, José Roberto Gonçalves de Rezende, Manoel Henrique Ferreira, Nelson Rodrigues, Paulo Henrique da Rocha Lins, Paulo Roberto Jabour, Perly Cipriano.

reorganização partidária

de são bernardo a vila betânia

Sob a bandeira do fim da opressão e da exploração, selado num documento programático aprovado por cerca de 200 líderes sindicais, parlamentares, intelectuais e lideranças de movimentos de base, terminou no último dia 21 o Encontro de Vila Betânia, em Porto Alegre.

Por Marco-Aurélio Garcia

A realização do Encontro de Vila Betânia, no bucólico retiro religioso do bairro da Glória, em Porto Alegre, foi apresentado como a versão gaúcha da reunião de São Bernardo, quando parlamentares autênticos, sindicalistas e intelectuais discutiram os rumos das oposições e os problemas da reorganização partidária no país.

Sem ter a mesma significação de seu precedente, Vila Betânia mostrou no entanto a persistência de certos impasses no campo das oposições chamando a atenção para as dificuldades que presidem a atual recomposição dos partidos no Brasil.

No perfil do encontro deste fim de semana em Porto Alegre há um traço distintivo ligado às condições regionais da luta política no Rio Grande do Sul. O fato de que neste Estado a articulação do Partido Trabalhista Brasileiro tenha uma ressonância considerável e que os partidários de Leonel Brizola não tivessem sido convidados à reunião contribuiu para que as contradições e ambiguidades do encontro fossem maiores ainda.

A composição do encontro guardou algumas diferenças em relação a de São Bernardo, ainda que não tenha modificado a absurda concepção estamentária — parlamentares, sindicalistas e intelectuais — sobre cuja base se estruturou a reunião precedente.

A representação sindical foi menos importante e mais heterogênea e sua unidade na reunião deu-se essencialmente como o resultado da liderança que exerce em seu interior o presidente do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra, o principal articulador do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul.

Já no plano parlamentar, o fato de que Vila Betânia tivesse permitido a reunião de uma grande parte dos deputados da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, não conseguiu esconder as reais questões que estão afetando a oposição gaúcha tendida que está entre dois po-

los de atração: de uma parte as pressões pela preservação do MDB e de outra a irresistível atração que está exercendo sobre as bases e direções intermediárias do MDB estadual o projeto PTB, sobretudo às vésperas da volta de Brizola.

Para muitos — e o argumento não é descabido — Vila Betânia obedeceu à disposição de setor do MDB empenhados não só em impedir a anunciada dissolução do seu partido pelo governo, como também decididos a criar um muro de contenção ao projeto PTB no Estado. A credibilidade desta hipótese se reforça quando se verifica que os parlamentares que estiveram na base da organização do encontro foram os mesmos que articularam o "manifesto dos 27" assinado dias antes por integrantes da Assembléia Legislativa, aparentemente em defesa do MDB, mas, em realidade outro elemento de contenção à "invasão petebista" que se anuncia.

A forte erosão brizolista

A impressão generalizada, sobretudo no interior do Estado, é que as bases emedebistas, a despeito da implantação que possuem e da máquina partidária pacientemente montada durante anos, sofreu uma forte erosão brizolista. Embora somente quatro deputados estaduais do MDB tenham se recusado a assinar o manifesto dos 27, por fidelidade dedicada ao PTB, sabe-se que são muitos os que estão em cima do muro e são vários os exemplos de parlamentares que participam em reuniões pela preservação do MDB e pela criação do PTB.

Esta situação introduziu um elemento de ambigüidade enorme ao encontro, na medida em que se combinava um pro-emedebismo expresso com um anti-petebismo velado, pelo menos da parte dos parlamentares presentes.

Mas a confusão era maior quando os sindicalistas e intelectuais simpatizantes do projeto PT, ainda que contrários à dissolução do MDB, defendiam energicamente a necessi-

dade da formação de um partido de trabalhadores, denunciando as vacilações da oposição e sua ausência nas lutas dos trabalhadores e explorados no Rio Grande do Sul.

A participação de organizações de base, além de tendências políticas organizadas fora e dentro do MDB, deu à reunião, sem dúvida, um caráter mais diversificado e, portanto, democrático, que aquela de São Bernardo.

Se em muitas das intervenções, sublinhou-se a precariedade atual do projeto PT, sobretudo seu obrerismo e o fato de que seus impulsores não romperam claramente com os pelegos (isto é particular-

mente certo no Rio Grande), não se deixou de ressaltar a enorme significação que tem a idéia mesma de um partido de trabalhadores e a necessidade de intervir ativamente neste debate para que os exploradores possam ter uma alternativa que vá mais além do quadro estritamente institucional que a reorganização partidária de Figueiredo promete.

O velho e o novo PT

Vila Betânia pode ter sido assim um primeiro confronto direto entre o velho e o novo neste momento em que a reformulação partidária começa a ocupar o primeiro plano.

Um regime voltado para os explorados e oprimidos

Aqui, os trechos principais do documento final.

Nesta oportunidade entendemos urgentemente necessário que estabeleçamos os pontos que expressem clara e concretamente lutas e sobre eles construamos nossa unidade. A construção dessa unidade, preservando-se as identidades e as formas de organização específicas de cada segmento, deve se dar na ação que ultrapasse as discussões já rotuladas e busque somar forças na luta pela derrubada do arbítrio e sua substituição por um regime voltado para os interesses dos assalariados do campo e da cidade, bem como das demais camadas exploradas e oprimidas do povo brasileiro.

1 — Luta pelo fim da estrutura sindical fascista cujo conteúdo perdura há quarenta anos; pela liberdade de organização e expressão dos trabalhadores; pela autonomia dos sindicatos, pela Central Única dos Trabalhadores.

Os governos após 64, como nenhum outro na história brasileira, exploraram as possibilidades repressivas contidas na legislação fascista. Aprofundaram a domesticação dos sindicatos, prenderam, torturaram, baniram e assassinaram vários de seus líderes. Espalharam o terror e a per-

seguição, decapando as possibilidades reivindicatórias dos trabalhadores, amparados na "legalidade" dos decretos copiados de Mussolini.

Mas se esses foram os momentos mais negros, a luta da classe operária contra a estrutura sindical não se resume a eles. Mesmo durante governos anteriores a 64 — inegavelmente mais livres — o sindicalismo de moldes fascistas, se não foi acionado, tampouco foi destruído.

Assim, fica claro e é preciso dizê-lo com todas as letras, que as conquistas dos trabalhadores nesse ou naquele período sempre foram resultado de sua capacidade de organização e luta independentes da manipulação do Estado ou do paternalismo das classes dominantes. As lutas reivindicatórias só terão força e autenticidade se inseridas na perspectiva de autonomia e independência do movimento operário.

2 — Luta, por uma reforma agrária que, juntamente com a divisão efetiva e radical do latifúndio, produtivo ou improdutivo, nacional ou

estrangeiro, proponha, de acordo com as particularidades econômicas e sociais, formas cooperativas de produção e comercialização sob controle dos assalariados agrícolas e pequenos proprietários.

3 — Luta pela nacionalização e controle democrático e popular das empresas monopolistas estrangeiras e nacionais pela estatização e controle popular dos serviços básicos e pelo controle popular das empresas estatais já existentes.

Esta é a única proposta capaz de atacar pela raiz e em definitivo, a estrutura de dominação e exploração que submete a maioria do povo à miséria, à fome e à doença.

A economia brasileira está visceralmente comprometida com o capitalismo internacional e, portanto, não se trata mais de buscar a coexistência com o capital estrangeiro, alimentando e difundindo a ilusão de que algumas leis poderiam domesticá-lo.

4 — Busca de unidade em torno de todas as lutas democráticas: anistia ampla, geral e irrestrita; convocação de uma assembleia nacional constituinte, soberana e democrática; eleições livres e diretas em todos os níveis; liberdade de organização partidária; pelos direitos políticos e sociais das minorias étnicas; solidariedade à luta das mulheres; tanto por seus direitos de igualdade co-

mo por seus direitos diferenciados; pela manutenção e expansão das áreas verdes e de lazer, rígido controle sobre a poluição, denúncia da destruição da natureza como consequência da hegemonia dos interesses privados sobre os coletivos; por uma política energética que consulte os interesses nacionais, inclusive com a revisão do acordo nuclear; extinção de todos os atos, decretos e tribunais de exceção e das chamadas salvaguardas nacionais; extinção da lei de segurança nacional, pleno respeito aos direitos humanos e pleno direito de defesa, fim da incommunicabilidade nas prisões; extinção da atual lei de imprensa e fim de todas as formas de censura, principalmente a mantida sobre o rádio e a televisão; liberdade de organização nacional, estadual e municipal dos estudantes universitários e secundaristas, por uma política educacional que responda aos interesses estudantis e populares.

Sustentamos a unidade das forças populares e democráticas como uma necessidade atual e permanente na ação pela redemocratização do país e transformação da sociedade brasileira.

Na militância dessa unidade, afirmamos nossa intenção de prosseguir no debate em busca dos meios comuns, constituindo comissão permanente composta por parlamentares, líderes operários e profissionais liberais.

EM TEMPO: